

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO - FND

FLORA DE CASTRO SANTANA

GOVERNANÇA GLOBAL DA INTERNET:
ICANN E A DISPUTA PELO DOMÍNIO DE TOPO .AMAZON

RIO DE JANEIRO

2025

FLORA DE CASTRO SANTANA

**GOVERNANÇA GLOBAL DA INTERNET:
ICANN E A DISPUTA PELO DOMÍNIO DE TOPO .AMAZON**

Monografia de conclusão de curso, elaborada no âmbito da Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Capecchi Nunes

RIO DE JANEIRO

2025

CIP - Catalogação na Publicação

S232g Santana, Flora de Castro
Governança Global da Internet: ICANN e a disputa
pelo domínio de topo .amazon / Flora de Castro
Santana. -- Rio de Janeiro, 2025.
161 f.

Orientador: Daniel Capecchi Nunes.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2025.

1. Governança da Internet. 2. ICANN. 3. modelo
multissetorial. 4. domínio .amazon. 5. poder de
polícia. I. Capecchi Nunes, Daniel, orient. II.
Título.

FLORA DE CASTRO SANTANA

**GOVERNANÇA GLOBAL DA INTERNET:
ICANN E A DISPUTA PELO DOMÍNIO DE TOPO .AMAZON**

Monografia de conclusão de curso, elaborada no âmbito da Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Capecchi Nunes

Data da Aprovação: 01/07/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Prof. Daniel Capecchi Nunes (orientador)

Isabela Almeida do Amaral (membro da banca)

Cássio Monteiro Rodrigues (membro da banca)

RIO DE JANEIRO

2025

Para o meu pai (*in memoriam*), que me deu o amor e a bases para que eu pudesse viver uma vida plena. E para o meu padrinho, que me ensinou disciplina e senso de dever para que eu construísse essa vida – e que assumiu, com generosidade, o lugar de suporte nos passos que meu pai não pôde mais acompanhar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que me viu crescer e me ensinou a ser adulta. À Escola de Comunicação por ser minha fundação e à Faculdade Nacional de Direito por ter me dado a oportunidade de construir a carreira dos meus sonhos.

Agradeço também aos meus professores. Da Comunicação, agradeço ao Dr. Marcos Dantas por ter me dado esse tema há mais de dez anos, sem saber que estava mudando a minha vida e me dando um propósito. Obrigada pelas trocas, mentoria e confiança ao longo de todos esses anos. À Dra. Marie Santini por sempre acreditar no meu potencial e ser um modelo nessa caminhada de me tornar uma pesquisadora.

No Direito, agradeço ao Dr. Daniel Capecchi, meu orientador, pela paciência, generosidade e abertura no diálogo ao longo desses anos de construção deste trabalho. Agradeço à Dra. Maria Francisca Coutinho e à Dra. Júlia A. Franzoni, por terem despertado em mim a paixão pelo direito nos primeiros anos dessa jornada pelo mundo jurídico. Agradeço também às Dras. Carolina Pizoeiro, Renata Versiani e Ana Luisa Palmisciano pelo suporte, incentivo e acolhimento nos últimos semestres que estive na FND.

Agradeço aos meus amigos e amigas que foram meu principal suporte nos últimos anos. Em especial às minhas melhores amigas, que estiveram literalmente de mãos dadas comigo no momento mais doloroso da minha vida: Maria Clara, Cecília, Anna Laura e, em especial, a Érika – que além de ser uma amiga, também divide as trincheiras da pesquisa e da sociedade civil, e me ajudou na revisão deste trabalho.

Aos amigos e amigas que fiz na FND, Flávia, Dani, Karen, Lucas, Eduardo, Victoria, que ajudaram a colorir os dias da minha segunda graduação. Um agradecimento especial também ao Gabriel Duarte, meu amigo de faculdade, Levante e vida acadêmica, que também me ajudou a revisar esse trabalho.

Aos amigos da vida que sempre me dão apoio e suporte, sempre que preciso: Wilcker, Frôdu, Yasmin, Daniel, Isadora, Alex, Kenzo, Breno, Rodrigo, Guilherme, Vitória, Luiza e Bianca. Agradeço também à Roberta e Fabiana pela parceria, em especial ao Beto, pela paciência, compreensão e confiança no meu trabalho. A todo o time do SGBR, por me permitir trabalhar com aquilo que eu amo, mudando as políticas públicas da Internet, um pouquinho mais a cada dia.

Agradeço também à minha psicóloga Fernanda por sempre me lembrar do que é importante e me apoiar. Agradeço o suporte às pessoas que mal me conhecem, mas foram

chave para concluir esse trabalho: a comunidade *Accepted Society*, as inúmeras sessões de trabalho e estudo online nas quais escrevi boa parte dessas páginas, e as aulas de bike do Gustavo, que seguraram minha ansiedade ao longo dos últimos meses.

Por fim, agradeço à minha família. Meu irmão Haroldo, minha mãe e a Maria, que não me entendem muito bem, mas me amam mesmo assim. Aos meus tios e primos pelo carinho e confiança, mesmo quando os caminhos que escolho parecem estranhos ou difíceis de acompanhar.

Agradeço à Lara por dividir comigo a casa, a família, as piadas internas e memes, as dores e as contas. Ao Júlio pelo carinho, atenção e amor. Por aguentar meu mau humor e ainda me trazer chá durante as intermináveis horas escrevendo essa monografia. Amos vocês mais do que posso explicar.

Agradeço ao meu padrinho por ser um segundo pai para mim. Não sei como expressar minha gratidão pelo apoio e amor que me oferece desde que me entendo por gente. Para agradecer pelos últimos dois anos, talvez fossem necessárias duas vidas – mas como sabemos isso não é possível, então vou ficar na dívida. À tia Sônia, por ser um exemplo de força e generosidade, e por me amar mesmo eu tendo vindo de “brinde” no pacote. À Ester e Clarice, pelo carinho e por dividirem comigo o amor de irmãs e a presença dos seus pais.

Não posso deixar de agradecer ao meu pai, que infelizmente não está aqui para ler esse agradecimento, mas com certeza sabia do tamanho do meu amor por ele. Te amo, obrigada pela vida.

– *Povo da Terra, atenção, por favor* – disse uma voz, e foi maravilhoso. Som quadrafônico perfeito, com níveis de distorção tão baixos que o mais corajoso dos homens não conseguiria conter uma lágrima.

– *Aqui fala Prostetnic Vogon Jeltz, do Conselho de Planejamento do Hiperespaço Galáctico* – prosseguiu a voz. – *Como todos vocês certamente já sabem, os planos para o desenvolvimento das regiões periféricas da Galáxia exigem a construção de uma via expressa hiperespacial que passa pelo seu sistema estelar e infelizmente o seu planeta é um dos que terão de ser demolidos. O processo levará pouco menos de dois minutos terrestres. Obrigado.*

O sistema de som voltou ao silêncio.

Um terror cego se apoderou de toda a população da Terra. O terror transmitia-se lentamente através das multidões, como se fossem limalhas de ferro sobre uma chapa de madeira e houvesse um ímã deslocando-se embaixo da madeira. Instaurou-se novamente o pânico, uma vontade desesperada de fugir, só que não havia para onde.

Observando o que estava acontecendo, os vogons ligaram o sistema de som outra vez. Disse a voz:

– *Esta surpresa é injustificável. Todos os planos do projeto, bem como a ordem de demolição, estão em exposição no seu departamento local de planejamento, em Alfa do Centauro, há 50 dos seus anos terrestres, e portanto todos vocês tiveram muito tempo para apresentar qualquer reclamação formal, e agora é tarde demais para criar caso.*

O sistema de som foi desligado novamente e seu eco foi morrendo por todo o planeta. As naves imensas começaram a virar lentamente no céu, com facilidade. Na parte de baixo de cada nave abriu-se uma escotilha, um quadrado negro vazio.

A esta altura, alguém tinha conseguido ligar um transmissor de rádio, localizar uma frequência e enviar uma mensagem às naves vogons, falando em nome do planeta. Ninguém jamais ouviu o que foi dito, apenas a resposta. O imenso sistema de som voltou a transmitir. A voz estava irritada:

– *Como assim, nunca estiveram em Alfa do Centauro? Ora bolas, humanidade, fica só a quatro anos luz daqui! Desculpem, mas se vocês não se dão ao trabalho de se interessar pelas questões locais, o problema é de vocês.* – Após uma pausa, disse: – *Energizar os raios demolidores.*

Das escotilhas saíram fachos de luz.

– *Diabo de planeta apático* – disse a voz. – *Não dá nem pra ter pena.* – E o sistema de som foi desligado.

Houve um silêncio terrível. Houve um ruído terrível. Houve um silêncio terrível.

A Frota de Construção Vogon desapareceu no negro espaço estrelado.¹

¹ Adams, D. **O Guia dos Mochileiros das Galáxias**. 1. ed. São Paulo: Arqueiro, 2021. p. 68-70.

RESUMO

Este trabalho analisa a disputa em torno do domínio de topo .amazon no contexto do regime de governança da Internet coordenado pela ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*). A partir da descrição detalhada do processo e das decisões envolvidas, o estudo busca compreender as tensões entre os princípios do modelo multissetorial (*multistakeholder*), que prega a inclusão de múltiplos grupos de interesse nas tomadas de decisões, e a prática institucional, marcada por exclusões materiais e simbólicas de certos *stakeholders*, especialmente de grupos historicamente marginalizados. A pesquisa identifica como a ICANN, apesar de se apresentar como uma organização estritamente técnica, exerce funções regulatórias com forte impacto político e social, incluindo decisões que afetam diretamente os direitos de comunidades amazônicas. Ao articular elementos da história da regulação da Internet, do funcionamento interno da ICANN e das contribuições da literatura crítica, o trabalho aponta os limites de legitimidade do modelo multissetorial quando confrontado com realidades assimétricas de poder, participação e acesso.

Palavras-chave: ICANN; governança da Internet; modelo multissetorial; domínio .amazon; legitimidade; poder de polícia.

ABSTRACT

This study analyzes the dispute over the .amazon top-level domain within the framework of the Internet governance regime coordinated by ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers). Through a detailed description of the process and the decisions involved, the research aims to understand the tensions between the principles of the multistakeholder model, which advocates for the inclusion of multiple interest groups in decision-making, and the institutional practices marked by material and symbolic exclusions of certain stakeholders, particularly historically marginalized groups. The study highlights how ICANN, despite presenting itself as a strictly technical organization, exercises regulatory functions with significant political and social impact, including decisions that directly affect the rights of Amazonian communities. By articulating elements of the history of Internet regulation, ICANN's internal functioning, and insights from critical literature, the work exposes the limits of legitimacy within the multistakeholder model when faced with asymmetries in power, participation, and access.

Keywords: ICANN; Internet Governance; multistakeholder model; .amazon gTLD; legitimacy; police power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Postagem de Emmanuel Macron sobre as queimadas na Amazônia	15
Figura 2 – Diagrama do modelo <i>multi-stakeholder</i>	34
Figura 3 – Localização Geográfica dos treze principais Servidores da Zona Raiz da Internet.....	38
Figura 4 – Cronograma do programa de novos gLTDs	43
Figura 5 – Organograma do processo de avaliação das candidaturas	44
Figura 6 – Possibilidades das candidaturas a partir dos procedimentos previstos no AGB.....	54
Figura 7 – Organograma aprofundado do processo de avaliação das candidaturas	57
Figura 8 – Parte pública da aplicação .amazon, trecho da respostas à questão 18A	72
Figura 9 – Diagrama	114
Figura 10 – Linha do tempo: Caso .amazon.....	115
Figura 11 – “Quais qualidades institucionais os respondentes consideram importantes para a ICANN? (Médias, dados ponderados)”	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Requisitos de legitimidade para os quatro fundamentos de objeção	48
Tabela 2 – Resumo das cartas enviadas Presidente do Quadro de Diretores da ICANN entre 11 de abril a 7 de maio de 2019 e revisadas pelo órgão em sua decisão final.....	103
Tabela 3 – Resumo das propostas da Amazon Inc. e as demandas de linguagem e termos da OTCA para uma proposta Compromisso Público mutuamente aceitável	105

LISTA DE SIGLAS

AGB	<i>Applicant Guidebook</i>
ALAC	<i>At-Large Advisory Committee</i>
ASO	<i>Address Supporting Organization</i>
BAMC	<i>Board Accountability Mechanisms Committee</i>
CcNSO	<i>Country Code Names Supporting Organization</i>
CcTLD	<i>Country Code Top-Level Domain</i>
CCWP-HR	<i>Cross-Community Working Party on ICANN and Human Rights</i>
CGI.br	Comitê Gestor da Internet Brasileiro
DNS	<i>Domain Name System</i>
DOC	Departamento de Comércio
DRSP	<i>Dispute resolution service provider</i>
EUA	Estados Unidos da América
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FIB	Fórum da Internet no Brasil
FPIC	<i>Free prior and informed Consent</i>
GAC	<i>Governmental Advisory Committee</i>
GNSO	<i>Generic Names Supporting Organization</i>
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
gTLD	<i>Generic Top-Level Domain</i>
gTLD-MoU	<i>Generic Top-Level Domain Memorandum of Understanding</i>
HR-FOI	<i>Human Rights Framework of Interpretation</i>
HTML	<i>HyperText Markup Language</i>
IAHC	<i>International Ad Hoc Committee</i>
IANA	<i>Internet Assigned Numbers Authority</i>
ICANN	<i>Internet Corporation for Assigned Names and Numbers</i>
ICC	<i>International Center of Expertise of the International Chamber of Commerce</i>
IETF	<i>Internet Engineering Task Force</i>
IRP	Painel Independente de Revisão
ISO	Organização Internacional de Normalização
ISOC	<i>Internet Society</i>
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

NCSG	<i>Non-commercial Stakeholders Group</i>
NCUC	<i>Non-Commercial Users Constituency</i>
NGPC	<i>New gTLD Program Committe</i>
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br)
NTIA	Departamento de Comércio dos Estados Unidos
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PIC	Compromissos de Interesse Público
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
RSSAC	<i>Root Server System Advisory Committee</i>
SSAC	<i>Security and Stability Advisory Committee</i>
TCP/IP	Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo de Internet
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>
WWW	<i>World Wide Web</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Visão histórica da regulação da Internet	19
1. INTENET CORPORATION FOR ASSIGNED NAMES AND NUMBERS – ICANN...	29
1.1. A criação da ICANN	29
1.2. O Regime legal da ICANN.....	32
1.3. Identidade legal da ICANN	35
1.4. As funções da ICANN	37
2. O PROGRAMA DE NOVOS gTLD E AS REGRAS DO PROCESSO	41
2.1. Procedimento para aplicação para um <i>generic top-level domain</i>	43
2.2. Procedimentos de objeção	47
2.2.1. Objeções Públicas	47
2.2.2. Recomendação consensual do GAC.....	52
2.3. Provisões sobre nomes geográficos	55
3. O .AMAZON E O PROCESSO DE DISPUTA	58
3.1. Introdução às disputas – Oposição do GAC e Objeção Pública	61
3.1.1. Notificação prévia (<i>Early Warning</i>) do GAC	62
3.1.2. O processo de Objeção pública	65
3.1.3. Recomendação do GAC e Decisão do <i>Board</i>	78
4. PROCEDIMENTO DE REVISÃO INDEPENDENTE E SUAS CONSEQUENCIAS	81
4.1. Declaração Final (Sentença Arbitral) do Painel de Revisão Independente	83
4.2. Consequências do processo de revisão independente (IRP) e Decisão do Conselho de Diretores.....	93
4.2.1. Tentativas de negociação.....	94
4.2.2. Decisão final do <i>Board</i>	102
5. COMENTÁRIOS AO CASO .AMAZON	116
5.1. Direito prevalente no processo de disputa pelo .amazon?	116
5.2. A (tentativa de) participação das populações da região e dos países amazônicos	122
5.3. Caso .amazon e o regime regulatório da ICANN	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2019, certa política do governo do então presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, foi alvo de protestos em diversas cidades ao redor do mundo. Além de cidadãos de diversas nacionalidades, diversos chefes de estado, incluindo reunião exclusiva do G7 para tratar do assunto, se posicionaram sobre a questão. O motivo? As queimadas da Amazônia e a política para a região do Governo Federal. Naquele mês, os incêndios na região de um dos biomas mais importantes do mundo tomaram tamanha proporção que a fumaça gerada fez “o dia virar noite” (G1 SP, 2019) em cidades do sudeste brasileiro, a milhares de quilômetros da floresta transcontinental.

O tópico também tomou conta do noticiário global, com reportagens como “*G7 leaders to hold emergency talks over Amazon wildfires crisis*”², no The Guardian (Borger; Watts; Phillips, 2019), e matérias em vídeo sob o título “*‘Our house is burning’: Macron urges G7 action on Amazon fires*”³ na Al Jazeera (2019). O então presidente francês, Emmanuel Macron, postou o seguinte em suas redes sociais no dia 22 de agosto de 2019⁴:

Figura 1 – Postagem de Emmanuel Macron sobre as queimadas na Amazônia



4:15 PM · Aug 22, 2019

Fonte: Twitter, ago. 2019.⁵

² Tradução para o português: “Líderes do G7 fazem uma reunião de emergência sobre queimadas na Amazônia”.

³ Tradução para o português: “‘Nossa casa está em chamas’, Macron pede ação do G7 sobre incêndios na Amazônia”.

⁴ Tradução para o português: “Nossa casa está pegando fogo. Literalmente. A floresta amazônica – o pulmão que produz 20% do oxigênio do nosso planeta – está pegando fogo. É uma crise internacional. Membros da Cúpula do G7, vamos discutir essa emergência em dois dias!”.

⁵ Disponível em: <<https://twitter.com/EmmanuelMacron/status/1164617008962527232>>.

A declaração do mandatário francês acabou por se tornar mais um dos acidentes diplomáticos do governo Bolsonaro (Guardian News, 2019). Entretanto, a despeito das políticas de tal governo, este episódio serve para demonstrar três coisas: (i) a importância internacional da região, de sua biodiversidade, proteção e desenvolvimento; (ii) o reconhecimento da comunidade internacional de que o termo “*amazon*” em inglês concerne à região sul americana; (iii) e, por fim, que mesmo autoridades cujo o idioma principal não são o inglês, se utilizam deste para se expressar de forma global sobre a amazônia.

Estes três fatos são relevantes pois, alguns meses antes, no dia 15 de maio de 2019, o Conselho de Diretores⁶ da *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* (ICANN)⁷, um organismo privado estadunidense que tem como função o controle e gerenciamento dos nomes e números de toda Internet Global, decidiu que o espaço a ser criado, baseado no termo “amazon”, seria delegado à gigante do varejo online Amazon Inc. Como consequência, tal espaço virtual poderia ser explorado comercialmente de forma **exclusiva** pela empresa norte-americana, a despeito da firme oposição dos países englobados pela região da qual a própria empresa se inspirou para o seu nome.

A breve narrativa que abre esta introdução é uma tentativa de conseguir superar um dos desafios deste trabalho: demonstrar a importância da disputa por um nome no cenário digital global. Isto porque, a despeito deste trabalho ser desenvolvido em português, ele versa sobre o termo *Amazon*, que em inglês dá nome à região da Amazônia, região esta pertencente majoritariamente ao território brasileiro, mas também é o nome de uma empresa estadunidense.

Aqui é importante apontar que a discussão a respeito de direitos sobre os nomes de domínio vai muito além de uma simples disputa por um nome, ou somente uma questão de direito de registro de marcas e propriedade intelectual. Ainda que estas sejam questões importante neste processo (bastante presentes, como veremos mais tarde), este trabalho visa mostrar que tais discussões versam também sobre questões históricas de tais nomes e seus usos, origem e identidades derivadas, bem como questões sobre direito internacional, direitos comuns de ordem imaterial, questões de soberania, representatividade em escala global e regional – bem como onde estão os limites de cada um.

⁶ *Board of directors*, referido neste trabalho apenas como *Board*.

⁷ Em português, Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números. Ver: <<https://www.icann.org/>>.

A disputa pelo domínio de primeiro nível .amazon, entre os oito governos da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a empresa Amazon Inc., durou sete anos e foi encerrada poucos meses antes dos eventos que geraram comoção internacional pela importância da região, como dito anteriormente. O resultado da controvérsia, bem como o regime e a forma como foram tomadas as decisões dos diversos procedimentos que compõem o caso .amazon, são de extrema importância dentro do contexto atual da sociedade da informação em que estamos inseridos.

Atualmente, o mundo tem mais de 5 bilhões de pessoas com acesso à Internet, com dados de janeiro de 2022. Ou seja, cerca de 70% de todos os habitantes da Terra têm acesso à rede mundial de computadores (Datareportal, 2025; Statista, 2025). Quando falamos de nomes e números na Internet estamos falando de um dos poucos – senão o único – **recurso finito** da rede, o DNS (*domain name system*), e de como ele é gerenciado e distribuído globalmente, como veremos de forma mais aprofundada em breve.

É possível ainda desenhar uma metáfora para explicar o que a posse de um domínio significa. Comprar um domínio para criar um site, como por exemplo, “carioca.com”, é o mesmo que adquirir um espaço online, um lote, um sítio⁸, ou seja, uma área virtual onde se colocam informações, ocupando o espaço virtual. Por sua vez, criar um novo domínio de primeiro nível⁹ é o mesmo que criar um latifúndio, uma capitania hereditária ou, até mesmo, um continente. Aquele que controla o gTLD pode explorar comercialmente o domínio, vendendo domínios de segundo nível (no exemplo acima, “carioca” é o domínio de segundo nível, e o “.com” é o gTLD), ou mesmo disponibilizar aquele espaço virtual apenas para suas atividades e parceiros o espaço virtual adquirido a partir do domínio de primeiro nível, controlando totalmente o uso daquele espaço.

A importância dessa questão não pode ser subestimada. Jim Bidzos, CEO da Verisign Inc., comemorou durante o anúncio de lucros da empresa de 2022 os “25 anos de disponibilidade ininterrupta para nossa infraestrutura global de resolução .com e .net. Também apresentamos um desempenho financeiro sólido no trimestre e no ano inteiro”

⁸ Tradução do termo *site*, importado do inglês.

⁹ *Generic top level domain*, ou gTLD na sigla em inglês. Ao longo do trabalho, o termo “domínio de primeiro nível” e a sigla gTLD serão usados para designar o mesmo conceito.

(Verisign, 2022). Naquele ano a empresa alcançou uma receita de US\$ 1,42 bilhão. A Verisign, Inc. é uma empresa americana localizada em Reston¹⁰, no estado da Virgínia, que opera uma ampla gama de infraestrutura da Internet e gerência, para além do .NET e .COM, dois dos treze servidores raiz da Internet, além de outros gTLDs.

Importante notar que quando falamos desta tecnologia como uma coisa *única*, estamos falando de fato de um ecossistema tecnológico composto por redes, infraestrutura de telecomunicações, *hardwares* e *softwares*, todos atuando de forma conjunta a fim de criar uma estrutura complexa ao qual damos o nome de Internet. Destarte, diversos autores passaram a adotar a divisão da Internet em camadas temáticas para a melhor compreensão do tema¹¹. São elas: as camadas (i) de infraestrutura, (ii) dos protocolos e (iii) das aplicações.

De modo geral, a camada de infraestrutura já tem a sua regulação com uma longa história e marcos, pois estamos falando da infraestrutura de telecomunicações utilizada pela Internet. Alguns temas relevantes desta camada são a discussão sobre *zero rating* e neutralidade da rede, por exemplo. A camada de aplicação, também chamada da camada de conteúdo, é aquela que chega aos usuários comuns de forma mais explícita. São as diversas aplicações da Internet, os programas utilizados no dia a dia e os *websites* que “povoam” o ambiente virtual – é nesta camada onde se concentram, em sua maioria, os debates regulatórios atuais em todo mundo¹².

Quando falamos da ICANN e do sistema de nomes de domínios (DNS), estamos falando da segunda camada, a camada dos protocolos os quais permitem a comunicação em rede entre as mais diferentes máquinas – como o TCP/IP¹³, o próprio DNS e o HTML, por exemplo. Esta camada define as formas como podemos utilizar a Internet, sua arquitetura, limites, etc. Ela é, em geral, constituída de organizações internacionais que funcionam no

¹⁰ A sede da *Internet Society*, uma das organizações centrais e históricas da governança da Internet, fica localizada na mesma cidade.

¹¹ Autores referenciados neste trabalho, como Lawrence Lessig (2006) e Clara Iglesias (2019), dentre outros, utilizam essa definição. Para consultar a explicação clássica das três camadas consultar Kurbalija (2016, p. 35).

¹² A exemplo do Projeto de Lei nº 2630, de 2020 (popularmente conhecido como o PL das *Fake News*) no Brasil e o *Digital Services Act* (Regulation (EU) 2022/2065) e *Digital Markets Act* (Regulation (EU) 2022/1925) da União Europeia.

¹³ Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo de Internet é um conjunto de regras que permite a comunicação entre computadores na Internet. Ele organiza como os dados são divididos, enviados e recebidos, garantindo que cheguem corretamente ao destino.

modelo *multi-stakeholder* (multisetorial) e em sistemas consensuais, da qual a ICANN é seu maior expoente, mas não se limitando a ela.

A camada de código (ou de transporte) inclui recursos virtuais e padrões técnicos exclusivos da Internet, que se traduzem em recursos críticos para a sua operação – por exemplo, endereços IP, nomes de domínio (junto com o sistema de distribuição dos mesmos conhecido como Domain Name System – DNS) e os protocolos padrões da Rede Mundial de Computadores (conhecidos como *http* – *Hypertext Transfer Protocol* – e *html* – *Hypertext Markup Language*). Nesse âmbito, os debates de governança orbitam ao redor da definição de protocolos e design de *software*, confundindo-se muitas vezes com a atuação dos organismos multisetoriais que definem esses padrões, como a *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* – ICANN e a *Internet Engineering Task Force* – IETF. (Keller, 2019, p. 37)

Assim, analisar a ICANN e o gerenciamento do DNS de forma geral, mas de gTLDs em específico, é falar sobre **como se ocupa, quem ocupa, quem controla, quem estabelece as regras** no espaço virtual de forma global e **quem lucra** com a sua existência. Ademais, trata-se de refletir sobre **como são decididos** os domínios a serem criados, **as regras que estabelecem tal processo**, dentre outras questões que dizem respeito às bases sobre as quais se construirá o futuro da Internet, incluindo os níveis de democracia envolvidos e até mesmo a sua concepção enquanto ferramenta. Seria a Internet um “bem comum” ou um serviço a ser ofertado em um mercado? E, ainda que se admita a coexistência de ambos os modelos, onde se encerra um e começa o outro?

Nesse sentido, a definição de quem poderia explorar e controlar e de que forma se daria essa delegação do .amazon expõe de forma ímpar as entranhas dos organismos e processos que governam a rede.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a atuação da ICANN e a aplicação do modelo multisetorial como modelo de governança a ordenar e regular a Internet no contexto global, analisando tais aspectos através de seu processo decisório, em particular a disputa e decisão sobre o .amazon. Entretanto, para isto, é necessário contextualizar a questão da regulação da Internet e as raízes de tal disputa, o que será feito a seguir.

Visão histórica da regulação da Internet

As primeiras sementes do que conhecemos hoje como a Internet foram plantadas em laboratórios de universidades e empresas privadas financiadas pelo Departamento de Defesa

dos Estados Unidos nos anos 1960, continuando desta forma até o fim dos anos 1980 (Carvalho, 2006; Mounier, 2006; Goldsmith; Wu, 2006; Kurbalija, 2016).

Entretanto, é somente a partir dos anos 1990 (Keller, 2019), com o desenvolvimento da *World Wide Web*, de navegadores mais simples e da linguagem HTML¹⁴, que foi possível a real popularização da “Rede de redes” de comunicação entre computadores por pacotes comutados em longa distância – ou, simplesmente, **a Internet**.

Em outubro de 1994, foi oficialmente lançado o World Wide Web Consortium (W3C), entidade coordenada, em conjunto, pelo CERN e pelo MIT. Apesar do W3C ter sido visto inicialmente como um consórcio da indústria de tecnologia da informação, recebeu suporte governamental em forma de recursos financeiros oriundos da ARPA e apoio institucional da Comissão Europeia (BERNERS-LEE, 1999, p. 95). Em dezembro de 1994, aconteceu no MIT a primeira reunião do W3C, com 25 pessoas, na qual começaram os trabalhos de padronização das tecnologias, capitaneados pela especificação da linguagem HTML, que visava garantir que uma página Web pudesse ser visualizada por qualquer browser que usasse o padrão W3C. (Carvalho, 2006, p. 133)

Tal expansão ficou evidente quando, em 2000, o número de usuários era de cerca de 304 milhões de usuários (Mounier, 2006) e já em 2015 a União Internacional de Telecomunicações (UIT, 2015) projetou um total de 3,2 bilhões de usuários.

É a partir deste momento que a Internet a qual conhecemos começou a se delinear, e as questões de controle, regulação e gerenciamento começaram a entrar em ebulição no cenário internacional. Ainda que desde seus primórdios tal questão tenha estado presente nos debates dos rumos daquela nova tecnologia, é o crescimento dos usuários que eleva o debate a outro patamar.

A Internet tal como a conhecemos hoje é essencialmente a Web, funcionando ainda durante alguns anos como base na linguagem HTML, à qual vieram juntar-se agora várias funcionalidades multimídias. Um verdadeiro cavalo de Troia que permite aos provedores de conteúdo alcançar o grande público, reduzindo as dificuldades de consulta de documentos. (Mounier, 2006, p. 94)

Apesar de sua fama de “rede sem lei”, essa impressão tem mudado nos últimos anos com debates e a aprovação de diversas leis de proteção e de promoção de direitos dos

¹⁴ O HTML (*HyperText Markup Language*) é uma linguagem de marcação, ou seja, um conjunto de sinais aplicados a textos ou dados para definir sua estrutura e aparência, usada na construção de páginas na Web. Ele é a base para organizar textos, imagens, links e outros elementos. A *World Wide Web* (WWW) é o sistema que permite acessar e navegar por essas páginas Web, criadas com HTML, por meio de navegadores.

usuários, por exemplo, como a O Marco Civil da Internet (Brasil, 2014) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) (Brasil, 2018) no Brasil e a Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) na Europa (European Union, 2016).

Entretanto, a Internet não só nunca foi uma “terra sem lei”, como o debate sobre sua regulamentação é antigo. Desde a sua criação nos anos 1960 como projeto estratégico do Estado, até meados dos anos 1990, a Internet era controlada de forma quase que total pela chamada comunidade técnica (pesquisadores e estudantes que ajudaram a fundar a rede¹⁵) e o departamento de estado do governo estadunidense (Mounier, 2006; Carvalho, 2006).

É somente a partir do advento do sistema *Web* que a rede passa a ser objeto de pressão por mudanças vindas de diversos setores: seus novos usuários, cada vez em maior número; o setor privado, com seus emergentes interesses comerciais; outros estados nacionais e a sociedade civil global. As preocupações eram diversas como, por exemplo, segurança da rede, liberdade de expressão, proteção de dados, proteção da propriedade intelectual e pirataria, ampliação do acesso, entre outras.

Dentre tantos focos de preocupação, a questão da soberania dos estados nacionais e as desigualdades globais sempre influenciou – e continua a influenciar – as discussões sobre a regulação da Internet, ou da chamada governança da Internet, de forma decisiva.

Nesse sentido, uma das principais crenças do período inicial da rede, ainda bastante presente nos debates atuais, é de que a Internet não estaria ao alcance da regulação dos governos nacionais. Mais do que isso, a Internet “sobrepunha as fronteiras nacionais e provocaria a erosão do conceito de soberania” (Kurbalija; Gelbstein, 2005, p. 21). Um retrato desse cenário e símbolo das questões postas é a famosa Declaração de Independência do Ciberespaço, de John Perry Barlow, publicada em 1996 – uma peça clássica dos debates sobre aquilo que mais tarde se convencionou chamar de *Governança da Internet*, tema geral deste trabalho.

Governos do Mundo Industrial, gigantes cansados de carne e aço, venho do Ciberespaço, o novo lar da Mente. Em nome do futuro, peço a vocês do passado que nos deixem em paz. **Vocês não são bem-vindos entre nós. Não têm soberania onde nos reunimos.** (...) Alegam que há problemas entre nós que precisam resolver. Usam essa alegação como desculpa para invadir nossos territórios. Muitos

¹⁵ Importante salientar que este já não era somente estadunidenses, nem mesmo somente baseados nos Estados Unidos. A participação de universidades e organizações europeias, como o próprio CERN, demonstra isso.

desses problemas não existem. Onde há conflitos reais, onde há injustiças, as identificaremos e trataremos por nossos meios. **Estamos formando nosso próprio Contrato Social. Essa governança surgirá de acordo com as condições do nosso mundo, não do de vocês. (...) Estamos criando um mundo onde todos possam ingressar sem privilégio ou preconceito baseados em raça, poder econômico, força militar ou posição de nascimento. (...) Devemos declarar que nossos eu virtuais são imunes à sua soberania, mesmo quando continuamos a consentir com seu domínio sobre nossos corpos. Vamos nos espalhar pelo Planeta para que ninguém possa prender nossos pensamentos.** (Barlow, 1996, s.d.)¹⁶

Este documento é a epítome desta lógica que permeou o processo de debates da governança da Internet e moldou a rede como a conhecemos, dando força a debates que, mais tarde, se materializaram na forma da Cúpula da Sociedade da Informação, entre 2003 e 2005. Apesar de, em grande medida, este discurso estar ultrapassado (Keller, 2019), seu espírito ainda subsiste nos debates sobre a regulação da Internet.

A linha teórica que via a rede como um espaço *suis generis*, recusando a legitimidade dos governos nacionais, ficou conhecida como excepcionalismo (Wu, 2011). Assim, a Internet é fundada por uma comunidade que tinha como valores centrais a ideia de uma rede acessível a todos e livre de restrições, em especial aquelas derivadas do poder do Estado, como fronteiras e legislações nacionais. Tal contexto deu origem à possibilidade da emergência de uma *ágora informacional* à partir da rede de computadores.

Em 1994, durante o discurso de abertura da Conferência Mundial para o Desenvolvimento das Telecomunicações, promovida pela UIT, o então senador Albert Gore apontou o que poderia ser categorizado como uma “vocação” democrática da rede:

A *Global Information Infrastructure* (GII) será uma montagem ou reunião de redes locais, nacionais e regionais [...] **Num sentido, ela constituirá a metáfora da própria democracia.** A democracia representativa não funciona com um governo todo-poderoso central, que arroga para si todas as decisões. Foi por isso que o comunismo colapsou. [...] Aliás, a GII haverá de promover o funcionamento da democracia, ao incrementar grandemente a participação dos cidadãos na tomada de decisões. E, assim mesmo, promoverá intensamente a capacidade das nações cooperarem umas com as outras. **Anteveja uma nova Era Ateniense para a democracia, criada nos foros que a GII irá criar.** [...] Deixe-nos criar uma comunidade global na qual as pessoas dos países não se olharão como potenciais

¹⁶ Tradução livre: “Governments of the Industrial World, you weary giants of flesh and steel, I come from Cyberspace, the new home of Mind. On behalf of the future, I ask you of the past to leave us alone. You are not welcome among us. You have no sovereignty where we gather. (...) You claim there are problems among us that you need to solve. You use this claim as an excuse to invade our precincts. Many of these problems don't exist. Where there are real conflicts, where there are wrongs, we will identify them and address them by our means. We are forming our own Social Contract. This governance will arise according to the conditions of our world, not yours. (...) We are creating a world that all may enter without privilege or prejudice accorded by race, economic power, military force, or station of birth. (...) We must declare our virtual selves immune to your sovereignty, even as we continue to consent to your rule over our bodies. We will spread ourselves across the Planet so that no one can arrest our thoughts”.

inimigos, mas como potenciais parceiros, membros da mesma família, na vasta e cada vez mais conectada família humana.¹⁷ (Grifo nosso)

Mais tarde, como mencionado, ficou claro que a Internet não só *pode* ser regulada, mas que a *estrutura sobre a qual a rede é construída já é em si uma forma de regulação* – ou na formulação famosa de Lawrence Lessig (2006, p. 5), “*code is law*”.

Entretanto, esta não é a primeira tecnologia da informação e comunicação (TICs) que se propõe a ser um fórum livre, que desafia fronteiras. No início do século XX, entre as décadas de 1910-1920, duas TICs emergiram e se desenvolveram: a telefonia e o rádio. Entretanto, a telefonia era mais atrativa economicamente, relegando o rádio a uma prática de lazer e recreação. Sob a perspectiva econômica do setor de telecomunicações na época, o rádio não era atrativo. Além de permitir a qualquer um receber as mensagens transmitidas, bastando ter um aparelho receptor, os aparelhos de rádio eram relativamente baratos e fáceis de serem utilizados. Assim, rapidamente milhares de pessoas começaram a trocar e receber mensagens através do espectro eletromagnético de forma livre (Dantas, 2002) ou, simplesmente, pelo rádio.

É neste contexto que concepções da criação de uma esfera democrática global passaram a ser elaboradas. O dramaturgo marxista alemão, Bertolt Brecht, elaborou uma proposta de radicalização da democracia através do rádio. A “teoria do rádio”¹⁸, um artigo de cerca de cinco páginas, parte de uma série de escritos do intelectual entre 1927 e 1932, propondo a criação de uma esfera pública cidadã:

Na minha opinião, vocês deveriam tentar fazer do Rádio uma coisa realmente democrática. (...) E para ser agora positivo, quer dizer, para descobrir o positivo da radiodifusão, uma proposta para mudar o funcionamento do rádio: **é preciso transformar o rádio, convertê-lo de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação.** O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse **capaz de emitir, como também de receber**; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. A radiodifusão deveria, conseqüentemente, afastar-se dos que a abastecem e constituir

¹⁷ Tradução do original: “*the GII will be an assemblage of local, national, and regional networks [...] In a sense, the GII will be a metaphor for democracy itself. Representative democracy does not work with an all-powerful central government, arrogating all decisions to itself. That is why communism collapsed. [...] The GII will in fact promote the functioning of democracy by greatly enhancing the participation of citizens in decision-making. And it will greatly promote the ability of nations to cooperate with each other. I see a new Athenian Age of democracy forged in the fora the GII will create.[...] Let us build a global community in which the people of neighboring countries view each other not as potential enemies, but as potential partners, as members of the same family in the vast, increasingly interconnected human family*”. Para ver o discurso na íntegra, ver World Telecommunication Development Conference (1994).

¹⁸ Disponível em: <<http://www.radiolivre.org/node/3667>>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

os rádios ouvintes em abastecedores. **Portanto, todos os esforços da radiodifusão em realmente conferir, aos assuntos públicos, o caráter de coisa pública são realmente positivos.** (Grifo nosso)

Entretanto, no fim dos anos 1920, a livre utilização do espectro eletromagnético foi transformada em monopólio. A Lei do Rádio dos Estados Unidos, de 1927, estabeleceu que este só poderia ser utilizado através da concessão do Estado, na prática transformando o rádio em um recurso a ser explorado pelo setor privado (Dantas, 2002). Tal modelo é o mesmo utilizado no Brasil e passou a ser usado pela Europa também a partir da quebra de monopólios das empresas estatais nos anos 1980-1990. Assim, quando a Internet passa a ser conhecida pelo público em geral, 50 anos depois do fim da livre radiodifusão, a nova TIC, acompanhada de seu contexto histórico, social e econômico, dos campi universitários californianos, passa a ter a fama de tecnologia absolutamente *excepcional*.

Este trabalho se alinha com a visão de que a Internet não é uma tecnologia absolutamente nova. Na verdade, a “rede das redes” é uma dentre tantas outras TICs, assim como o telégrafo, o rádio e a televisão. A análise aqui feita parte do pressuposto de que o desenvolvimento da Internet e, principalmente, a sua regulação, estão inseridas no contexto do desenvolvimento das TICs.

Nesse sentido, é importante ter em mente o desenvolvimento da regulação de tais tecnologias. Assim, quando pensamos a regulação do Rádio, percebe-se que ela atendeu a um poder de acumulação exclusivo, o padrão “fordista”, e isso foi decisivo para que possíveis “utopias democráticas” através das TICs fossem sequer discutidas (Dantas, 2002, p. 127). Se traçarmos um paralelo com o desenvolvimento da Internet, vemos que a diferença decisiva desta tecnologia é o momento histórico no qual ela se desenvolve – e não necessariamente sua tecnologia. Isso, como veremos, terá um impacto profundo nas formas regulatórias assumidas globalmente.

Isto porque, entre os anos 1980 e 1990, o mundo passava por grandes transformações com o fim da Guerra Fria, o fim do bloco socialista e a configuração de um mundo pós-fordista, com a ascensão da doutrina neoliberal (Dardot; Laval, 2016; Brown, 2019). O desenvolvimento da Internet na ascensão do neoliberalismo fomentou de forma profunda e diversa as questões apontadas anteriormente sobre a soberania, desigualdade e democracia.

Sua fácil popularidade atraiu rapidamente novos atores em qualidade e quantidade, de forma que as disputas pelo controle da rede, bem como a necessidade de ordem, pacificação e solução de conflitos e os temas de regulação e governança ganharam mais fôlego.

É neste contexto e espírito que se dá a Guerra do DNS, uma série de disputas sobre um recurso chave e finito da Internet. Tal período é um ponto de inflexão na história da Governança da Internet e deu origem à ICANN.

Fundada em 1998, a ICANN é responsável por controlar o DNS – para muitos, um dos recursos mais importantes da rede (se não o mais importante). A organização também é centro de disputas sobre os recursos da infraestrutura da rede, estabelecendo e executando decisões centrais para a Governança da Internet – sendo a legitimidade da própria organização para ser incumbida de tal tarefa uma questão de disputa. Isto porque a corporação é (i) uma organização privada, (ii) sediada e estabelecida com base nas leis estadunidenses, em especial do estado da Califórnia, e (iii) exerce o controle de recursos limitados e utilizados pelo mundo todo – e que até 2016 era submetida a uma espécie de tutela (*stewardship*) direta com o departamento de comércio norteamericano. Esse controle ainda existe, mas de uma forma indireta, como veremos mais tarde.

Assim, a ICANN é tida por muitos como o principal organismo do modelo de governança multissetorial (*multi-stakeholder*), que tem como diretriz principal a busca por consensos entre os diversos setores interessados em determinadas políticas públicas (neste caso, o DNS), reunindo a comunidade técnica, a sociedade civil, as empresas privadas e os governos nacionais nas decisões – porém com pesos diferentes. Esse modelo vem sendo implementado desde os anos 1990 em oposição ao modelo multilateral de decisões nos fóruns internacionais, em que os estados nacionais gozam de especial *status* (Jongen; Scholte, 2021, 2023).

Em 2012, a ICANN abriu um programa envolvendo o sistema de nome de domínios para a inserção de novos domínios de topo (gTLD). Dessa forma, diversos atores foram inseridos no DNS após a organização aprovar quase 2.000 novos gTLDs, expandindo o espaço digital.

A decisão de 2019 que tratou da disputa do domínio .amazon, narrada no início deste capítulo, foi tomada pelo conselho diretor da ICANN. Nela o *Board* entregou o controle absoluto de tal domínio à empresa Amazon Inc., mesmo com a posição contrária de 8 países.

Tal disputa expõe questões importantes da organização e o modelo regulatório da rede, a natureza do seu poder para tomar tais decisões, sua legitimidade enquanto “órgão regulador” e características até então entendidos como intrínsecos aos Estado nacionais, como o “poder de polícia”.

O tema, de forma geral, é muito abrangente. Tendo em vista as limitações de um trabalho de graduação, o tempo e abrangência possíveis, este trabalho não abordará todas as questões possíveis de se extrair da decisão analisada. Mesmo se tratando de um único caso, a disputa pelo gTLD .amazon é bastante complexa e notória (Vargas-Leon; Kuehn, 2015), envolvendo 8 estados nacionais, uma organização multilateral, uma das maiores empresas multinacionais do mundo – além do tempo decorrido na disputa, mais de sete anos. A disputa também levantou questões acerca da própria ICANN e de seu modelo regulatório (Badii, 2019). Assim, se este trabalho fosse abordar todas as questões sobre o caso, acabaria por fugir das possibilidades de uma monografia. Portanto, por questões de escopo e deste trabalho, a presente monografia pretende atender às seguintes questões:

(i) Elaborar um breve panorama histórico e político da ICANN, contextualizando sua criação e os fatores que levaram ao seu surgimento, bem como uma concisa análise técnico-jurídica sobre a estrutura e o regime de funcionamento da organização, considerando tanto o momento de sua fundação quanto os principais aspectos de sua atuação atual;

(ii) Descrever o contexto e as regras do programa de novos domínios de topo (*New generic top level domain program*), bem como relatar a disputa pelo .amazon, de forma a servir como base para futuros trabalhos sobre o caso;

(iii) apontar quais os direitos que sobressaíram na decisão da disputa pelo .amazon e que tem um peso central nos processos decisórios da ICANN¹⁹;

(iv) levantar elementos para a discussão sobre mecanismos de participação da ICANN e o modelo multissetorial, bem como relacionar isto ao exercício (ou não) do poder de polícia pela ICANN.

¹⁹ Como veremos mais tarde, a ICANN afirma em diversos de seus documentos que faz o gerenciamento do DNS no “melhor interesse da comunidade da Internet”. Entretanto, não fica claro quais seriam esses interesses. Este trabalho também pretende fazer apontamentos na direção de responder essa questão.

Este trabalho vai partir dos acúmulos da Economia Política da Informação e Comunicação, e principalmente da análise do capital-informação de Marcos Dantas (2002), da geopolítica da informação de Anthony Smith (1980), das considerações sobre a desterritorialização do poder de polícia de Gustavo Binenbojm (2021) e regulação de redes sociais de Keller (2019).

O trabalho se apoiará na (i) revisão e análise dos documentos citados e revisados na decisão do Conselho da ICANN, de 15 de maio de 2019, e documentos conexos a estes²⁰; e na (ii) revisão bibliográfica das obras dos autores citados e em outros livros e artigos de apoio sobre governança da Internet.

É importante notar que a maioria esmagadora da bibliografia que trata diretamente das questões da ICANN não são do campo do direito – em geral são vindas da ciência da informação, comunicação (Dantas, 2002; Mounier, 2006), ciência política (Denardis, 2014; Jongen; Scholte, 2021, 2023) e mesmo da engenharia (Carvalho, 2006). A maior parte dos materiais encontrados no campo do direito partem de preocupações com questões de propriedade intelectual, com exceção do trabalho de Clara Iglesias Keller (2019), que faz uma análise da governança da Internet e do papel dos Estados Nacionais. Entretanto, nenhuma das fontes da área do direito aborda a ICANN a partir da perspectiva aqui tratada, com atenção especial aos direitos humanos e democracia. Este dado poderia sugerir deficiências da pesquisa feita, que com toda certeza existem. Porém, em algum nível, também aponta para esta lacuna dentro da pesquisa do Direito Internacional Público e do Direito Administrativo.

Estudar a ICANN, suas decisões e o processo decisório é, na verdade, o estudo de uma forma de regulação internacional, a qual desafia o papel dos estados nacionais e coloca em xeque questões de legitimidade, democracia, soberania nacional, autodeterminação dos povos, etc. no âmbito da Internet. A análise da disputa do domínio .amazon nos dá a oportunidade ímpar de entender elementos da natureza da instituição e de suas decisões, bem como o papel do Estado e da sociedade civil nesse novo modelo de governança.

²⁰ Inclusive em documentos achados em busca exploratória por evidências das questões alegadas nas decisões analisadas.

Entretanto, para uma compreensão mais adequada dessa disputa, é necessário entender de forma mais profunda o que é a ICANN, sua história, seus organismos internos e o seu lugar de destaque no ecossistema da Governança da Internet. Tal análise levará em conta aspectos legais, políticos e técnicos da instituição – o que será feito no **primeiro capítulo** deste trabalho. O objetivo é realizar uma recuperação histórico-política e também técnico-legal da conformação da ICANN no momento de sua criação, mas também de sua atuação no presente. O “raio-x” desta organização serve para dar a dimensão das decisões e o papel da Corporação como um todo e para a Governança da Internet de modo geral e, principalmente, funciona como ponto de partida para entender a disputa pelo .amazon.

No **segundo capítulo** faremos a descrição do programa de *New Generic Top Level Domains* (gTLD), seus procedimentos previstos na implementação do programa e conceitos importantes formulados dentro da ICANN como, por exemplo, os nomes geográficos e a figura do Objeto Independente. Vamos compreender como se desenvolveu o programa de novos domínios de primeiro nível (gTLDs), os procedimentos de objeção e resolução de disputas relevantes para este trabalho. Tal análise nos permitirá saber quais eram os parâmetros previstos no programa, assim como, pelo menos em tese, os direitos que tais regras visavam proteger.

O terceiro capítulo, por sua vez, trará a análise dos diversos procedimentos derivados do processo de aplicação e delegação do domínio de primeiro nível .amazon pela ICANN em 2019. Nesta parte analisaremos os documentos disponíveis de forma pública pela própria ICANN listados na decisão do dia 15 de maio de 2019, ou seja, dos “autos” do processo. Além dos documentos revisados pelo *Board* e listados como tal na decisão (*Rationale*), e aqueles citados nas notas, também foram analisados documentos citados como principais na sentença arbitral do Painel de Revisão Independente, bem como materiais apontados como importantes por decisões diversas, sejam elas arbitrais ou dos órgãos decisórios da ICANN.

O **quarto e último capítulo** traz a análise da decisão como forma também de analisar o modelo multissetorial, fazendo apontamentos sobre questões do ponto de vista material e processual, a atuação da ICANN, das cortes arbitrais, dos governos e da empresa Amazon.

1. *INTERNET CORPORATION FOR ASSIGNED NAMES AND NUMBERS – ICANN*

Como mencionado anteriormente, a partir da criação de tecnologias que permitiram o acesso facilitado à Internet, sua popularidade cresceu muito rapidamente. Neste momento, uma série de disputas políticas e técnicas eclodiram entre diversos atores, desde a comunidade originárias da Internet formada em sua maioria pela acadêmica/universitária, a iniciativa privada que tinha interesses comerciais para a rede emergente, e o governo dos Estados Unidos – o qual, em uma mudança de postura, passa a fazer valer sua autoridade sobre a rede (Carvalho, 2006; Goldsmith; Wu, 2006). Este processo gerou uma intensa disputa pelo controle da lista dos domínios e números IPs, ou seja, pelo DNS, e ficou conhecida como a “guerra do DNS”.

Antes da popularização da Internet, os usuários eram tão poucos que estes conheciam os endereços numéricos das máquinas participantes. Esse número era necessário para localizar e manter conectados os nós da rede. Com a ampliação de usuários e a entrada de cada vez mais máquinas na rede, esse sistema de memorização de cada computador da rede pelas máquinas individuais passou a não ser mais viável. A partir disto, saídas para essa questão começaram a ser discutidas.

A opção dita “técnica” foi por uma arquitetura tal que o sistema de endereçamento depende de uma espécie de lista telefônica, a qual qualquer computador precisa consultar antes de enviar dados e, na qual, qualquer computador precisa constar, se quiser receber dados de outros. Esse sistema [...] é o responsável pela tradução de nomes em endereços numéricos (e vice-versa). No coração do DNS está o *namespace*, em cujos registros existem milhões de entradas. **A remoção de uma entrada nessa lista significa a expulsão de um computador da Internet.** (Carvalho, 2006, p. 157, grifo nosso)

Logo, a criação do sistema DNS foi a resposta ao número crescente de computadores e usuários participando do que viria a se chamar de Internet. A decisão pelo modelo do DNS teve uma aparência de quase “acidente” – uma decisão técnica que mudou todas as relações de poder da rede não foi feita, pelo menos de forma aparente, como uma escolha política (Carvalho, 2006).

1.1. A criação da ICANN

Na prática, adotar o DNS significou inverter a lógica de descentralização que existia na Internet até então – pelo menos por um lado, pois na outra ponta, baseada no protocolo TCP/IP, há realmente uma rede de computadores descentralizada. Porém, essa ponta descentralizada passou a necessitar de um controle sobre um banco de dados central com todos os endereços do ciberespaço (*namespace*), baseado inclusive em uma hierarquia *top-down*.

Trata-se, portanto, de uma arquitetura de endereçamento piramidal, na qual a zona raiz única está ligada às zonas do primeiro nível, as quais por sua vez estão ligadas às zonas do segundo nível e assim sucessivamente, até os computadores individuais. Assim, a zona imediatamente superior tem autoridade sobre as zonas inferiores, e a zona raiz tem autoridade sobre todas.

O DNS, além de ser uma forma de controle do que está ou não na Internet – ou seja, tem poder coercitivo, além de poder ordenador do espaço digital, podendo ser apontado como exercício de poder de polícia (Binenbojm, 2021), como veremos no capítulo cinco –, também se provou um sistema extremamente lucrativo. A partir do início dos anos 1990, com o aumento da demanda por nomes de domínio impulsionado pelo desejo crescente de presença online, foi autorizada a cobrança em dinheiro por cada registro de domínio, modelo de negócio que perdura até hoje (Goldsmith; Wu, 2006). Atualmente, projeções apontam um mercado que valerá mais de USD\$ 1,025 trilhão de dólares em 2027 (Straits Research, 2021).

Naquele momento, a responsabilidade pela administração, manutenção e operação de todo o sistema de registro de domínios saiu das mãos dos projetos estatais e foi transferida para organizações de direito privado com íntimas ligações com o governo americano (Carvalho, 2006), como veremos em breve. A disputa pelo DNS acontece justamente por essa transferência da responsabilidade do sistema para uma empresa privada.

Em 1994, a *US National Science Foundation*, que administrou a estrutura-chave da Internet, decidiu terceirizar a administração do sistema de nomes de domínio (DNS) a uma empresa privada norte-americana denominada *Network Solutions Inc.* (NSI). Isso não repercutiu bem junto à comunidade da Internet, levando à chamada guerra do DNS. Esta guerra introduziu novos atores no cenário: organizações internacionais e Estados nacionais. Ela terminou em 1998 com a criação de uma nova organização, a *Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números*. (Kurbalija, 2016, p. 7)

A criação da ICANN, em 1998, teve como objetivo encerrar o debate então existente sobre o destino da gestão dos nomes de domínio e endereços IP. À época, discutia-se a possibilidade de criação de uma organização internacional específica para essa finalidade ou, alternativamente, a transferência dessas responsabilidades para a Internet Society (ISOC) – organismo internacional que integra o núcleo da Governança da Rede, atuando como um aglutinador de debates sobre a rede, indicando políticas, **mas sem poder de execução (fazer cumprir) suas resoluções** (Mounier, 2006).

Em 1997, no âmbito da ISOC foi criado o *International Ad Hoc Committee* (IAHC), grupo de trabalho encarregado de elaborar uma proposta de estrutura para uma futura autoridade responsável pela gestão do DNS. No mesmo ano foi publicado o plano produzido pelo comitê, o chamado *Generic Top-Level Domain Memorandum of Understanding* (gTLD-MoU).

O próprio gTLD-MoU parecia um documento jurídico internacional — não muito diferente de uma resolução das Nações Unidas. O espírito do gTLD-MoU (que seus proponentes chamavam de “MoUvement”) era eliminar o monopólio da Network Solutions e também criar uma independência geral do governo dos Estados Unidos. Isso colocaria grande parte da autoridade sob o controle de uma organização chamada CORE (Conselho Internacional de Registradores), uma corporação suíça, que, por sua vez, estava principalmente sob o controle da Internet Society. O gTLD-MoU iria, inicialmente, adicionar sete novos domínios de topo (incluindo .shop e .nom), que seriam gerenciados pelos registradores da CORE.²¹ (Goldsmith; Wu, 2006, p. 38-39)

Um grande esforço internacional foi feito para fazer com que o plano gTLD-MoU ganhasse um *status* oficial. A UIT se voluntariou para o *host* da nova organização, dando suporte para suas atividades. O plano chegou a ser lançado em um evento em maio de 1997 em Geneva, Suíça – mas nenhum governo foi convidado (Goldsmith; Wu, 2006).

O modelo gTLD-MoU foi duramente criticado pela Câmara dos Deputados norte-americana durante audiências sobre as questões da Internet. As críticas atacavam de forma frontal a proposta de internacionalizar o controle do DNS, levantando acusações de traição e

²¹ Tradução livre de: “*The gTLD-MoU itself looked like an international legal document—not unlike a United Nations resolution. The spirit of gTLD-MoU (what its proponents called the “MoUvement”) was to eliminate the Network Solutions monopoly and also create a general independence from the United States government. It would have put much authority in the control of an organization named CORE (International Council of Registrars), a Swiss corporation, itself mainly under the control of the Internet Society. The gTLD-MoU would have, as an initial matter, added seven new top level domains (including.shop and .nom), to be managed by CORE registrars*”.

segurança nacional, bem como o deslocamento do poder estadunidense sobre a Internet. Um exemplo:

Andrew L. Sernovitz, presidente da *Association for Interactive Media*, partiu para o ataque durante audiência, acusando o *International Internet Ad Hoc Committee* e seus derivados, o *Interim Policy Oversight Committee* e o *Generic Top Level Domain Memorandum of Understanding*, de **tentar sequestrar a Internet e entregá-la a um “cartel” suíço que seria capaz de anular a lei americana.**²² (Clausing, 1997, s.p.)

Enquanto o debate acontecia, o governo estadunidense, em uma ação unilateral, anunciou em outubro de 1998 a criação da ICANN, uma associação californiana de direito privado (Mounier, 2006), submetida ao governo dos Estados Unidos por meio de contrato (Carpenter; Baker; Roberts, 2000), porém desta vez vinculada ao departamento de Comércio e não mais da Defesa²³.

1.2. O Regime legal da ICANN

A ICANN é oficialmente uma corporação californiana sem fins lucrativos e voltada ao interesse público. Sua atuação é baseada no modelo de trabalho que a organização define como “de baixo para cima, consensual e multissetorial”²⁴. Sua gestão é feita por um grupo de 16 pessoas que compõem o Conselho de Diretores²⁵ com direito a voto e 4 diretores não votantes selecionados dentre as organizações que compõem a ICANN (Figura 2), incluindo neste grupo não votante o representante do Comitê Consultivo Governamental (GAC), espaço reservado ao governo dos diversos países para que participem das decisões da ICANN.

Para além do Conselho, a organização conta ainda com sete grupos de apoio ICANN: *Address Supporting Organization* (ASO), *Country Code Name Supporting Organization* (ccNSO), *Generic Names Supporting Organization* (GNSO), *At-Large Advisory Committee*,

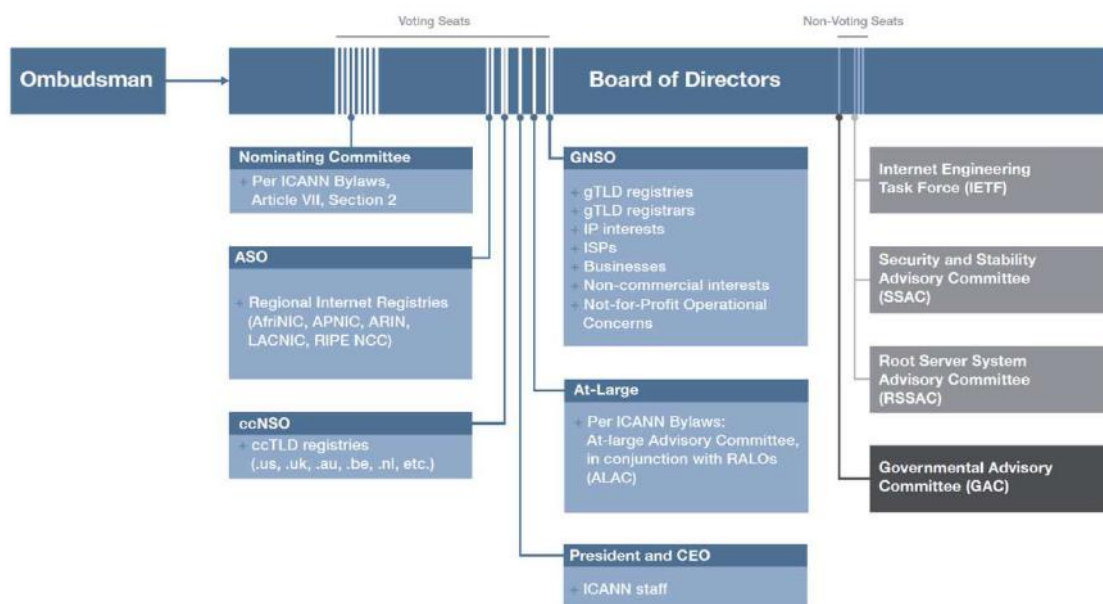
²² Tradução livre de “*Andrew L. Sernovitz, the president of the Association for Interactive Media, went on the attack at the hearing, accusing the International Internet Ad Hoc Committee and its spin-offs, the Interim Policy Oversight Committee and the Generic Top Level Domain Memorandum of Understanding, of trying to hijack the Internet and turn it over to a Swiss “cartel” that would be able to overrule U.S. law.*”

²³ Em 2016, o contrato estabelecido entre os Estados Unidos e a IANA, organização da ICANN responsável pelo gerenciamento do DNS, acabou. Entretanto, o governo estadunidense ainda mantém contrato relevante com a Verisign, que gerencia o servidor-raiz A, como veremos com mais detalhes logo mais. Ver: <<https://www.icann.org/stewardship-accountability>>. Acesso em: 16 nov. 2024.

²⁴ Tradução livre de “[...] *bottom-up, consensus-driven, multi-stakeholder model*”. Em: ICANN. *Welcome to ICANN*. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/pages/welcome-2012-02-25-en>>. Acesso em: 10 dez. 2024.

²⁵ *Board of directors*, referido neste trabalho apenas como *Board*.

Internet Engineering Task Force (IETF), Security and Stability Advisory Committee (SSAC), Root-Server System Advisory Committee (RSSAC), e, finalmente, o Governmental Advisory Committee (GAC). Esses grupos indicam pessoas para a composição do Conselho e, como indicado pela Figura 2, nem todos têm poder de voto, como o GAC, por exemplo.

Figura 2 – Diagrama do modelo *multi-stakeholder*

Fonte: ICANN²⁶.

Os princípios de gestão, a forma de funcionamento, os compromissos institucionais, entre outros aspectos, estão definidos nos chamados documentos de governança da ICANN. Entre estes documentos estão o estatuto da organização, as *Bylaws*²⁷, os seus artigos de Incorporação²⁸ e a Declaração de Compromissos²⁹, documento de 2009 estabelecido entre a ICANN e o Departamento de Comércio do governo dos Estados Unidos.

Importante notar que até 2016 um contrato entre o governo dos Estados Unidos e a ICANN estabelecia uma *stewardship*, uma espécie de custódia, do governo estadunidense sobre a organização, em específico da Autoridade para Atribuição de Números da Internet³⁰. O fim do contrato marcou, nas palavras da própria ICANN, “a transição da coordenação e gestão dos identificadores únicos da Internet para o setor privado, um processo que vem sendo

²⁶ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Groups. ICANN, 2012. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/pages/groups-2012-02-06-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

²⁷ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Bylaws. ICANN, 2025. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/pages/governance/bylaws-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

²⁸ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Amended and Restated Articles of Incorporation of Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. ICANN, 2016. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/governance/documents/amended-and-restated-articles-of-incorporation-of-internet-corporation-for-assigned-names-and-numbers-09-08-2016-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

²⁹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Affirmation of Commitments. ICANN, 30 set. 2009. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/governance/documents/affirmation-of-commitments-by-the-united-states-department-of-commerce-and-the-internet-corporation-for-assigned-names-and-numbers-icann-30-09-2009-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

³⁰ *Internet Assigned Numbers Authority*, IANA na sigla em inglês.

planejado e implementado desde 1998”³¹. Tal previsão já estava presente no *white paper* do Departamento de Comércio que estabeleceu a criação da ICANN³².

O capítulo final do processo de privatização começou em 2014, quando a NTIA [National Telecommunications and Information Administration, braço do Departamento de Comércio dos Estados Unidos] pediu à ICANN que convocasse a comunidade multissetorial global, composta por representantes do setor privado, especialistas técnicos, acadêmicos, sociedade civil, governos e usuários finais individuais da Internet, para se reunirem e formular propostas para substituir a função histórica de administração da NTIA³³ e aprimorar os mecanismos de responsabilidade da ICANN³⁴.

Ademais, apesar de ser considerada por muitos parte do corpo técnico da Governança da Internet (Kurbalija, 2016) e ter seu modelo baseado nesta premissa, é certo que a ICANN toma decisões de cunho político, econômico, social, etc. Um exemplo disto é a decisão aqui analisada sobre o gTDL .amazon (Vargas-Leon; Kuehn, 2015; Bianchi, 2016).

1.3. Identidade legal da ICANN

A base legal para as atividades e relações que a ICANN estabelece é baseada no direito privado em “uma intrincada rede de contratos e acordos informais estão por trás da configuração da ICANN e as relações com as várias entidades com as quais ela oferta” (Weitzenboeck, 2014, p. 51).

³¹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Stewardship of IANA Functions Transitions to Global Internet Community as Contract with US Government Ends. **ICANN**, 1 out. 2016. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/announcements/details/stewardship-of-iana-functions-transitions-to-global-Internet-community-as-contract-with-us-government-ends-1-10-2016-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

³² The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. White Paper. **ICANN**, 25 fev. 2012. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/white-paper-2012-02-25-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

³³ National Telecommunications and Information Administration. Statement of Assistant Secretary Strickling on IANA Functions Contract. **NTIA**, 01 out. 2016. Disponível em: <https://www.ntia.doc.gov/press-release/2016/statement-assistant-secretary-strickling-iana-functions-contract>. Acesso em: 22 jun. 2025.

³⁴ Tradução livre de “*The final chapter of the privatization process began in 2014, when NTIA asked ICANN to convene the global multistakeholder community, which is made up of private-sector representatives, technical experts, academics, civil society, governments and individual Internet end users, to come together and formulate proposals to both replace NTIA’s historic stewardship role and enhance ICANN’s accountability mechanisms.*” ICANN. “Stewardship of IANA Functions Transitions to Global Internet Community as Contract with U.S. Government Ends”. Ver: The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Stewardship of IANA Functions Transitions to Global Internet Community as Contract with US Government Ends. **ICANN**, 1 out. 2016. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/announcements/details/stewardship-of-iana-functions-transitions-to-global-Internet-community-as-contract-with-us-government-ends-1-10-2016-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Alguns desses contratos e acordos, assim como sua legitimidade como um todo, já foram ou são objeto de questionamentos (Weitzenboeck, 2014; Bianchi, 2016). Em geral, a organização não edita regras gerais e abstratas, fazendo valer suas decisões através dos contratos que estabelece com as diversas partes, notadamente *registries* e *registrars*.

Os mecanismos utilizados podem ser agrupados sob os seguintes tipos regulatórios: (i) regulação de direito privado (ii) regulação de direito público (iii) arranjos público-privados (iv) autorregulação (v) código técnico ou *lex informatica*. Uma outra dimensão para a lista acima é o elemento internacional, ou seja, o “direito internacional privado”, uma vez que em alguns casos podem ser aplicáveis diferentes leis nacionais. (Weitzenboeck, 2014, p. 63)³⁵

É também através da rede de contratos apontados por Weitzenboeck (2014) que a organização exerce sua autoridade, ao incluir cláusulas as quais vinculam todas as partes às suas decisões, em uma cadeia. Entretanto, por ter seu fundamento no direito privado, um debate central na comunidade acadêmica é a fundamentação de legitimidade da atuação da ICANN (Jongen; Scholte, 2021, 2023). Os argumentos de tal debate serão apresentados de forma extensa no último capítulo deste trabalho. Entretanto, tal questão é central para sua atuação. Como exposto por Bianchi (2016, p. 141, grifo nosso):

A ICANN tenta fundamentar sua legitimidade e autoridade com o discurso de que ela é um veículo de expressão da comunidade de Internet, por meio de um processo “de baixo para cima” (*bottom-up*), que assegura a representação de todas as partes interessadas na governança da Internet (*multistakeholder*) e cujas decisões são tomadas por meio da obtenção de consensos entre todos os participantes (*consensus driven*), em que “todos os usuários da Internet merecem uma manifestação sobre como ela deve funcionar”. Esta autoimagem é reflexo do legado deixado pela IETF e pela ISOC, que vislumbravam um autogoverno para a comunidade da Internet fundamentada no consenso entre seus participantes (MATHIASON, 2009). No entanto, a **ICANN não guarda nenhuma relação com a visão idílica de autogoverno**, baseado no consenso, que os pioneiros da Internet propagavam. Trata-se, na verdade, de um **novo regime internacional, cujo propósito é “definir os direitos de propriedade nos identificadores da Internet e regular seu consumo e fornecimento”** (MUELLER, 2002, p. 217).

Assim, a ICANN busca “fundamentar sua legitimidade e autoridade” se colocando no espaço que é a “expressão da comunidade da Internet” (Bianchi, 2016, p. 141). Isto fica evidente, por exemplo, no artigo 6, que trata da formação da direção da ICANN, denominando-a uma “comunidade empoderada”.

³⁵ Tradução livre: “The mechanisms used may be grouped under the following regulatory types: (i) private law regulation (ii) public law regulation (iii) private-public arrangements (iv) self-regulation (v) technical code or *lex informatica*. A further dimension to the above list is the international element, namely ‘private international law’ since in some cases different national laws may be applicable”.

Artigo 6 - Comunidade Empoderada

Seção 6.1 - Composição e Organização da Comunidade empoderada.

(a) A Comunidade Empoderada (“CE”) será uma **associação sem fins lucrativos formada de acordo com as leis do Estado da Califórnia**, consistindo da ASO [Address Supporting Organization], da ccNSO [Country Code Names Supporting Organization] (conforme definido na Seção 10.1), da GNSO [Generic Names Supporting Organization] (conforme definido na Seção 11.1), o ALAC [At-Large Advisory Committee] (conforme definido na Seção 12.2(d)(i)) e o GAC (cada um “Participante decisório” ou “associado” e coletivamente os “Participantes decisórios”).

(b) Este Artigo 6 constituirá o contrato social da CE e será considerado o “documento regedor” formacional (conforme definido na Seção 18008 do CCC) da CE, e os termos contidos neste e neste Estatuto relativos a o CE deve ser os “princípios governantes” do CE (conforme definido na Seção 18010 do CCC), que só pode ser alterado conforme estabelecido na Seção 25.2. Quando necessário para fins de interpretação deste Estatuto, um “associado” será considerado um “membro” do CE, conforme definido na Seção 18015 do CCC. Qualquer alteração no número e/ou identidade dos Participantes decisórios por qualquer motivo (incluindo a renúncia de qualquer Participante decisório ou a adição de novos Participantes decisórios como resultado da criação de Organizações de Apoio ou Comitês Consultivos adicionais), e quaisquer alterações correspondentes no os limites de votação para o exercício dos direitos da CE descritos no Anexo D destes Estatutos, só entrarão em vigor após a conclusão do processo de alteração dos Estatutos Fundamentais descritos na Seção 25.2 e Anexo D. A CE não poderá ser dissolvida, exceto após a conclusão do processo de alteração do Estatuto Fundamental descrito na Seção 25.2 e no Anexo D.³⁶ (Grifo nosso)

Desta forma, a ICANN atua ao mesmo tempo enquanto **empresa privada e órgão regulador**. Sobre essa dupla identidade legal da organização, Weitzenboeck (2014, p. 62) identifica uma rede híbrida, e explica que “Híbridos são ‘a combinação de ambos os lados de uma diferença’”. Já Bianchi (2016, p. 151) fala da dualidade empresa/órgão reguladores e aponta “a criação de uma *rule of law interna corporis*, como uma forma de garantir legitimidade de suas decisões, por ter uma fraca legitimidade do ponto de vista positivista, e por possuir uma natureza extraordinária”.

1.4. As funções da ICANN

³⁶ Tradução livre de “Article 6 Empowered Community - Section 6.1. Composition And Organization Of The Empowered Community - (b) This Article 6 shall constitute the articles of association of the EC and shall be considered the formational “governing document” (as defined in Section 18008 of the CCC) of the EC, and the terms contained herein and in these Bylaws relating to the EC shall be the EC’s “governing principles” (as defined in Section 18010 of the CCC), which may only be amended as set forth in Section 25.2. Where necessary for purposes of interpretation of these Bylaws, an “associate” shall be deemed to be a “member” of the EC as defined in Section 18015 of the CCC. Any change in the number and/or identity of Decisional Participants for any reason (including the resignation of any Decisional Participant or the addition of new Decisional Participants as a result of the creation of additional Supporting Organizations or Advisory Committees), and any corresponding changes in the voting thresholds for exercise of the EC’s rights described in Annex D of these Bylaws, will only be effective following the completion of the process for amending Fundamental Bylaws described in Section 25.2 and Annex D. The EC may not be dissolved except upon the completion of the process for amending Fundamental Bylaws described in Section 25.2 and Annex D”.

A ICANN é hoje responsável pelo controle do sistema DNS e diversas outras aplicações que são consequências deste sistema. Em sua criação, incorporou uma série de agências (incluindo a IANA³⁷, que precede a criação da corporação) e as tarefas sobre as quais esses organismos eram responsáveis: distribuição de endereços IP, controle do sistema de nomes e domínios de primeiro nível com códigos genéricos (*Generic Top-level Domain* - gTDL) e de países (*Country code Top-level Domain* - ccTLD), funções de coordenação da administração central dos servidores-raiz, e a incorporação ou operação de órgãos que cuidavam dessas funções anteriormente (Carvalho, 2006).

O sistema DNS necessita de um banco de dados centralizado que reúna todas as informações de domínios registrados da rede, ou seja, “para que a Internet seja uma rede global, seu código exige a existência de um espaço público e exclusivo para os nomes, ou seja, um namespace único” (Carvalho, 2006, p. 157). O lugar que hospeda o *namespace* é o servidor-raiz, no caso, os servidores-raízes.

Figura 3 – Localização Geográfica dos treze principais Servidores da Zona Raiz da Internet.



Fonte: Pires, 2012, s.p.

Atualmente existem 13 servidores-raízes que sustentam a Internet (Figura 3). Destes, 10 estão localizados nos Estados Unidos da América (EUA), incluindo o servidor principal A. Além disso, três dos servidores são controlados diretamente por órgãos do Estado norte-americano, quais sejam os servidores E, G e H (Pires, 2012).

³⁷ *Internet Assigned Numbers Authority.*

Os treze servidores da zona raiz são identificados pelas letras do alfabeto de A a M. Dos treze servidores da zona raiz dez, estão localizados fisicamente nos Estados Unidos (A, B, C, D, E, F, G, H, J, L); destes, 6 operam dentro do ciberespaço estadunidense (A, B, D, E, G, H), voltados para garantir a gestão do sistema de cibersegurança, os quatro outros são servidores anfitriões (C, F, J, L) que operam com sistema de endereçamento descentralizado Anycast, viabilizando o acesso a um aglomerado de servidores comerciais secundários replicantes distribuídos por vários países, fisicamente instalados fora da região de influência dos servidores da zona raiz da Internet nos EUA. Os três servidores restantes da zona raiz que operam fora do território dos EUA (I, K, M), localizados respectivamente na Holanda, na Suécia e no Japão, são servidores anfitriões que operam com sistema de endereçamento descentralizado Anycast e também permitem o acesso de centenas de servidores secundários replicantes de outras regiões, conforme Quadro 1. (Pires, 2012, s.p.)

Em resumo, os servidores-raiz estão no topo da estrutura do sistema do DNS, correspondendo à sua parte física. Estão no coração da ideia de uma rede de comunicação capaz de continuar funcionando mesmo diante de ataques a partes isoladas – propósito original do projeto que dá origem à Internet. Isto acontece, pois as informações são inseridas em um dos servidores (servidor mestre) e copiado pelos demais.

Pelo exposto, tanto o sistema do DNS quanto o sistema físico dos servidores raiz são cruciais para o funcionamento da rede mundial. Ainda, a ICANN, ao exercer controle sobre esse sistema – não apenas sobre o DNS em si, mas também diretamente sobre o servidor-raiz L –, detém enorme poder e importância dentro do sistema de Governança da Internet.

Até 2016, ou seja, antes do fim do contrato entre a ICANN e o Departamento de Comércio (DOC) estadunidense, os arquivos com os *namespaces* eram enviados pela IANA e aprovada pelo governo estadunidense, e só então inseridos no servidor mestre (A), operado pela empresa *VeriSign*. O arquivo no servidor-raiz mestre era (e ainda é) então automaticamente duplicado em todos os outros servidores raiz. Entretanto, até aquele ano, era possível o governo estadunidense introduzir modificações unilaterais no DNS. Isto, durante muito tempo, constituiu uma preocupação importante para muitos governos (Kurbalija; Gelbstein, 2005). Como mencionado anteriormente, tal configuração permaneceu desta forma por cerca de 20 anos.

Assim, a ICANN avançou com a (...) criação de Identificadores Técnicos Públicos (PTI), como uma subsidiária da ICANN, encarregado de assumir o desempenho das funções da IANA [*Internet Assigned Numbers Authority*] e o fortalecimento da comunidade da ICANN por meio da inclusão, nos estatutos da ICANN, de várias

disposições que dão à comunidade mais poderes para responsabilizar a ICANN (funcionários e diretoria) por suas ações. Em 1º de outubro, o contrato de funções da IANA entre o governo dos EUA e a ICANN expirou, permitindo que a administração das funções da IANA fizesse a transição para a comunidade global da Internet³⁸. (Kurbalija, 2016, p. 14)

A mudança de 2016, apesar de ter transformado em algum nível o regime da ICANN, ao dar “início a seu processo de globalização sob ‘liderança’ do setor privado” (Oliveira, 2017, p. 104), não gerou uma mudança substancial no regime do DNS. Isso porque o caráter da organização permaneceu inalterado: a ICANN continua sendo uma organização de direito privado, localizada e submetida às leis californianas – ainda que o controle direto do governo estadunidense tenha se encerrado após 20 anos.

Mais importante ainda é que, apesar do encerramento do contrato direto entre a ICANN e o governo dos EUA, este fato não mudou a possibilidade de controle direto dos EUA sobre o DNS. Isso porque o contrato entre o Departamento de Comércio dos Estados Unidos³⁹ (através da NTIA) e a *VeriSign* permanece em vigor. Assim, e as obrigações da operadora continuam sendo “editar o arquivo para refletir as alterações recomendadas, publicar o arquivo e depois distribuí-lo aos operadores do servidor raiz”⁴⁰, lhe conferindo a possibilidade de alterar o DNS de forma unilateral. Vale lembrar que a *VeriSign* é responsável pela operação do principal servidor-raiz: o servidor A.

³⁸ Tradução livre de “*As such, ICANN moved forward with implementing the provisions of the two proposals, notably the creation of Public Technical Identifiers (PTI), as a subsidiary of ICANN, tasked to take over the performance of the IANA functions, and the empowerment of the ICANN community through the inclusion, in ICANN’s bylaws, of a number of provisions giving the community more powers to hold ICANN (staff and Board) accountable for its actions. On 1 October, the IANA functions contract between the US government and ICANN expired, allowing the stewardship of the IANA functions to transition to the global Internet community.*”

³⁹ National Telecommunications and Information Administration, em inglês.

⁴⁰ Tradução livre: “*VeriSign’s responsibilities include editing the file to reflect recommended changes, publishing the file, and then distributing the file to the root server operators.*” Ver Amendment 35 em NTIA (s.d.).

2. O PROGRAMA DE NOVOS gTLD E AS REGRAS DO PROCESSO

Em 2011 o Conselho Diretor da ICANN autorizou o “presidente e CEO” a lançar o programa para novos domínios de primeiro nível do DNS (*new gTLD program*)⁴¹. A decisão, apesar de ser a aprovação formal do programa, marcou somente um dos passos de sua implementação. A criação de novos gTLDs é um dos objetivos da ICANN desde sua fundação, visando à expansão do espaço virtual. Até o lançamento do programa, em 2012, o *namespace* era composto por 22 gTLDs e mais de 250 ccTLDs (domínios de topo de país, como o .br), operando sob diferentes modelos de gestão⁴².

Um dos principais compromissos da ICANN é promover a concorrência no mercado de nomes de domínio e, ao mesmo tempo, garantir a segurança e a estabilidade da Internet. Os novos domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs) ajudam a alcançar esse compromisso, abrindo caminho para uma maior escolha do consumidor, facilitando a concorrência entre os provedores de serviços de registro. Em breve, empresários, empresas, governos e comunidades em todo o mundo poderão candidatar-se para operar um registo de domínio de topo à sua escolha.⁴³ (ICANN, 2025, s.p.)

O processo começou muito antes, em 2008 para a toda a organização, e em 2005 para o GNSO⁴⁴, órgão da ICANN responsável por desenvolver e recomendar políticas relacionadas aos gTLDs. Isto porque em 26 de junho 2008 o Conselho de diretores da ICANN acolhe a recomendação do GNSO⁴⁵, para a introdução de novos domínios de topo⁴⁶. Assim, nos três anos seguintes (de 2008 a 2011), a corporação como um todo se mobilizou na elaboração do

⁴¹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – Regular Meeting of the ICANN Board, Singapore, 20 June 2011. ICANN, 20 jun. 2011. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-regular-meeting-of-the-icann-board-singapore-20-06-2011-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁴² Preâmbulo.

⁴³ Tradução livre de “*One of ICANN's key commitments is to promote competition in the domain name market while ensuring Internet security and stability. New generic Top-Level Domains (gTLDs) help achieve that commitment by paving the way for increased consumer choice by facilitating competition among registry service providers. Soon entrepreneurs, businesses, governments and communities around the world will be able to apply to operate a Top-Level Domain registry of their own choosing.*” Ver: The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. New gTLD Applicant Support FAQs. ICANN, 2025. Disponível em: <https://newgtlds.icann.org/en/applicants/global-support/faqs/faqs-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁴⁴ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. About. ICANN, atualizado em 01 jul. 2022. Disponível em: <https://gnsso.icann.org/en/about>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁴⁵ Generic Names Supporting Organization. Final Report – Introduction of New Generic Top-Level Domains (PDP Dec05 Final Report – 08 Aug 2007). GNSO, 08 ago. 2007. Disponível em: <https://gnsso.icann.org/en/issues/new-gtlds/pdp-dec05-fr-part-a-08aug07.htm>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁴⁶ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – ICANN’s Paris Meeting, 26 June 2008. ICANN, 26 jun. 2008. Disponível em: https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-icanns-paris-meeting-26-06-2008-en#_Toc76113171. Acesso em: 22 jun. 2025.

novo programa, processo este que só foi encerrado com o lançamento da versão final do *Applicant Guidebook* (AGB) em 4 de junho de 2012 (ICANN, 2012).

O Guia do Aplicante consiste em um documento de quase 400 páginas contendo não só as diretrizes e formulários a serem preenchidos por aqueles que aspiravam controlar um novo domínio de topo, mas também os procedimentos a serem seguidos nos casos de conflitos. Nesse sentido, o Guia do Aplicante, inicialmente pensado apenas com a função de orientar as candidaturas de organizações interessadas em pleitear o controle de algum gTLD, acaba por se tornar também um documento normativo do programa.

4.4 O Guia está organizado em seis “Módulos”. O Módulo 1 fornece uma “Introdução ao Processo de Candidatura de gTLD”. O Módulo 2 “descreve os procedimentos de avaliação e os critérios usados para determinar se os gTLDs solicitados são aprovados para delegação”. O Módulo 2 é seguido por um Anexo intitulado “Lista Separada de Nomes de Países”, um Anexo intitulado “Modelo de Carta de Apoio Governamental” e um Anexo intitulado “Perguntas e Critérios de Avaliação”. O Módulo 3 trata do procedimento de objeção e “descreve dois tipos de mecanismos que podem afetar uma candidatura”: “[o] procedimento pelo qual o Comitê Consultivo Governamental da ICANN pode fornecer Recomendações do GAC sobre Novos gTLDs” e “[o] procedimento de resolução de disputas desencadeado por uma objeção formal a uma candidatura por terceiros”, incluindo o *Independent Objector*. O Módulo 3 é seguido por um Anexo intitulado “Procedimento de Resolução de Disputas de Novos gTLD”. O Módulo 4 “descreve situações em que ocorre a contenda sobre as strings de gTLD solicitadas e os métodos disponíveis para os requerentes resolverem tais casos de contenda”. O Módulo 5 “descreve as etapas finais exigidas de um requerente para a conclusão do processo, incluindo a execução de um acordo de registro com a ICANN e a preparação para a delegação do novo gTLD na zona raiz”. Por fim, o Módulo 6 estabelece os Termos e Condições da candidatura a domínios de primeiro nível.⁴⁷ (Forrest, 2015, p. 8, grifos originais)

Nota-se que a versão final do AGB acontece *após* o lançamento do programa – inclusive depois da abertura e do encerramento da janela de candidaturas, que ocorreu entre 12 de janeiro e 12 de abril de 2012 (Figura 4). A resolução que lança o programa, ainda em

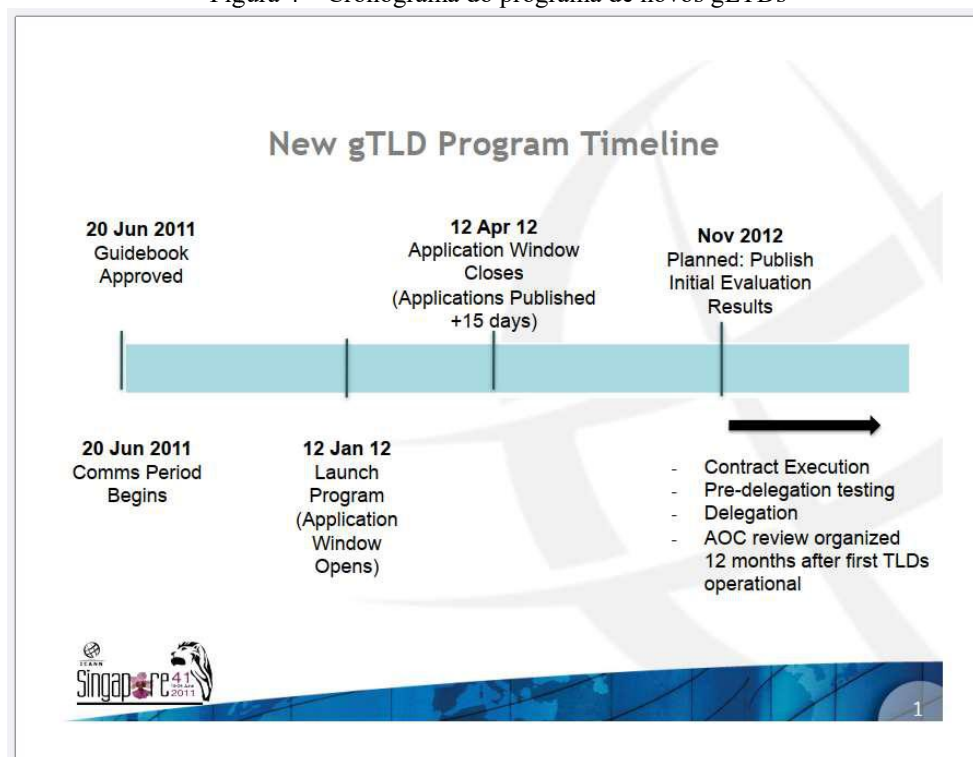
⁴⁷ Tradução livre de: “4.4 The Guidebook is organized into six “Modules”. Module 1 provides an “Introduction to the gTLD Application Process”. Module 2 “describes the evaluation procedures and criteria used to determine whether applied-for gTLD are approved for delegation”. Module 2 is followed by an Annex entitled “Separable Country Names List”, an Attachment entitled “Sample Letter of Government Support”, and an Attachment entitled “Evaluation Questions and Criteria”. Module 3 deals with objection procedure and “describe two types of mechanisms that may affect an application”: “[t]he procedure by which ICANN’s governmental Advisory Committee may provide GAC Advice on New gTLDs” and “[t]he dispute resolution procedure triggered by a formal objection to an application by a third party”, including the *Independent Objector*. Module 3 is followed by an Attachment entitled “New gTLD Dispute Resolution Procedure”. Module 4 “describes situations in which contention over applied-for gTLD strings occurs, and the methods available to applicants for resolving such contention cases”. Module 5 “describes the final steps required of an applicant for completion of the process, including execution of a registry agreement with ICANN and preparing for delegation of the new gTLD into the root zone”. Finally, Module 6 sets out the Top-Level Domain Application Terms and Conditions”.

2011, traz em si a reserva do Conselho Diretor sobre as mudanças finais a serem realizadas no AGB – a primeira delas, inclusive, concerne às mudanças a partir de acordos feitos com o GAC. Além disso, tal questão reflete, na verdade, as disputas entre a ICANN e os países do GAC ao longo dos 2 anos de desenvolvimento do novo programa e que, mais tarde, vão se materializar na disputa pelo .amazon.

2.1. Procedimento para aplicação para um *generic top-level domain*

O processo de aplicação consistiu em um longo formulário a ser respondido pelo pleiteante do domínio a ser submetido em uma plataforma desenvolvida pela ICANN, o TSA, a partir de uma conta criada no sistema. Cada conta-usuário no sistema permitia cerca de 50 aplicações de domínios, que deveriam ser feitas junto ao pagamento de uma taxa no valor de US\$185.000 por cada gTLD. Entretanto, não foram estabelecidos limites de quantos domínios de topo uma única entidade poderia requisitar. A Amazon Inc., por exemplo, realizou o pedido por 76 domínios de primeiro nível, todos para seu uso exclusivo (Berkens, 2012).

Figura 4 – Cronograma do programa de novos gTLDs



Fonte: ICANN, 2011.⁴⁸

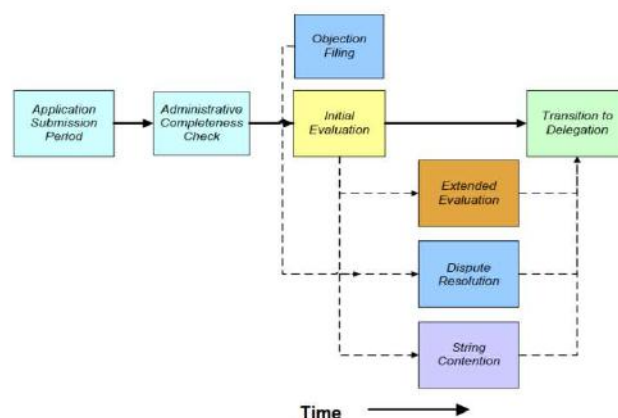
⁴⁸ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – Regular Meeting of the ICANN Board, Singapore, 20 June 2011. ICANN, 20 jun. 2011. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-regular-meeting-of-the-icann-board-singapore-20-06-2011-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Uma vez encerrado o período de aplicações, acompanhado de uma série de problemas técnicos nos sistemas técnicos da organização (Murphy, 2012a, 2012b), a ICANN liberou a lista de domínios de topo que estavam sendo pleiteados em uma lista para comentários da comunidade, assim como previsto pelo AGB.

No chamado *Reveal Day*, em 13 de junho de 2012, a ICANN divulgou o compilado das candidaturas⁴⁹: foram 1930 para novos domínios de topo. Destas, somente 84 eram aplicações comunitárias⁵⁰, conforme dos conceitos do próprio programa.

O AGB previa o seguinte processo de avaliação e possíveis objeções para o programa (Figura 5): após o período de aplicação, (i) as candidaturas teriam uma primeira revisão para verificar se os formulários e documentos tinham sido preenchidos da forma correta; após este momento, (ii) se abria o período para a objeção de forma ampla, ao mesmo tempo que as candidaturas também passariam pela avaliação inicial. Aqui, candidaturas aprovadas na avaliação inicial sem maiores problemas e que não fossem alvo de qualquer tipo de oposição já seriam encaminhadas para o processo de delegação⁵¹, com a edição de um Contrato de Registro (*registry agreement*).

Figura 5 – Organograma do processo de avaliação das candidaturas



Fonte: ICANN, 2012, p. 1-4.

⁴⁹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN). **Overview of New gTLD Applications**. [S.l.]: ICANN, 13 jun. 2012. Disponível em: <<http://newgtlds.icann.org/en/program-status/statistics/applications-overview-13jun12-en.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

⁵⁰ Tais candidaturas deveriam preencher diferentes critérios da candidatura padrão, que poderiam ser de três tipos: genéricas, geográficas e de marcas. Os domínios “comunitário” tinham a previsão de serem avaliados em um procedimento prioritário.

⁵¹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. **Use of a Drawing for Prioritizing New gTLD Applications**. ICANN, 10 out. 2012. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/announcements/details/use-of-a-drawing-for-prioritizing-new-gtld-applications-10-10-2012-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Em tal avaliação as seguintes análises eram previstas: (i) Avaliação do domínio pleiteado (*string review*: similaridade dos domínios, nomes reservados, estabilidade do DNS, nomes geográficos); e (ii) avaliação da empresa candidata (*applicant review*: demonstração de conhecimentos técnicos e capacidades operacionais, demonstração de capacidade financeira e revisões de serviços de registro para problemas de estabilidade de DNS) (AGB, 2012).

Entretanto, as candidaturas também estavam sujeitas a serem encaminhadas para uma avaliação adicional (*extended evaluation*) caso falhassem em algum dos requisitos da avaliação inicial. Processos adicionais também estavam previstos em outros dois casos: contestação da aplicação por terceiro, podendo este ser inclusive um ou mais países, e quando duas ou mais aplicações válidas requerem o mesmo gTLD (*string contention*). Por conta do escopo deste trabalho, só analisaremos aqui os procedimentos para contestação de candidatura e resolução de disputas do programa, pois foram utilizados na decisão da disputa pelo .amazon.

Nesse sentido, o módulo 1 do AGB prevê dois instrumentos para a comunidade expressar sua opinião sobre certa candidatura, os quais podem afetar o processo de objeção de forma direta. Primeiro, logo após a divulgação da lista de domínios pleiteados se abriu o período de 60 dias para comentários de toda a comunidade. Tais comentários mais tarde poderiam ensejar uma objeção feita pelo *Independent Objector*⁵² (IO), figura que detalharemos mais tarde. Quando menciona o período de comentários, o AGB faz a seguinte ressalva:

(...) O fórum de comentários exigirá que os comentaristas associem comentários a candidaturas específicas e ao painel relevante. Os comentários de candidatura recebidos dentro de um período de 60 dias a partir da divulgação dos materiais de candidatura estarão disponíveis para os painéis de avaliação que realizam as revisões da Avaliação Inicial. (...) Comentários recebidos após o período de 60 dias serão armazenados e estarão disponíveis (juntamente com comentários recebidos durante o período de comentários) para outras considerações, como o processo de resolução de disputas, conforme descrito abaixo. No processo de candidatura de novos gTLDs, todos os requerentes devem estar cientes de que os fóruns de comentários são um mecanismo para o público trazer informações relevantes e questões à atenção daqueles encarregados de lidar com as novas candidaturas de gTLD. Qualquer pessoa pode enviar um comentário em um fórum de comentários público. Comentários e o Processo de Objeção Formal: Deve-se fazer uma distinção entre comentários de candidatura (...) e objeções formais (...) **Comentários públicos não serão considerados como objeções formais. Comentários sobre assuntos**

⁵² Objeto Independente, em português.

associados a objeções formais não serão considerados pelos painéis durante a Avaliação Inicial. Esses comentários estarão disponíveis e podem ser posteriormente considerados por um painel de especialistas durante um processo de resolução de disputas (consulte a subseção 1.1.2.9). **No entanto, de maneira geral, os comentários de candidatura têm um papel muito limitado no processo de resolução de disputas.** (ICANN, 2012, p. 1-5, grifo nosso)⁵³

A segunda ferramenta diz respeito diretamente aos governos e organizações que compõem o GAC, ou seja, só pode ser utilizada pelos membros do conselho governamental – ainda que estes também possam se utilizar dos comentários públicos nos fóruns descritos acima. Se trata da Notificação Prévia do GAC (*Early Warning*).

Essa notificação, apesar de não ser uma objeção formal, como previsto no AGB, alerta os aplicantes de preocupações do governo, que mais tarde podem levar a uma objeção formal ou a um Conselho do GAC – procedimento fonte da disputa aqui analisada. O próprio AGB alerta que a Notificação não deve ser considerada trivial e permite o reembolso de 80% das taxas aos candidatos que optarem por desistir da aplicação frente ao aviso dos governos.

A Notificação Prévia, ao contrário da Recomendação do GAC, dispensa o consenso entre os países e organizações integrantes do órgão. O único requisito é o envio da notificação por escrito, ainda que por e-mail ao presidente da ICANN, desde que rotulada de forma apropriada como parte do procedimento e contendo a indicação dos países que contestam o domínio, bem como a justificativa da contestação. Por fim, o AGB aponta que os aplicantes devem ter uma posição de quase um dever de “devida diligência”⁵⁴ ao prescrever:

⁵³ Tradução livre de “(...) *The comment forum will require commenters to associate comments with specific applications and the relevant panel. Application comments received within a 60-day period from the posting of the application materials will be available to the evaluation panels performing the Initial Evaluation reviews. (...) Comments received after the 60-day period will be stored and available (along with comments received during the comment period) for other considerations, such as the dispute resolution process, as described below. In the new gTLD application process, all applicants should be aware that comment fora are a mechanism for the public to bring relevant information and issues to the attention of those charged with handling new gTLD applications. Anyone may submit a comment in a public comment forum. Comments and the Formal Objection Process: A distinction should be made between application comments (...) and formal objections (...) Public comments will not be considered as formal objections. Comments on matters associated with formal objections will not be considered by panels during Initial Evaluation. These comments will be available to and may be subsequently considered by an expert panel during a dispute resolution proceeding (see subsection 1.1.2.9). However, in general, application comments have a very limited role in the dispute resolution process.*”

⁵⁴ “Devida diligência” é o dever de agir com cuidado, atenção e responsabilidade na tomada de decisões, garantindo que todas as informações relevantes sejam consideradas antes de agir. O termo aparece pela primeira vez como conceito jurídico na lei dos Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1933, atualmente é muito ligado à área do direito de empresarial, em negociações e questões administrativas, também influenciando o direito do consumidor.

Para reduzir a possibilidade de uma Notificação Prévia do GAC, todos os requerentes são incentivados a identificar sensibilidades potenciais antes de submeter a candidatura e a trabalhar antecipadamente com as partes relevantes (incluindo governos) para mitigar preocupações relacionadas à candidatura. (ICANN, 2012, p. 1-8, grifo nosso).⁵⁵

2.2. Procedimentos de objeção

Indo adiante, o Módulo 3 traz os procedimentos de contestação (objeções) às candidaturas. De forma geral, o AGB descreve duas formas pelas quais contestações formais podem ser interpostas contra uma candidatura: (i) uma objeção direta de um terceiro ou do *Independent Objector*; ou (ii) caso o GAC aprove de forma consensual uma recomendação (*advice*) contra uma certa candidatura. A principal diferença entre esses dois procedimentos diz respeito não só àqueles que podem interpor as objeções, mas à sua natureza.

2.2.1. Objeções Públicas

No primeiro caso, as Objeções Públicas, segundo o AGB, poderiam ser interpostas por terceiros legítimos (Tabela 1) e deveriam ser feitas diretamente com a instituição responsável pelo procedimento de disputas, o DRSP (*dispute resolution service provider*). Estas poderiam ser fundamentadas a partir de quatro motivos:

Objeção de Confusão de domínios - O domínio de primeiro nível solicitado é confusamente semelhante a um TLD existente ou a outra A domínio de primeiro nível solicitado na mesma rodada de candidaturas.

Objeção de Direitos Legais - O domínio de primeiro nível solicitado infringe os direitos legais existentes e pertencentes a quem contesta a solicitação pelo gTLD.

Objeção de Interesse Público Limitado - O domínio de primeiro nível solicitado contraria normas legais de moralidade e ordem pública geralmente aceitas e reconhecidas sob princípios de direito internacional.

Objeção da Comunidade - Há uma oposição substancial à candidatura de gTLD por uma parte significativa da comunidade à qual o domínio de primeiro nível pode ser explícita ou implicitamente direcionada⁵⁶. (ICANN, 2012, p. 3-4)

⁵⁵ Tradução livre de “To reduce the possibility of a GAC Early Warning, all applicants are encouraged to identify potential sensitivities in advance of application submission, and to work with the relevant parties (including governments) beforehand to mitigate concerns related to the application”.

⁵⁶ Tradução livre de “String Confusion Objection – The applied-for gTLD string is confusingly similar to an existing TLD or to another applied for gTLD string in the same round of applications. Legal Rights Objection – The applied-for gTLD string infringes the existing legal rights of the objector. Limited Public Interest Objection – The applied-for gTLD string is contrary to generally accepted legal norms of morality and public order that are recognized under principles of international law. Community Objection – There is substantial opposition to the gTLD application from a significant portion of the community to which the gTLD string may be explicitly or implicitly targeted”.

É importante destacar a figura do IO, ator fundamental no programa de novos gTLDs e especialmente relevante no contexto das objeções públicas, com destaque para o caso do .amazon. Tal figura funciona no procedimento de candidatura como uma espécie de Ministério Público, quando este exerce a defesa de direitos coletivos ou difusos dentro do processo civil brasileiro. Isto porque o IO pode atuar no processo geral de candidatura para a defesa de interesses públicos, ou nas palavras da ICANN (2012, p. 3), “no melhor interesse do público que utiliza a Internet global”:

Uma objeção formal a uma aplicação de gTLD também pode ser apresentada pelo Objeto Independente (IO). **O IO não age em nome de pessoas ou entidades específicas, mas age exclusivamente no melhor interesse do público que utiliza a Internet global.** Em função desse **objetivo de interesse público**, o Objeto Independente está limitado a apresentar objeções com base em Interesse Público Limitado e Comunidade. Nem mesmo os funcionários da ICANN ou o Conselho de Diretores têm autoridade para orientar ou exigir que o IO apresente ou não uma objeção específica. Se o IO determinar que uma objeção deve ser apresentada, ele ou ela iniciará e conduzirá a objeção no interesse público⁵⁷. (ICANN, 2012, p. 3-9, grifo nosso)

Com isso em vista, é pertinente delinear o procedimento de objeção fundamentado no Interesse Público Limitado e com base comunitária. Como apontado na Tabela 1, no primeiro caso, qualquer pessoa física ou jurídica poderia interpor uma objeção com base em interesses públicos limitados. Já a objeção com base comunitária poderia ser apresentada apenas por instituições (como empresas, associações ou organizações), desde que vinculadas a uma comunidade específica em nome da qual a oposição seria feita.

Tabela 1 – Requisitos de legitimidade para os quatro fundamentos de objeção

Objection ground	Who may object
String confusion	Existing TLD operator or gTLD applicant in current round. In the case where an IDN ccTLD Fast Track request has been submitted before the public posting of gTLD applications received, and the Fast Track requestor wishes to file a string confusion objection to a gTLD application, the Fast Track requestor will be granted standing.
Legal rights	Rightsholders
Limited public interest	No limitations on who may file – however, subject to a “quick look” designed for early conclusion of frivolous and/or abusive objections
Community	Established institution associated with a clearly delineated community

Fonte: ICANN, 2012, p. 1-48.

⁵⁷ Tradução livre de: “A formal objection to a gTLD application may also be filed by the Independent Objector (IO). The IO does not act on behalf of any particular persons or entities, but acts solely in the best interests of the public who use the global Internet. In light of this public interest goal, the Independent Objector is limited to filing objections on the grounds of Limited Public Interest and Community. Neither ICANN staff nor the ICANN Board of Directors has authority to direct or require the IO to file or not file any particular objection. If the IO determines that an objection should be filed, he or she will initiate and prosecute the objection in the public interest”.

A objeção com base em interesses públicos limitados analisa se o “gTLD solicitado é contrária aos princípios gerais de moralidade e ordem pública no direito internacional” (ICANN, 2012, 3-20). Nesse sentido, o AGB exibe um rol não exaustivo de tratados internacionais⁵⁸, com especial destaque para tratados de direitos humanos, os quais poderiam ser considerados pelo painel arbitral previsto no procedimento de resolução de disputa (do qual falaremos em breve). O guia ainda indica a necessidade de considerar a estatura dos tratados internacionais, bem como o *status* de sua ratificação e as eventuais ressalvas feitas pelos Estados nacionais. Acrescenta, ainda, que leis internas não reconhecidas pelo direito internacional não poderão servir de base para os procedimentos de objeção.

Já a objeção com base comunitária precisa passar por quatro “testes” para provar que determinada comunidade congrega suficiente oposição a determinada candidatura. Assim, a uma objeção comunitária deveria provar que: (i) a comunidade invocada pela objeção pública é claramente delineada (especificidade); (ii) que dentro desta comunidade há uma substancial oposição à candidatura; (iii) que o domínio objeto de oposição tem uma forte associação com a comunidade; e, por fim, que a concessão do domínio de topo ao aplicante possivelmente geraria “prejuízo material aos direitos ou interesses legítimos de uma parte significativa da comunidade ao qual a explícita ou implicitamente direcionada” (ICANN, 2012, p. 3-22)⁵⁹.

Para cada um dos testes, o AGB elenca uma série de fatores (novamente não exaustivos), os quais poderiam ser levados em conta pelo painel como prova de cada um desses critérios. Como forma de atestar a existência de **comunidade claramente delineada**, a objeção deveria trazer aspectos como reconhecimento público local ou internacional do grupo, limites formais, tempo de existência, distribuição global e tamanho da comunidade. Já

⁵⁸ “Examples of instruments containing such general principles include: The Universal Declaration of Human Rights (UDHR); The International Covenant on Civil and Political Rights (ICCPR); The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women (CEDAW); The International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination; Declaration on the Elimination of Violence against Women; The International Covenant on Economic, Social, and Cultural Rights; The Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman, or Degrading Treatment or Punishment; The International Convention on the Protection of the Rights of all Migrant Workers and Members of their Families; Slavery Convention; Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide; Convention on the Rights of the Child. Note that these are included to serve as examples, rather than an exhaustive list. (...) The panel will conduct its analysis on the basis of the applied-for gTLD string itself. The panel may, if needed, use as additional context the intended purpose of the TLD as stated in the application.” (ICANN, 2012, p. 3-20).

⁵⁹ Tradução Livre de “The community invoked by the objector is a clearly delineated community; and Community opposition to the application is substantial; and There is a strong association between the community invoked and the applied-for gTLD string; and The application creates a likelihood of material detriment to the rights or legitimate interests of a significant portion of the community to which the string may be explicitly or implicitly targeted”.

para o critério de **oposição substancial**, a avaliação levaria em conta o número de manifestações de oposição vindo da comunidade, a representatividade das entidades que se opõem, o reconhecimento dessas fontes, a diversidade e distribuição das expressões de oposição, a defesa histórica da comunidade em outros contextos e os custos incorridos pelo objetor.

Para demonstrar a **forte ligação entre a comunidade e o gTLD**, o objetor deveria demonstrar tal fator através de declarações na aplicação ou em outras declarações do candidato ao qual se está opondo, ou ainda associações do público de forma geral, que de forma implícita ou explícita deixaria tal ligação evidente. Por fim, para demonstrar os **danos prováveis** gerados pela delegação do domínio de topo à comunidade, O AGB lista os seguintes fatores, ainda que não limitado a estes, como prova:

- Natureza e extensão do dano à **reputação** da comunidade representada pelo objetor que resultaria da operação da sequência de gTLD solicitada pelo requerente;
 - Provas de que o requerente **não está agindo ou não pretende agir de acordo com os interesses da comunidade ou dos usuários de forma mais ampla**, incluindo provas de que o requerente não propôs ou não **pretende instituir uma segurança eficaz proteção dos interesses dos usuários**;
 - Interferência nas atividades principais da comunidade que resultaria da operação da sequência de gTLD solicitada pelo requerente;
 - Dependência da comunidade representada pelo objetor do DNS para as suas atividades principais;
 - Natureza e extensão do dano concreto ou econômico à comunidade representada pelo objetor que resultaria da ação do requerente operação da sequência de gTLD solicitada; e
 - **Nível de certeza de que ocorreriam alegados resultados prejudiciais.**⁶⁰
- (ICANN, 2012, p. 3-24,25, grifo nosso)

Uma vez estabelecidas as objeções públicas, elas deveriam ser interpostas diretamente com as instituições selecionadas pela ICANN para cada tipo de objeção – as DRSP, como explicado anteriormente. O processo de seleção desses “fornecedores de serviço” começou ainda antes da aprovação do programa de novos gTLDs pelo Conselho, em 2007⁶¹. No

⁶⁰ Tradução livre de: “*Factors that could be used by a panel in making this determination include but are not limited to: • Nature and extent of damage to the reputation of the community represented by the objector that would result from the applicant’s operation of the applied-for gTLD string; • Evidence that the applicant is not acting or does not intend to act in accordance with the interests of the community or of users more widely, including evidence that the applicant has not proposed or does not intend to institute effective security protection for user interests; • Interference with the core activities of the community that would result from the applicant’s operation of the applied-for gTLD string; • Dependence of the community represented by the objector on the DNS for its core activities; • Nature and extent of concrete or economic damage to the community represented by the objector that would result from the applicant’s operation of the applied-for gTLD string; and • Level of certainty that alleged detrimental outcomes would occur*”.

⁶¹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. ICANN Calls for Expressions of Interest from Potential Dispute Resolution Service Providers for the New gTLD Program. ICANN, 21 dez. 2007. Disponível

documento que abre a chamada por declaração de interesse por parte dos prestadores de serviço interessados em participarem do programa, o procedimento proposto até então pelo GNSO previa um painel de três especialistas responsáveis por formular um parecer (*opinion*) único de 3 a 5 páginas, o qual poderia ser contestado, desta vez para um painel de 5 especialistas – sendo este inclusive um dos requisitos presentes na chamada (requisito vii). Ademais, o documento deixa claro que as “opiniões” não teriam natureza de prêmios arbitrários.

Atualmente, a ICANN prevê que cada disputa seja tratada por um painel de três membros. As disputas serão simplificadas e não envolverão descoberta “tradicional”, embora a ICANN preveja que o painel (e talvez as partes) poderá solicitar determinadas informações. (...) O painel emitirá então o seu parecer. A ICANN prevê que cada parecer siga um formato acordado que abordará questões processuais e substantivas em aproximadamente três a cinco páginas. Observe que não nos referimos a essas opiniões como “prêmios” porque a ICANN não vê esse processo como envolvendo “arbitragens” ou “sentenças arbitrais”. Em vez disso, a ICANN está buscando as opiniões desses painéis, cujas opiniões serão então “apeláveis” a um painel permanente de cinco membros que o DRSP estabelecerá para ouvir apelações de todas as disputas relacionadas a uma recomendação específica da GNSO. A ICANN estabelecerá motivos limitados para qualquer recurso ao painel de cinco membros. (ICANN, 2012, p. 3-24,25)

Apesar de o procedimento final não previu nenhum tipo de recurso a partir do parecer do especialista, o AGB indica que “as conclusões do painel serão consideradas uma determinação e aconselhamento especializado que **a ICANN aceitará no processo de resolução de disputas**” (ICANN, 2012, p. 3-17, grifo nosso).

Outra mudança importante diz respeito ao número de painelistas na resolução das objeções: enquanto objeções por interesses públicos limitados seriam decididas por um painel de 3 especialistas, as objeções de base comunitária seriam decididas por apenas um (ICANN, 2012).

No caso das objeções aqui tratadas, ambas tinham como fórum para suas disputas o *International Center of Expertise da International Chamber of Commerce* (ICC)⁶². Pelo procedimento estabelecido, todas as objeções deveriam, obrigatoriamente, ser redigidas em inglês. Além disso, era exigida uma objeção específica e individual para cada candidatura –

em: <https://www.icann.org/en/announcements/details/icann-calls-for-expressions-of-interest-from-potential-dispute-resolution-service-providers-for-the-new-gtld-program-21-12-2007-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁶² The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Objection and Dispute Resolution. ICANN, 13 jun. 2012. Disponível em: <https://newgtlds.icann.org/en/program-status/odr#objection-dispute-resolution>. Acesso em: 22 jun. 2025.

ou seja, uma mesma solicitação poderia ser alvo de múltiplas oposições distintas. Para cada objeção, deveria ser paga uma taxa, variando entre US\$ 1.000 e US\$ 5.000, conforme previsto no AGB. O valor exato, no entanto, só seria conhecido após a apresentação da objeção, com base em um cálculo de estimativa de custos realizado pelo DRSP⁶³.

O AGB também estipula a possibilidade de financiamento para as custas processuais de objeções vindas do *At-Large Advisory Committee* (ALAC) da ICANN, o qual reúne organizações da sociedade civil, ONGs, entre outras – embora tal financiamento dependa da publicação, pelo ALAC, de um processo aprovado para considerar e apresentar objeções. Além disso, o AGB prevê auxílio financeiro para a interposição de objeções por parte de países (ICANN, 2012, p. 3-13).

2.2.2. Recomendação consensual do GAC

Por outro lado, além das quatro possibilidades listadas nos procedimentos de resolução de disputas, existe também a recomendação do GAC. Este procedimento é restrito para o conselho que reúne os países e organizações intergovernamentais, tendo como requisito o consenso entre os membros do comitê (ou a ausência de oposição). A recomendação do GAC é ainda dirigida diretamente ao Conselho de Diretores, sem passar pelo procedimento dos DRSP. Embora o Conselho possa optar por não aderir à recomendação, o fato de ela resultar de um consenso do GAC confere a essa recomendação uma “forte presunção” de procedência perante os diretores da ICANN – qualquer que seja a recomendação⁶⁴. Ademais, se o Conselho de fato rejeitar a recomendação do GAC, este precisa justificar a negativa. As recomendações poderiam ser emitidas a partir de questões levantadas pelos países nos seguintes termos:

O Comitê Consultivo Governamental (GAC) da ICANN foi formado para considerar e fornecer orientações sobre as atividades da ICANN relacionadas a preocupações dos governos, particularmente questões que possam envolver a interação entre as políticas da ICANN e várias leis e acordos internacionais, ou que possam **afetar questões de política pública**. O processo de Orientação do GAC sobre Novos gTLDs tem como objetivo tratar de candidaturas identificadas pelos governos como

⁶³ International Chamber of Commerce. Note on Personal and Expert Panel's Expenses for Proceedings Related to the New gTLD Dispute Resolution. ICC, 1 jun. 2013. Disponível em: <https://newgtlds.icann.org/sites/default/files/icc-note-financial-aspects-annex-01jun13-en.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁶⁴ As recomendações podem ser de que a candidatura (i) não deve prosseguir, (ii) de que há problemas na candidatura ou (iii) que a candidatura não deve prosseguir, a não ser que a proposta seja modificada.

problemáticas, por exemplo, aquelas que potencialmente violam leis nacionais ou **levantam sensibilidades**⁶⁵. (ICANN, 2012, p. 3-2)

É importante pontuar que o guia não define o conceito de sensibilidades. Isto reflete as disputas entre o GAC e o Conselho de Diretores durante o período de construção do programa, mas também um reconhecimento da ICANN de que os governos seriam aqueles responsáveis por auxiliar a organização a conduzir questões de política pública. Por exemplo, metade do trecho em citação anterior, bem como boa parte das regras sobre o papel do GAC presentes no AGB, são uma reprodução de incisos do *Bylaws* da ICANN sobre as atribuições do conselho governamental⁶⁶.

Entretanto, uma nota de rodapé do Módulo 1 sobre os motivos que ensejariam uma Notificação Prévia do GAC traz um texto indicando o que poderia “levantar sensibilidades”:

Embora não tenham sido emitidas orientações definitivas, o GAC indicou que as cadeias de caracteres que poderiam suscitar sensibilidades incluem aquelas que “pretendem representar ou incorporar um determinado grupo de pessoas ou interesses com base em componentes históricos, culturais ou sociais da identidade, como a nacionalidade, raça ou etnia, religião, crença, cultura ou origem ou grupo social específico, opinião política, pertença a uma minoria nacional, deficiência, idade e/ou língua ou grupo linguístico (não exaustivo)” e “as cadeias que se referem a setores específicos, como aqueles sujeitos a regulamentação nacional (como .banco, .farmacia) ou aqueles que descrevem ou são direcionados a uma população ou indústria vulnerável a fraudes ou abusos online”.⁶⁷ (ICANN, 2012, p. 1-8)

O AGB não aponta nenhum tipo de requisito para a recomendação do GAC, como fez por exemplo para a Notificação Prévia (que deveria ser escrita, de preferência com uma motivação delineada). Não só isto, mas na parte em que descreve a objeção formal, o AGB acrescenta:

Como descrito na seção 3.1 acima, O Comitê Consultivo Governamental tem um processo designado para prover recomendações ao Conselho de Diretores da ICANN

⁶⁵ Tradução livre de “*ICANN’s Governmental Advisory Committee was formed to consider and provide advice on the activities of ICANN as they relate to concerns of governments, particularly matters where there may be an interaction between ICANN’s policies and various laws and international agreements or where they may affect public policy issues. The process for GAC Advice on New gTLDs is intended to address applications that are identified by governments to be problematic, e.g., that potentially violate national law or raise sensitivities*”.

⁶⁶ ICANN. Article 12. Section 12.2., (a), (i). Ver: The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Bylaws – Article 12. ICANN, 25 fev. 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/governance/bylaws-en#article12>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁶⁷ Tradução livre de “*While definitive guidance has not been issued, the GAC has indicated that strings that could raise sensitivities include those that “purport to represent or that embody a particular group of people or interests based on historical, cultural, or social components of identity, such as nationality, race or ethnicity, religion, belief, culture or particular social origin or group, political opinion, membership of a national minority, disability, age, and/or a language or linguistic group (non-exhaustive)” and “those strings that refer to particular sectors, such as those subject to national regulation (such as .bank, .pharmacy) or those that describe or are targeted to a population or industry that is vulnerable to online fraud or abuse*”.

em assuntos que **afetam políticas públicas**, esse processo de objeção não seria aplicável para este casos. O GAC pode fornecer recomendações em **qualquer tópico e não está limitado aos motivos de objeção enumerados nos procedimentos de objeção pública** e resolução de disputas.⁶⁸ (ICANN, 2012, p. 3-4)

O Guia instrui que, ao receber a recomendação do GAC, o Conselho de Diretores deve publicá-la e notificar o aplicante, que terá um prazo de 21 dias corridos a partir da publicação para apresentar sua resposta diretamente ao Conselho. Ademais, os seguintes passos poderiam ser tomados pela ICANN:

A ICANN considerará o parecer do GAC sobre novos gTLDs assim que possível. A Diretoria poderá consultar especialistas independentes, como aqueles designados para ouvir objeções no Procedimento de resolução de disputas sobre novos gTLDs, **nos casos em que as questões levantadas no parecer do GAC sejam pertinentes a uma das áreas temáticas dos procedimentos de objeção**. O recebimento do parecer do GAC não prejudicará o processamento de nenhuma candidatura (ou seja, uma candidatura não será suspensa, mas continuará durante as etapas do processo de inscrição). (ICANN, 2012, p. 3-3)

O Guia do Candidato não prevê nenhum procedimento de revisão ou recurso tanto das decisões do Conselho de Diretores quanto dos pareceres dos painéis de resolução de disputas do programa (Figura 6).

Figura 6 – Possibilidades das candidaturas a partir dos procedimentos previstos no AGB

⁶⁸ Tradução livre de “As described in section 3.1 above, ICANN’s Governmental Advisory Committee has a designated process for providing advice to the ICANN Board of Directors on matters affecting public policy issues, and these objection procedures would not be applicable in such a case. The GAC may provide advice on any topic and is not limited to the grounds for objection enumerated in the public objection and dispute resolution process”.

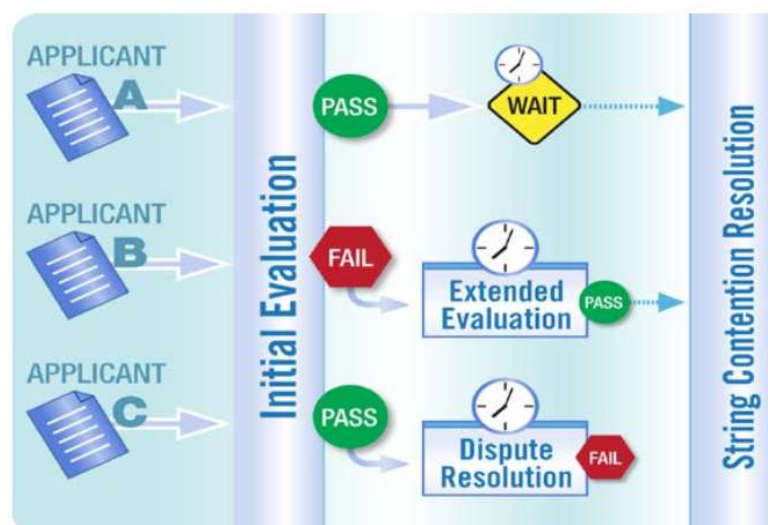


Figure 1-2 – All applications in a contention set must complete all previous evaluation and dispute resolution stages before string contention resolution can begin.

Fonte: ICANN, 2012, p. 1-14.

O AGB também prevê o tempo estimado para o processamento de uma candidatura, considerando todo o procedimento aqui estabelecido. O guia indica que uma candidatura sem problemas poderia levar até 9 meses até a delegação, enquanto uma candidatura complexa poderia se estender por até 20 meses (ICANN, 2012, p. 1-15;18). Como veremos mais tarde, em muitos casos isto não aconteceu.

2.3. Provisões sobre nomes geográficos

Um último aspecto do procedimento desenhado para o programa de novos domínios genéricos é relevante para este trabalho. Se trata da definição e aplicação no AGB do conceito de **nomes geográficos**, também conhecido como *geonames* pela comunidade técnica da Internet (anexo 1) – conceito central para a disputa aqui analisada.

Como será abordado nos dois próximos capítulos, a definição e a proteção de nomes geográficos constituíram uma questão desde o início do programa de novos gTLDs, envolvendo a ICANN e o GAC – especialmente devido a controvérsias como as que surgiram na disputa pelo domínio .amazon. Nesse sentido, o AGB, na tentativa de estabelecer algum tipo de salvaguarda para nomes geográficos, estabeleceu duas categorias de *geonames* que seriam protegidos pelo procedimento do programa de novos gTLDs.

Em primeiro lugar, estão os *geonames* restritos, que não são aprovados no programa (ICANN, 2012). Essa lista inclui nomes de países ou territórios reconhecidos pela Organização Internacional de Normalização (ISO), conforme a lista ISO 3166-1, abrangendo os códigos de 2 e 3 caracteres desses países e territórios, além de termos constantes no anexo intitulado “Lista de Nomes de Países Separáveis”⁶⁹ (ICANN, 2012, *Annex Module 2*).

Em seguida, o AGB elenca os nomes geográficos que requerem suporte governamental para seu processamento. Essa categoria abrange quatro tipos de *geonames*: (i) nomes de capitais de países ou territórios listados na ISO 3166-1; (ii) propostas de gTLDs que sejam nomes de cidades, desde que a candidatura explicitamente tenha como objetivo desenvolver atividades relacionadas àquela cidade – como o domínio .rio⁷⁰ (Torres, 2014), voltado à promoção do turismo e da história do Rio de Janeiro; (iii) *geonames* de regiões subnacionais listadas na ISO 3166-2 que correspondam **de forma exata** ao domínio de topo solicitado; e (iv) nomes listados como regiões pela UNESCO⁷¹ ou que constem na lista de “Composição de regiões macro geográficas (continentais), sub-regiões geográficas, agrupamentos econômicos e outros selecionados”⁷².

Esse conceito é aplicado pela ICANN no âmbito do programa, na avaliação inicial (Figura 7). O AGB prevê que, durante esse processo, um painel analise a candidatura para “determinar se o gTLD solicitado representa um nome geográfico, conforme definido no guia” (ICANN, 2012, p. 2-30) – mesmo que o aplicante não tenha declarado explicitamente que o domínio pretendido é um nome geográfico. Caso a candidatura não passe por esse teste, poderá ser submetida a um processo estendido. Ademais, quando delimita o conceito de *geonames* novamente o AGB instrui os aplicantes a consultar os governos na possibilidade de dúvidas.

⁶⁹ “Annex: Separable Country Names List - gTLD application restrictions on country or territory names are tied to listing in property fields of the ISO 3166-1 standard. Notionally, the ISO 3166-1 standard has an “English short name” field which is the common name for a country and can be used for such protections; however, in some cases this does not represent the common name. This registry seeks to add additional protected elements which are derived from definitions in the ISO 3166-1 standard. An explanation of the various classes is included below.”

⁷⁰ Disponível em: <<https://nic.rio/index-po.html>>.

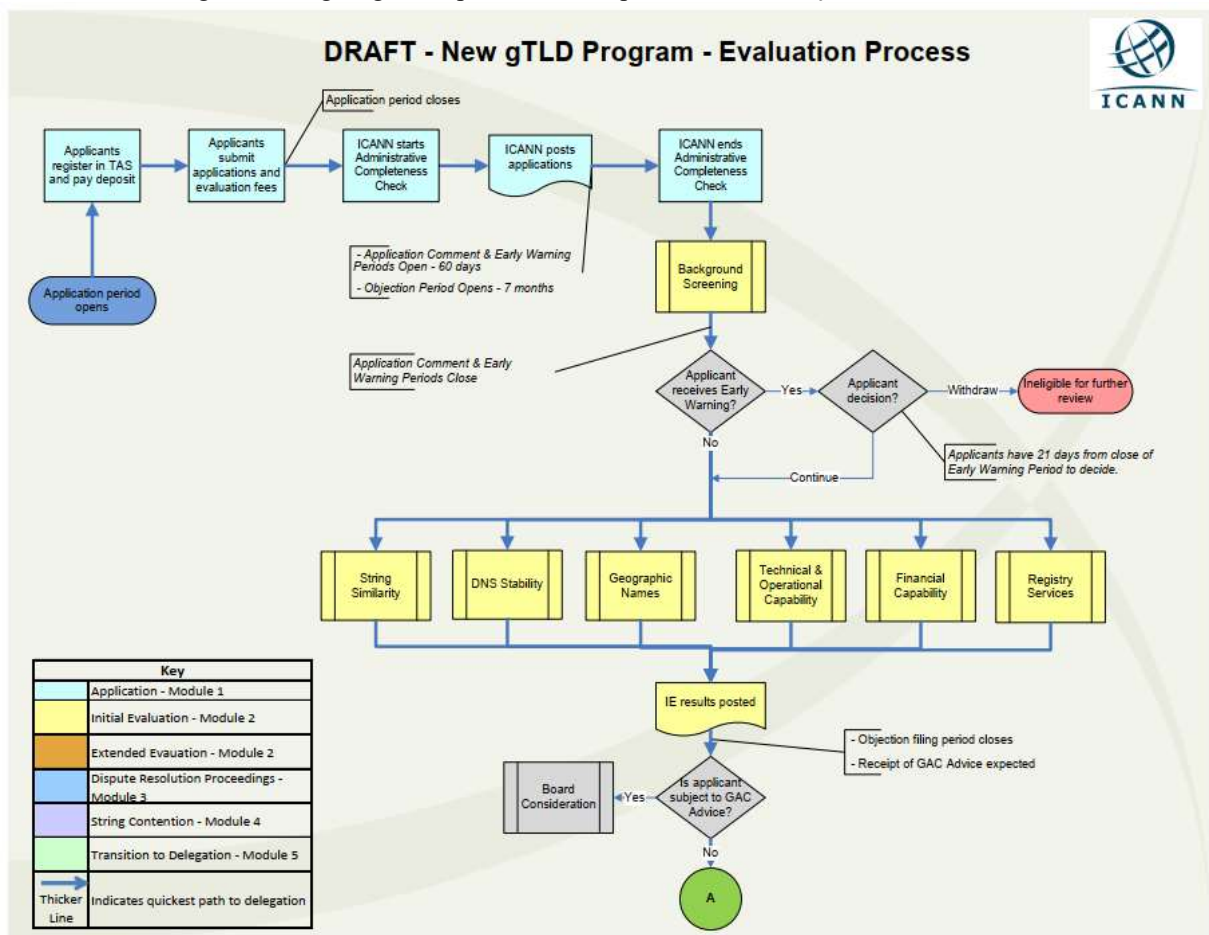
⁷¹ O site de referência colocado nas notas de rodapé (AGB, p.2-18) está fora do ar. Entretanto, ao se ter acesso à página pelo Web Archive, vemos que “as regiões da UNESCO” consiste na seguinte lista: “Africa, Arab States, Asia and the Pacific, Europe and North America e Latin America and the Caribbean”. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20121001163323/http://www.unesco.org/new/en/unesco/worldwide/>>.

⁷² Tradução livre de “Composition of macro geographical (continental) regions, geographical sub-regions, and selected economic and other groupings”. ICANN, 2012, 2-18. A informação no AGB vem acompanhada de um link para a lista, que atualmente tem um novo nome (Standard country or area codes for statistical use (M49) e pode ser vista no seguinte link: <<https://unstats.un.org/unsd/methodology/m49/>>.

Um gTLD solicitado que se enquadre em qualquer um dos itens 1 a 4 listados acima é considerado como representando um nome geográfico. **Em caso de dúvida, é do interesse do requerente consultar os governos e autoridades públicas relevantes** e obter o seu apoio ou não objeção antes da apresentação do pedido, a fim de evitar possíveis objeções e **resolver previamente quaisquer ambiguidades relativas ao domínio** e requisitos aplicáveis⁷³. (ICANN, 2012, 2-18, grifo nosso)

Entretanto, como veremos no próximo capítulo, a delimitação de nomes geográficos ao ISO 3166-1 não foi suficiente para, por um lado, evitar conflitos com países e, por outro, a proteção de regiões com importante relevância nacional e internacional dentro do programa.

Figura 7 – Organograma aprofundado do processo de avaliação das candidaturas



Fonte: ICANN, 2012, p. 1-48.

⁷³ Tradução livre de “An applied-for gTLD string that falls into any of 1 through 4 listed above is considered to represent a geographic name. In the event of any doubt, it is in the applicant’s interest to consult with relevant governments and public authorities and enlist their support or non-objection prior to submission of the application, in order to preclude possible objections and pre-address any ambiguities concerning the string and applicable requirements”.

3. O .AMAZON E O PROCESSO DE DISPUTA

No dia 15 de maio de 2019 o Conselho de Diretores da ICANN se encontrou para uma reunião especial com quatro assuntos na pauta⁷⁴, sendo um deles de emitir o resultado final da disputa pelo .amazon. O litígio durou 7 anos com idas e vindas entre a Amazon Inc., os países da OTCA e a própria ICANN.

Para muitos, a decisão resultante da disputa seria chave para apontar questões a respeito da legitimidade da ICANN na gestão do DNS e na tomada de decisões sobre esse recurso tão importante da rede (Vargas-Leon; Kuehn, 2015; Badii, 2019) – para o bem e para o mal, como veremos no capítulo quatro. Entretanto, para tal é necessário analisar a decisão da ICANN, tarefa empreendida neste capítulo.

Designados como ponto de pauta C, o Conselho de Diretores da ICANN decidiu naquele dia continuar o processamento da candidatura ao .amazon, delegando o domínio de topo à empresa estadunidense, baseada em Luxemburgo, Amazon EU. S.à r.l., subsidiária da Corporação Amazon. Entretanto, já no primeiro ponto de pauta (A), resquícios da disputa ainda estavam presentes, trazendo os acúmulos do GAC durante a reunião da ICANN em Kobe, no Japão (ICANN 64). O comunicado do GAC trouxe em seu ponto 4, “Questões de importância para o GAC”, a discussão sobre o .amazon, sendo este o primeiro assunto da reunião do GAC com o Conselho de Diretores. O comunicado do GAC, porém, traz somente o resumo da reunião entre os dois órgãos da ICANN – não sendo formalizado como uma recomendação.

O GAC discutiu a solicitação dos governos da região amazônica, em particular do Brasil, Peru, Colômbia e Equador, em nome dos Estados membros da OTCA, enviada ao GAC por meio da lista de discussão, para que lhes fosse dada a oportunidade de desenvolver, juntamente com a empresa Amazon Inc., **a solução mutuamente aceitável para as candidaturas aos domínios .amazon requisitadas no Comunicado do GAC de Abu Dhabi**. Os governos do Brasil e da Colômbia fizeram declarações **reiterando os termos desse pedido** e enfatizaram o seu compromisso de trabalhar para um acordo final que garanta a participação significativa dos países amazônicos na governança e no uso dos domínios .amazon.⁷⁵

⁷⁴ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – Special Meeting of the ICANN Board, 15 May 2019. ICANN, 15 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-special-meeting-of-the-icann-board-15-05-2019-en>>.

Acesso em: 22 jun. 2025.

⁷⁵ Tradução livre de: “*The GAC discussed the request by governments from the Amazon region, in particular Brazil, Peru, Colombia, and Ecuador, on behalf of ACTO member States, sent to the GAC through the mailing list, that they be given the opportunity to develop, together with the company Amazon Inc., the mutually*

A reunião do Conselho de Diretores da ICANN de 15 de maio, entretanto, só analisa as **recomendações** (*advice*s) do conselho governamental. Ademais, vide a decisão tomada ao final do encontro, o Conselho não chega a abordar as preocupações do GAC, decidindo sobre a questão nos seguintes termos:

Resolveu-se (2019.05.15.13) que a **Diretoria considera aceitável a proposta da corporação Amazon de 17 de abril de 2019 e, portanto, orienta o presidente e CEO da organização da ICANN, ou seu(s) designado(s), a continuar o processamento das inscrições .amazon de acordo com as políticas e procedimentos do programa de novos gTLDs**. Isso inclui a publicação dos Compromissos de Interesse Público (PICs), conforme proposto pela empresa Amazon, para um período de comentários públicos de 30 dias, de acordo com os procedimentos estabelecidos do programa de novos gTLDs.

Resolveu-se (2019.05.15.14) que o Conselho agradece à OTCA, aos estados membros da OTCA e à corporação Amazon pelo seu tempo e esforços na tentativa de chegar a uma solução mutuamente aceitável sobre este assunto.

Resolveu-se (2019.05.15.15) que a Diretoria agradece ao presidente e CEO da organização da ICANN, juntamente com sua equipe dentro da organização da ICANN, por seus esforços de facilitação. (Grifo nosso)⁷⁶

Neste capítulo, analisaremos o processo de disputa pelos domínios .amazon, com base nos documentos examinados e em outros registros relevantes que levaram o Conselho de Diretores da ICANN a emitir as resoluções 2019.05.15.13-2019.05.15.15. Nas justificativas apresentadas, o Conselho menciona a revisão de mais de 25 documentos por seus membros, além de outros documentos (presentes nas notas de fim de páginas) e dois anexos (*Attachments A e B*) incorporados à decisão.

Com exceção dos anexos A e B, bem como de alguns poucos documentos que não estão disponíveis – como as propostas da Amazon Inc. relativas aos Compromissos de Interesse Público –, a análise deste capítulo baseia-se primariamente nos documentos listados na decisão de 15 de maio, assim como em documentos mencionados nesses mesmos registros.

acceptable solution for the dot Amazon applications called for in the GAC Abu Dhabi Communiqué. The governments of Brazil and Colombia made statements reiterating the terms of that request, and they emphasized their commitment to working towards a final agreement that should ensure the Amazon countries' meaningful participation in the governance and use of the dot Amazon strings". Ver: Governmental Advisory Committee. "ICANN64 Kobe Communiqué." GAC, 14 mar. 2019. Disponível em: <<https://gac.icann.org/contentMigrated/icann64-kobe-communique>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁷⁶ Tradução livre de "*Resolved (2019.05.15.13), the Board finds the Amazon corporation proposal of 17 April 2019 acceptable, and therefore directs the ICANN org President and CEO, or his designee(s), to continue processing of the .amazon applications according to the policies and procedures of the New gTLD Program. This includes the publication of the Public Interest Commitments (PICs), as proposed by the Amazon corporation, for a 30-day public comment period, as per the established procedures of the New gTLD program. Resolved (2019.05.15.14), the Board thanks ACTO, the ACTO member states, and the Amazon corporation for their time and efforts in attempting to reach a mutually acceptable solution on this matter. Resolved (2019.05.15.15), the Board thanks the ICANN org President and CEO, along with his team within the ICANN organization, for their facilitation efforts*".

Como exemplo, temos a decisão final do Painel Independente de Revisão⁷⁷ (IRP), o qual cita três documentos importantes, os quais não foram citados ou revisados na decisão final.

A princípio, este trabalho analisaria somente a decisão final da ICANN sobre os domínios .amazon. Entretanto, a decisão final (resoluções 2019.05.15.13–2019.05.15.15), revela muito pouco sobre o processo, mesmo em suas justificativas (*rationale*) e as razões do Conselho de Diretores. Nelas, o conselho somente se refere ao tempo decorrido desde o início da disputa e, principalmente, à conclusão do IRP, em 2017, em que a Amazon Inc. “prevaleceu” para dar a sua decisão.

O Conselho está tomando esta ação hoje de acordo com as resoluções do Conselho 2019.03.10.01-.07 e em reconhecimento a todas as contribuições recebidas relacionadas às candidaturas .amazon. O Conselho reconhece a necessidade de equilibrar as preocupações de todos os envolvidos e de agir de forma justa e transparente em todos os momentos. Na verdade, o Conselho considerou as preocupações levantadas em relação aos pedidos .amazon em todas as fases do seu processamento através do Programa de Novos gTLDs. No entanto, a Diretoria também está ciente do tempo decorrido desde que as solicitações de .amazon foram apresentadas em 2012, e desde que a empresa Amazon prevaleceu em seu Processo de Revisão Independente (IRP) contra a ICANN em julho de 2017. Desde então, a Diretoria da ICANN e org se envolveram com o Comitê Consultivo Governamental (GAC), a OCTA e a corporação Amazon na busca de uma solução mutuamente aceitável, como evidenciado pelas inúmeras reuniões, propostas e cartas recebidas sobre o tema das aplicações .amazon no passado. poucos anos. A Diretoria acreditava que sua resolução de março de 2019, permitindo um período de tempo adicional e curto, após mais de um ano de facilitação pelo presidente e CEO da organização da ICANN, antes que a Diretoria tomasse uma decisão final sobre se deveria avançar para a delegação das inscrições .amazon, era apropriado e em conformidade com os pedidos dos Estados membros da OTCA por tempo adicional. A Diretoria considerou que esse tempo adicional poderia levar a uma solução mutuamente aceitável em relação a essas solicitações. Até hoje, dois meses após a resolução do Conselho de março de 2019, a OCTA e a corporação Amazon não conseguiram chegar a uma solução mutuamente aceitável ou concordar com uma prorrogação do prazo para a continuação das discussões. À luz disso, a Diretoria está agora avançando com as próximas etapas estabelecidas na resolução 2019.03.10.05 da Diretoria e está orientando a organização da ICANN a continuar processando as inscrições .amazon para delegação.⁷⁸

⁷⁷ *Independent Review Panel*, em inglês.

⁷⁸ ICANN. Rationale for Resolutions 2019.05.15.13 – 2019.05.15.15. **Why is the Board addressing the issue?** Tradução livre de “*The Board is taking this action today in accordance with Board resolutions 2019.03.10.01-.07 and in recognition of all input received relating to the .amazon applications. The Board recognizes the need to balance concerns of all those involved, and to act fairly and transparently at all times. Indeed, the Board has considered the concerns raised regarding the .amazon applications at every stage of their processing through the New gTLD Program. However, the Board is also cognizant of the time that has lapsed since the .amazon applications were submitted in 2012, and since the Amazon corporation prevailed in its Independent Review Process (IRP) against ICANN in July 2017. Since that time, the ICANN Board and org have engaged with the Governmental Advisory Committee (GAC), ACTO, and the Amazon corporation in pursuit of a mutually acceptable solution, as evidenced by the numerous meetings, proposals, and letters received on the topic of the .amazon applications over the past few years. The Board believed that its March 2019 resolution allowing a further, short period of time—following over a year of facilitation by the ICANN org President and CEO—before the Board made a final decision about whether to move toward delegation of the .amazon applications was*”

Assim, embora apresente o resultado final do IRP, o Conselho não aborda, de fato, o conteúdo do processo. A Amazon Inc. saiu vitoriosa na revisão independente, mas em quais termos? Por essa razão, foi necessário aprofundar a análise, examinando o processo em si – inclusive o IRP, que não está previsto no AGB, mas sim nas *Bylaws* da ICANN, como será discutido adiante.

Neste capítulo vamos entender: (i) o processo de candidatura da Amazon inc; (ii) os procedimentos de oposição feitos à candidatura, sendo estes (ii.a) o Aviso Prévio do GAC, (ii.b) a Objeção pública feita pelo Objeto Independente e, por fim, (ii.c) o Conselho Consensual do GAC; (iii) o Painel de Revisão Independente (IRP); e (iv) o período após a decisão do IRP e a decisão do Conselho de Diretores da ICANN.

3.1. Introdução às disputas – Oposição do GAC e Objeção Pública

Com a abertura do programa para novos domínios de topo, o braço europeu da Corporação estadunidense Amazon Inc., a Amazon EU S.à r.l., se candidatou para o registro de 76 domínios de topo (Berkens, 2012). Destes, somente 55 foram de fato delegados (Amazon Registry, 2025) – dentre eles o .amazon. Especificamente para a candidatura ao .amazon, a empresa não declarou se tratar de um nome geográfico ou qualquer sensibilidade.

O Chamado *Reveal Day* aconteceu no dia 13 de junho de 2012, quando a ICANN revelou quais eram os aplicantes e os domínios de topo pleiteados por eles para a comunidade da ICANN. Neste dia a organização anunciou que 1.930 novos pedidos de gTLD tinham sido recebidos durante o período de inscrição⁷⁹.

O processo de disputa pelo domínio de topo começa de fato em 20 de novembro de 2012, um mês após a Reunião Geral da ICANN 45⁸⁰, quando Brasil e Peru submeteram uma

appropriate and in line with requests by ACTO member states for additional time. The Board considered that this additional time could lead to a mutually acceptable solution regarding those applications. As of today, two months from the Board's March 2019 resolution, ACTO and the Amazon corporation have been unable to come to a mutually acceptable solution or agree on an extension of time for continued discussions. In light of this, the Board is now moving forward with the next steps laid out in Board resolution 2019.03.10.05 and is directing ICANN org to continue processing the .amazon applications toward delegation.”

⁷⁹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. New gTLD Reveal Day – Applied-for Strings. ICANN, 13 jun. 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/en/announcements/details/new-gtld-reveal-day---applied-for-strings-13-6-2012-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁸⁰ Durante a reunião o Conselho de Diretores determinou que as Notificações Prévias, se existissem, deveriam ser propostas após a reunião que aconteceu em entre 14 e 18 de outubro de 2012 no Canadá.

Notificação Prévia (*Early Warning*) à aplicação do domínio de primeiro nível .amazon. Os países tiveram o endosso da Bolívia, Equador, Guiana e Argentina, países sul americanos até então não membros do GAC.

3.1.1. Notificação prévia (*Early Warning*) do GAC

Como visto anteriormente, o AGB prevê a possibilidade de organizações e governos de interpirem, dentro do programa de novos domínios, uma notificação prévia. A notificação se trata, na verdade, de um curto formulário preenchido de forma breve pelos membros do GAC, apontando as razões para a notificação. Na notificação feita pelo Brasil e Peru no dia 20 de novembro de 2012, destaca-se que a concessão do domínio .amazon a uma entidade privada comprometeria o uso desse recurso digital para finalidades de interesse público, como a promoção da preservação ambiental, a valorização das comunidades locais e o desenvolvimento sustentável da região amazônica.

No entendimento dos governos signatários, o domínio .amazon teria uma grande simbologia e deveria estar acessível para iniciativas que disseminem o conhecimento sobre a região e apoiem políticas de conservação, além de favorecer a representatividade das populações indígenas e tradicionais. Peru e Brasil apontam que a ICANN, ao

Conceder direitos exclusivos sobre esse gTLD específico a uma empresa privada impediria o uso desse domínio para fins de interesse público relacionados à proteção, promoção e conscientização sobre questões relativas ao bioma amazônico. Também dificultaria a possibilidade de usar esse domínio para congregar páginas da web relacionadas à população que habita essa região geográfica.⁸¹ (Governmental Advisory Committee, 2012, s.p.)

Ao final do documento o Brasil ainda aponta:

O princípio de proteção de nomes geográficos que se referem a **regiões que englobam povos, comunidades, patrimônios históricos e redes sociais tradicionais**, cujo **interesse público** poderia ser afetado pela atribuição de gTLDs que se referem diretamente a esses espaços a **entidades privadas**, é aqui registrado com referência à denominação em inglês da região amazônica, mas não deve se limitar a ela.⁸² (Governmental Advisory Committee, 2012, s.p.)

⁸¹ Tradução livre de “Granting exclusive rights to this specific gTLD to a private company would prevent the use of this domain for purposes of public interest related to the protection, promotion and awareness raising on issues related to the Amazon biome. It would also hinder the possibility of use of this domain to congregate web pages related to the population inhabiting that geographical region”.

⁸² Tradução livre de “The principle of protection of geographic names that refer to regions that encompass peoples, communities, historic heritages and traditional social network whose public interest could be affected

A notificação sugere ainda que a Amazon Corp. retire voluntariamente seu pedido em deferência aos interesses coletivos dos países amazônicos. É importante lembrar que, embora o *Early Warning* não constitua uma objeção formal, ele representa, dentro do procedimento estabelecido pelo AGB, o marco que abre a possibilidade de uma contestação posterior — o que, de fato, ocorreu — caso o pedido não seja retirado ou negociado.

Em suas recomendações, a ICANN aponta que, diante de uma notificação prévia, as partes envolvidas busquem uma negociação para abordar as preocupações levantadas, podendo o aplicante, caso mantenha sua solicitação, submeter uma resposta formal ao GAC com detalhamentos de possíveis ações mitigadoras. Ou seja, por mais que não se trate de uma objeção com a força da recomendação do GAC, esta não deveria ser ignorada pelos aplicantes.

O documento, apesar de curto, traz uma série de pontos importantes, os quais serão abordados em documentos subsequentes. Notadamente os principais pontos são:

- A questão do interesse público das populações e países amazônicos, como detalhado anteriormente;
- O domínio se constituir em um termo que é parte do nome da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica em inglês, *Amazon Cooperation Treaty Organization*; e
- O fato de a aplicação para o .amazon não ter recebido apoio dos governos da região amazônica.

O documento, embora curto, dá o pontapé na disputa e delimita de forma muito explícita a tensão entre a proteção dos bens simbólicos e ambientais da Amazônia, os interesses geopolíticos e questões de soberania, e os interesses comerciais privados e coletivos dos atores envolvidos. Nesse sentido, o documento traz de forma muito direta uma tensão que já pode ser observada na redação do AGB: a polêmica em torno da gestão de nomes de relevância ambiental e cultural e, em particular, a provocação de certos setores para que a ICANN considere também questões de interesse público, assim como direitos difusos e coletivos de certas comunidades.

3.1.2. O processo de Objeção pública

Nove meses após o *Reveal Day* e quatro meses após a notificação prévia do GAC, no dia 12 de março de 2013⁸³, o IO, o Prof. Dr. Alain Pellet⁸⁴ apresentou uma objeção formal ao pedido de registro do .amazon pela Amazon Inc.. A objeção, classificada como uma Objeção da Comunidade, é feita em nome do interesse público. Novamente, o IO tem caráter semelhante à atuação do Ministério Público brasileiro (pelo menos na teoria), em especial dado que sua atuação é feita em nome do interesse público.

O documento submetido à Câmara Internacional de Comércio⁸⁵ argumenta que a concessão do domínio .amazon para uso exclusivo da empresa Amazon implicaria numa apropriação indevida de um nome que representa uma das regiões mais significativas do mundo com profundo valor ecológico, cultural e social. O IO sustenta ainda que o domínio deveria ser utilizado para benefício público, considerando o valor simbólico associado ao termo “amazon”, e que o uso exclusivo por uma empresa privada comprometeria os interesses e a representação da comunidade amazônica.

O início do documento modelo⁸⁶ preenchido pelo IO, com 18 páginas, traz a questão da legitimidade e interesse do IO para propor uma objeção – que não pode ser feita pela simples vontade do IO. Ao menos um comentário em oposição à candidatura por certo domínio precisa ter sido feito para que o procedimento possa ser feito pelo IO. Para sua objeção, para além de dois comentários feitos no âmbito das discussões do *At-Large Committee*, o especialista se apoia principalmente na oposição dos países sul americanos, em especial Peru e Brasil, através da Notificação Prévia emitida pelo GAC.

Os dois comentários mencionados no documento do IO estão atualmente fora do ar⁸⁷. Entretanto, pelo menos um deles é ainda possível encontrar nas discussões do Comitê *At-large*⁸⁸.

⁸³ Notificação inicial dada pelo IO em 23 de janeiro de 2013 (Pellet, 2013, p. 7).

⁸⁴ Para mais informações sobre Prof. Dr. Alain Pellet, ver: <<https://www.alainpellet.eu/?lang=en>>.

⁸⁵ Fórum para esta disputa específica dentro de todo o processo de disputa pelo domínio de topo.

⁸⁶ O procedimento de Objeção e a Notificação prévia são procedimentos formais previstos no AGB como parte do processo para se contrapor a uma candidatura específica. Ambos são realizados a partir do preenchimento de formulários padronizados para cada tipo de procedimento. Para entender melhor, ver capítulo 2.

⁸⁷ Provavelmente o conteúdo foi mudado de localização e URL, não sendo possível mais localizá-lo através da URL presente do documento do IO.

Comentário escrito por Vanessa Cravo: <http://mm.icann.org/pipermail/newgtldrg/2013-January/000213.html>

Como cidadã de um país da América Latina, gostaria de expressar minhas preocupações em relação à aplicação para o domínio “amazon” feita pela Amazon EU S.à r.l., uma empresa privada, e apreciaria se o At-Large considerasse este comentário.

A Amazônia é uma região que abrange grande parte do território de vários países da América do Sul (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) e é amplamente conhecida por sua biodiversidade. O nome "Amazon" identifica essa região geográfica, assim como o maior rio do mundo, também localizado na região.

A importância ecológica da Amazônia e o fato de ser uma região geográfica com seu próprio povo, comunidades e cultura deveriam impedir que uma empresa privada utilizasse esse nome conforme proposto. Essa designação deveria ser usada apenas para o desenvolvimento, promoção e proteção dessa região e por seu próprio povo.

Vanessa Copetti Cravo. (ICANN, 2013, s.p.)^{89 90}

Em verdade, embora o documento do Objeto Independente (IO) traga apenas dois comentários, no espaço de trabalho virtual seguinte – dentro do ecossistema da ICANN – é possível perceber que o comitê, em algum momento, se mobilizou (ou teve tal pretensão) para se opor à concessão do domínio de topo à Amazon Inc – lembrando que o *At-Large Committee* reúne a “comunidade de usuários individuais da Internet que participam do trabalho de desenvolvimento de políticas da ICANN”⁹¹.

Ademais, Pellet revela que em duas oportunidades trabalhou com o governo do Peru. Tal informação faz parte das regras de conduta do IO, pois este deve ser independente e não ter nenhuma ligação com nenhum candidato aos gTLD (artigo 3.2.5 do AGB). Entretanto, vale destacar que os processos mencionados pelo Objeto Independente (IO), nos quais afirma ter atuado, referem-se a disputas entre o Peru e outros países latino-americanos – inicialmente

⁸⁸ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. .amazon_OG. **ICANN Community Wiki**, 16 fev. 2013. Disponível em: https://community.icann.org/display/newgtldrg/.amazon_OG. Acesso em: 22 jun. 2025.

⁸⁹ Tradução livre de: “*Comment received by Vanessa Cravo <http://mm.icann.org/pipermail/newgtldrg/2013-January/000213.html> As a citizen of a Latin America country, I would like to stress my concerns regarding the application “amazon” made by Amazon EU S.à r.l., a private company, and I would appreciate if At-Large took this comment into consideration. The Amazon is a region that encompasses a large part of the territory of several countries of South America (Bolivia, Brazil, Colombia, Ecuador, Guyana, Peru, Suriname and Venezuela) and it is well known by its biodiversity. The name amazon identifies this geographical region, as well as the largest river of the world, located also in the region. The ecological importance of Amazon and the fact that it is a geographical region with its own people, communities and culture should prevent a private company from using this name as it is proposed. This string should be only used to the development, promotion and protection of this region and by its people. Vanessa Copetti Cravo*”.

⁹⁰ Vanessa Cravo, segundo perfil do LinkedIn (2025), é graduada e tem mestrado em Direito. Ela trabalha desde 2005 na Anatel como especialista em Regulação de Telecomunicações e também foi representante (*delegate*) brasileira em uma série de reuniões da ITU entre 2010 e 2014.

⁹¹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. New gTLD Review Group Overview. **ICANN Community Wiki**, 2013. Disponível em: <https://community.icann.org/pages/viewpage.action?pageId=2265510>. Acesso em: 22 jun. 2025.

com o Chile e, posteriormente, com o Equador, este último tendo, inclusive, apoiado a notificação do GAC.

Essas duas questões serão retomadas mais tarde neste capítulo, quando analisarmos o IRP, e novamente no capítulo 4. Entretanto, para o presente objetivo (descrever o processo de objeção independente), nos limitamos a descrever o procedimento e os documentos analisados.

Voltando ao documento da objeção proposta pelo IO, em seu detalhamento da validade da objeção e motivos pelos quais a contestação ao domínio deveria prosperar, o especialista o faz a partir dos quatro testes estabelecidos pelo AGB para uma objeção comunitária prosperar. Nesse sentido, (i) a associação entre a comunidade e o domínio a ser contestado deve ser forte (*targeting test*); (ii) a comunidade cujo direito está sendo invocado para a objeção deve ser uma comunidade possível de delimitação (*community test*); (iii) a oposição da comunidade deve ser substancial (*substantial opposition test*); e (iv) a probabilidade de prejuízo material aos direitos ou interesses legítimos de uma parcela significativa da comunidade à qual o domínio pode ser explicitamente ou implicitamente direcionada (*detriment test*).

O primeiro teste enfrentado pelo IO é a questão da associação entre o domínio em disputa e a comunidade cujos os direitos estão sendo invocados. O documento sustenta que o critério mais relevante para este teste, deve ser a associação do público ao termo (*string*) em questão: “O teste não se limita às suposições e ao uso pretendido proposto na Aplicação, mas se concentra principalmente nas expectativas dos usuários comuns da Internet e em sua percepção e associações com o termo”⁹² (Pellet, 2013, p. 9).

Nesse sentido, o IO aponta a óbvia questão de que a palavra em inglês “Amazon” também é utilizada de forma ampla e conhecida como o nome e identificador principal da região da Amazônia e sua cultura, população, ecossistema, etc., na América do Sul – fato inclusive reconhecido pela Amazon Inc..

11. Apesar de o termo “Amazon” fazer parte do nome da empresa-mãe do solicitante (que é “Amazon.com”, um nome de domínio que a empresa possui) e ser usado pela empresa para descrever uma espécie de comunidade associada à organização (também designada pelos executivos da empresa como “Amazonians”), o termo

⁹² Tradução livre de: “The test is not limited to the assumptions and the intended use proposed in the Application, but is primarily concerned with the expectations of the average Internet users and their perception of and associations with the string.”.

“Amazon” também se refere à região sul-americana de mesmo nome em inglês, ao redor do Rio Amazonas. **A identidade do nome comercial e da marca da empresa com o nome em inglês do rio sul-americano não é acidental. A própria empresa destacou que “o nome Amazon.com homenageia o Rio Amazonas.** Assim como o Rio Amazonas tem mais de oito vezes o tamanho do segundo maior rio do mundo, o catálogo da Amazon.com é mais de oito vezes o tamanho da maior livraria física.” **Portanto, de acordo com a própria avaliação da empresa-mãe, o termo “Amazon” está vinculado ao Rio Amazonas e à sua região.**⁹³ (Pellet, 2013, p. 9)

Em relação ao teste da comunidade, o AGB não define de forma estrita o seu significado para o que seria uma comunidade. Como o AGB elenca uma série de elementos, em um rol exemplificativo⁹⁴, o IO traz como exemplo o tratamento dado à comunidade por organizações internacionais como a *World Wildlife Fund* (WWF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Para além disso, o especialista também traz a formação do OCTA, a partir do Tratado de Cooperação Amazônica, como evidência de um reconhecimento internacional e também dos estados aos quais a região pertence.

19. A comunidade amazônica pode ser claramente distinguida do público em geral pelo vínculo específico e forte que possui com a região amazônica. Essa comunidade não compartilha apenas a mesma região geográfica, mas também interesses e laços comuns de grande alcance, incluindo o desenvolvimento econômico da região, o respeito às condições ambientais, a preservação das culturas indígenas amazônicas e a conservação da riqueza etnológica e arqueológica da região. **Esses interesses e necessidades comuns foram reconhecidos e são protegidos pelos Estados que compartilham a região amazônica, conforme evidenciado no Tratado de Cooperação Amazônica de 1978.** Os Estados envolvidos compartilham uma compreensão comum das especificidades da comunidade amazônica e de sua importância para o desenvolvimento de cada país. (...) Os Estados mais envolvidos, que compartilham o território da região amazônica e a comunidade amazônica, assim reconheceram as particularidades da região, os interesses da comunidade e suas necessidades específicas. **A cooperação entre eles em prol da região e de seus benefícios demonstra que a comunidade, em sua totalidade, é claramente reconhecida como um conjunto,** independentemente de sua divisão entre diferentes Estados soberanos.⁹⁵ (Pellet, 2013, p. 12)

⁹³ Tradução livre de: “11. Despite the fact that the string “Amazon” is part of the name of the Applicant’s parent company (which is indeed “Amazon.com”, a domain name the company owns) and is used by the company in order to describe some kind of community associated with the business firm (also designated by the company officers as “Amazonians”), the string “Amazon” targets also the South-American region with the same English name around the Amazon River. The identity of the company’s business name and brand and the English name of the South-American River is far from being unintentional. The company itself pointed to the fact that “Amazon.com’s name pays homage to the Amazon River. Just as the Amazon River is more than eight times the size of the next largest river in the world, Amazon.com’s catalogue is more than eight times the size of the largest physical bookstore.” Therefore, according to the Applicant’s parent companies own assessment, the string “Amazon” is linked to the Amazon River and its region.”

⁹⁴ Ver Capítulo 2.

⁹⁵ Tradução livre de: “19. The Amazon community can be clearly delineated from the general public by the specific and strong link it has with the Amazon region. The community does not only share the specific geographical region. It has more far-reaching common interests and common ties, including the economic development of the region, the respect of the environmental conditions of the region, the preservation of the Amazon indigenous culture(s) and the conservation of ethnological and archeological wealth of the region.

Nestes termos, o IO aponta que a comunidade amazônica (*the amazon community*) é composta por “aqueles que vivem na região geográfica e têm fortes vínculos com a região Amazônica, incluindo e reconhecidos pelos governos que compartilham o território, [e] constituem uma comunidade claramente delineada para os fins presentes”⁹⁶ (idem).

Em seguida, o IO enfrenta o teste de oposição substancial dentro da comunidade – neste caso, a comunidade amazônica, como argumentado pelo objeitor. Ele aponta que o AGB determina que a demonstração de oposição substancial pode ser feita com base em diversos fatores, incluindo, mas não limitado, o número e/ou representatividade das manifestações de oposição, a diversidade das manifestações e até mesmo os custos enfrentados para que a posição contrária fosse expressa.

Aqui o IO vai além dos critérios listados no *GuideBook*, defendendo que a importância e natureza dos direitos também são importantes. Isso é reforçado quando se leva em conta que a lista presente no AGB é exemplificativa, e não taxativa.

Certamente, um critério meramente numérico não foi a intenção dos autores do *Guidebook* (...) equilibrando, por um lado, o número de pessoas que expressaram oposição ou que são consideradas representadas por aquelas que expressaram oposição, e, por outro, o tamanho total da comunidade em questão. A palavra “substancial” não pode ser definida de forma tão limitada. Embora possa certamente se referir a um tamanho ou número significativo, também é usada para algo de “importância considerável” ou “valor considerável”. Portanto, não é apenas o número de oposições que deve ser levado em conta, mas também **o conteúdo material dos comentários e das oposições expressas por aqueles envolvidos, especialmente a importância dos direitos e interesses em jogo**. Atenção especial deve ser dada, nesse sentido, aos comentários feitos pelos governos por meio do Procedimento de Alerta Antecipado (Early Warning) do GAC⁹⁷ (Pellet, 2013, p. 13).

These common interests and needs have been recognized and are protected by the States which share the Amazon region as evidenced in the 1978 Treaty for Amazonian Co-operation. The States concerned share the common understanding of the specificities of the Amazon community and its importance for their respective development. (...) The most interested States, sharing the territory of the Amazon region and the Amazon community, have thus recognized the specificities of the region, the interests of the community and their particular needs. Their cooperation in the region and for its benefits shows that the community in its entirety is clearly recognized as a whole, irrespective its division between different sovereign States”.

⁹⁶ Tradução livre de “those living in the geographical region and having strong links to the Amazon region, including and recognized by governments which share the territory, constitutes a clearly delineated community for the present purposes”.

⁹⁷ Tradução livre de “24. A mere numerical criterion was certainly not the intent of the authors of the *Guidebook* (...) balancing the number of those having expressed opposition or are deemed to be represented by those having expressed opposition, on the one hand, and the overall size of the concerned community, on the other hand. The word “substancial” cannot be defined as limited in that way. If it can certainly refer to an important size or number, it is also used for something of “considerable importance” or “considerable ... worth”. It is therefore not only the number of opposition which should be taken into account, but also the material content of comments and oppositions expressed by those concerned, and in particular, the importance of the rights and interests at

O procedimento da objeção comunitária é de suma importância para entender como os direitos de grupos marginalizados são tratados dentro do programa de novos domínios de topo. Nesse contexto, o teste de oposição substancial é chave para entender se de fato o procedimento formulado permite a defesa desses interesses.

Assim, a argumentação do IO segue a lógica de que a própria existência dessa figura representa um reconhecimento, por parte da ICANN, de existirem grupos com dificuldades institucionais para apresentar uma objeção formal. Além disso, o AGB, em seu artigo 3.2.5, estabelece que uma oposição comunitária pode ser considerada mesmo a partir de um único comentário contrário. Assim, o IO defende que a interpretação do conceito de oposição substancial a uma candidatura deve ser compreendida de maneira ampla.

27. A candidatura para o domínio .amazon gerou apenas um pequeno número de comentários na esfera pública. Isso pode ser explicado, certamente, pela conscientização limitada dos membros da comunidade sobre o Programa de novos gTLDs da ICANN. Isso, por si só, não deve e não pode ser usado para desqualificar uma objeção comunitária. O Objeto Independente (IO) considera que é parte essencial de sua missão proteger os usuários da Internet que têm menor conhecimento sobre a própria existência e o impacto do Programa da ICANN em seus direitos e interesses.⁹⁸ (Pellet, 2013, p. 14)

O IO retoma a discussão sobre a Notificação Prévia do GAC, emitida pelo Brasil e Peru, classificando-a como uma forma de oposição substancial – além dos comentários anteriormente mencionados. Cabe destacar a forma como o especialista argumenta que a notificação deve ser compreendida: como um elemento relevante na constituição de uma oposição substancial, ressaltando que ela deve ser considerada mesmo quando os países envolvidos não sejam formalmente reconhecidos como representantes da comunidade em questão.

28. Atenção especial deve ser dada ao *Early Warning* emitido pelos membros do GAC do Brasil e do Peru. O Brasil abriga mais da metade da região amazônica. **Mesmo que não possa ser identificado como a instituição estabelecida que representa a comunidade amazônica em sua totalidade, uma vez que essa comunidade está dividida entre vários Estados**, o Brasil representa e protege os

stake. Particular importance should be paid in that regard to comments made by governments through the GAC Early Warning Procedure”.

⁹⁸ Tradução livre de “27. The .amazon Application has triggered only a small number of comments in the public sphere. This may certainly be explained by the limited awareness of members of the community of ICANN’s New gTLDs Program. This, in itself, should and cannot be used in order to disqualify a community objection from being upheld. The IO considers that it is an essential part of his mission to protect those users of the Internet who are less aware of the very existence and the impact of the ICANN Program on their rights and interests”.

direitos e interesses de uma parte substancial da região e da comunidade amazônica dentro de seu território. O Peru, por sua vez, também tem um interesse particular na proteção e promoção dos direitos e interesses da comunidade amazônica. (...)

29. Além disso, a oposição expressa pelo Brasil e pelo Peru foi totalmente endossada por Bolívia, Equador e Guiana. Esses Estados compartilham partes da região amazônica e são signatários do Tratado de Cooperação Amazônica de 1978. Isso significa que **cinco dos oito Estados signatários do tratado mencionado, incluindo alguns dos mais diretamente interessados, expressaram sua oposição à solicitação do domínio .amazon**. Esse apoio é altamente significativo, considerando os objetivos e interesses desse instrumento internacional, que visa proteger e desenvolver de forma harmoniosa a região amazônica, levando plenamente em conta os interesses e necessidades da comunidade amazônica. (Pellet, 2013, p. 14)

Há várias considerações a serem feitas sobre o teste de oposição substancial, que será, inclusive, o ponto decisivo para a rejeição do argumento do IO na Determinação do Especialista, como veremos ao final desta seção. Entretanto, por agora, nos ateremos à descrição dos argumentos apresentados pelo Objeto.

Por fim, o documento enfrenta o teste de prejuízo (*detriment test*), ou seja, se há prejuízo material para a comunidade ligada àquele domínio caso ele seja concedido ao aplicante. O IO aponta que o AGB indica algumas formas de demonstrar o prejuízo material possivelmente resultante da delegação de determinado gTLD, dentre eles possíveis “danos à reputação da comunidade, interferência nas atividades centrais da comunidade, prejuízos econômicos ou outros danos concretos à comunidade ou a partes significativas da comunidade”⁹⁹ (Pellet, 2013, p. 15). Além disso, o *Expert Panel*, a fim de avaliar a probabilidade do dano, também pode levar em consideração fatores como “a dependência da comunidade do DNS para suas atividades centrais, **o uso pretendido do gTLD, conforme evidenciado na aplicação**, bem como a importância dos direitos e interesses que podem ser prejudicados para a comunidade alvo e para o público em geral”¹⁰⁰ (Pellet, 2013, p. 15, grifo nosso).

Além disso, o IO destaca que o AGB presta deferência à questão de, em casos de domínios associados a uma comunidade, verificar se o solicitante considera ou se compromete a agir em conformidade com os interesses dessa comunidade. O guia também prevê a necessidade de mecanismos que garantam a proteção dos direitos e interesses comunitários. A ausência de tais previsões é indicada pelo IO como um sinal de que a delegação do gTLD,

⁹⁹ Tradução livre de “*harm to reputation of the community, interference with the community’s core activities, economic or other concrete damage to the community or significant portions of the community*”.

¹⁰⁰ Tradução livre de “*the dependence of the community on the DNS for its core activities, the intended use of the gTLD as evidenced in the Application, but also the importance of the rights and interests likely to be harmed for the community targeted and for the public more generally*”.

conforme feita na aplicação, poderia representar uma maior probabilidade de ameaça aos direitos e interesses da comunidade.

Nesse sentido, a aplicação feita pela Amazon Inc. não só não reconhece qualquer *link* com a comunidade ou região amazônica¹⁰¹, como declara em sua aplicação que a candidatura para operar o gTLD .amazon tem como objetivo exclusivo fornecer “uma plataforma única e dedicada para a Amazon, ao mesmo tempo protegendo a integridade de sua marca e reputação”¹⁰².

Figura 8 – Parte pública da aplicação .amazon, trecho da respostas à questão 18ª (Amazon, 2012).

```
The mission of the .AMAZON registry is:
To provide a unique and dedicated platform for Amazon while simultaneously protecting the
integrity of its brand and reputation.
A .AMAZON registry will:
• Provide Amazon with additional controls over its technical architecture, offering a
stable and secure foundation for online communication and interaction.
• Provide Amazon a further platform for innovation.
• Enable Amazon to protect its intellectual property rights.
```

Ademais, somente a Amazon Inc. e suas subsidiárias teriam acesso aos domínios subsidiários, transformando o gTLD .amazon em um gTLD de marca fechada (*closed brand* gTLD).

36. Esse risco de apropriação exclusiva foi claramente expressado pelos membros do GAC do Peru e do Brasil. (...) A apropriação de todo o espaço de nomes dentro do TLD .amazon por um único grupo corporativo para seus próprios objetivos comerciais priva as pessoas ou entidades que fazem parte da comunidade amazônica e que possuem seu patrimônio cultural de obter um nome de domínio .amazon e de se beneficiar da reputação associada ao próprio nome de sua comunidade e região.¹⁰³ (Pellet, 2013, p. 16)

O IO ainda aponta que a apropriação exclusiva de um nome comunitário terá impacto não só na comunidade amazônica, mas na Internet como um todo. Isto porque, uma vez sendo exclusivo de controle da Amazon Inc., ao longo do tempo, o vínculo entre o domínio e a região e comunidade com que compartilha o nome poderia ser erodido.

¹⁰¹ Parte pública da aplicação .amazon, questão 19 e 21ª (Amazon, 2012)

¹⁰² Idem, questão 18A.

¹⁰³ Tradução livre de “36. This risk of exclusive misappropriation has been clearly expressed by the Peruvian and Brazilian members of GAC. (...) The confiscation of the entire name space within the .amazon TLD by a singly corporate group for its own business goals deprives the people or entities being part of the Amazon community and owning its cultural heritage to obtain a .amazon domain name and to benefit from the reputation linked to the very name of their community and their region.”.

O Objeto conclui afirmando que, nos termos da candidatura apresentada, um gTLD de marca fechada teria alta probabilidade de interferir nos interesses legítimos da comunidade amazônica, podendo inclusive causar prejuízos materiais. Isso se daria tanto em razão da necessidade de proteção a um ecossistema único, reconhecido internacionalmente – podendo afetar o interesse público global –, quanto por potenciais impactos negativos no desenvolvimento econômico da própria comunidade.

Este documento é importante pois se trata, dentro dos documentos oficiais, da mais substancial manifestação em oposição à entrega do domínio à Amazon Inc.. Para além disso, ele também vem de um ponto de vista que não dos países do GAC ou o da empresa Amazon, ainda que este não seja um dos documentos revistos pelo Quadro de Diretores quando da decisão final de 2019 sobre a delegação do domínio de topo.

O procedimento de objeção aparece como um incidente no relatório feito nas razões públicas do órgão decisório da ICANN, mas não como objeto de revisão dentro do processo (embora a notificação prévia tenha sido incluída). Entretanto, é trazido como um documento importante na decisão final do IRP, que será analisado ao final desta seção.

Não obstante, a objeção comunitária não prosperou. Diante da análise do *Expert* escolhido pela Câmara Internacional de Comércio, o Prof. Dr. Luca G. Radicati di Brozolo¹⁰⁴, o vínculo entre o termo Amazon e a comunidade amazônica foi reconhecido – entretanto, os outros três critérios foram considerados insuficientes.

Além das questões de mérito, a Amazon Inc. desafiou a posição do IO para submeter a objeção com bases comunitárias de forma preliminar, pedindo por sua suspeição diante do que alegou ser um conflito de interesses no caso. Aqui vale notar que a ICANN foi diretamente contatada pela companhia sobre a questão – algo que o IO avaliou como inapropriado em sua resposta ao desafio.

Nesse sentido, o *Expert* manteve o desafio da Amazon Inc. sobre o conflito de interesses alegado entre o IO e os países sul americanos – que ainda que não fossem parte, pois não aplicaram de forma concorrente para o gTLD, mas se beneficiariam de uma objeção bem

¹⁰⁴ Para mais informações sobre Prof. Dr. Luca G. Radicati di Brozolo, ver: <<https://www.fountaincourt.co.uk/profile/professor-luca-g-radicati-di-brozolo/>>.

sucedida. Entretanto, em seu entendimento, a corte não teria poder para determinar a suspeição do IO, nem o AGB previa tal questão no caso de conflito de interesses do IO, deixando, portanto, à cargo da ICANN a questão (International Chamber of Commerce, 2014, p. 10-13).

Entretanto, tal questão sequer chegou a ser enfrentada pela ICANN. Isto porque, como mencionado anteriormente, em sua análise de mérito, o *Expert* considerou que as alegações do IO não atenderam de forma suficiente aos testes propostos pelo AGB em três dos quatro quesitos.

Assim, embora a comunidade amazônica seja reconhecida como tendo um vínculo forte com o domínio pleiteado pela Amazon Inc., a decisão fica “em aberto” sobre a delimitação da comunidade já que, nas palavras do *Expert* (International Chamber of Commerce, 2014, p. 18, ponto 84), os registros sobre a comunidade são mistos.

Apesar do reconhecimento, tanto interno quanto externo, da existência de uma comunidade amazônica e de interesses específicos ligados a ela, sua heterogeneidade e a ausência de barreiras formais configuram obstáculos relevantes para seu enquadramento como uma comunidade nos termos do AGB.

Por outro lado, como destacado pelo Apicante, a suposta comunidade é composta por vários países diferentes e apresenta em si uma considerável diversidade em termos de geografia, economia, população e biodiversidade. Isso poderia descartar a ideia de coesão, que, presumivelmente, está no cerne da noção de comunidade e pode implicar algo mais do que uma mera comunhão de interesses. Além disso, **o OI não se concentrou particularmente na existência de barreiras formais, que é um dos critérios relevantes possíveis para o teste de delineamento claro.**¹⁰⁵ (International Chamber of Commerce, 2014, p. 18)

A decisão não traz uma resposta decisiva sobre a questão pois, diante da falha nos outros dois testes, a autoridade entende não ser preciso chegar a uma conclusão sobre este teste em específico. Não obstante, os dois testes em que a oposição do IO falha segundo a determinação do *Expert* tem pontos muito importantes para esse trabalho.

¹⁰⁵ Tradução livre de “*On the other hand, as underlined by the Applicant, the purported community is composed of several different countries and exhibits within itself a considerable diversity in terms of geography, economy, population and bio-diversity. This could rule out the idea of cohesiveness, that arguably lies at the core of the notion of community and might imply something more than a mere commonality of interests. Furthermore, the IO has not focused particularly on the existence of formal barriers, which is one of the possible relevant criteria for the clear delineation test.*”.

Em primeiro lugar, no teste de oposição substancial, o *Expert* dá razão ao argumento da Amazon Inc., ao apontar que, ao emitir a Notificação Prévia, os países sul americanos não fizeram uma oposição e “unicamente pediram para que a aplicação ‘fosse incluída no GAC *early warning process*’, o que não é uma objeção”¹⁰⁶ (International Chamber of Commerce, 2014, p. 19-20, ponto 88). Ainda, a empresa enfatizou que, como tais países, após a emissão da notificação, engajaram em negociações com a empresa aplicante, isso demonstraria uma falta de força à sua oposição.

90. (...) No entanto, como observado pelo Aplicante, além de suas manifestações de oposição no Procedimento de Notificação Prévia (*Early Warning*), os dois governos não expressaram desaprovação à iniciativa por outros meios. **Na verdade, eles se engajaram em discussões com o Aplicante.**

91. Isso não é sem relevância. **De fato, se os dois governos tivessem a intenção séria de se opor à Solicitação, presumivelmente o teriam feito de forma direta.** Não há motivo para acreditar que eles poderiam ter sido dissuadidos de fazê-lo por medo de consequências negativas ou pelos custos de apresentar uma objeção. O Aplicante é convincente ao argumentar que a atitude dos governos brasileiro e peruano indica que eles acreditam que seus interesses podem ser protegidos, mesmo que a Objeção não seja bem-sucedida. De fato, ao avaliar a natureza substancial da oposição a uma objeção, deve-se considerar não apenas o peso e a autoridade de quem a expressa, mas também a intensidade de sua oposição.¹⁰⁷ (International Chamber of Commerce, 2014, p. 20-21, grifo nosso)

Os comentários sobre as decisões serão feitos mais tarde neste trabalho, entretanto, não é possível deixar de notar que, a despeito das alegações da Amazon e da asserção do especialista, **o GAC já tinha emitido uma recomendação consensual contra a aplicação pelo .amazon, baseada no *Early Warning* dos país sul americanos, quando da escolha do *Expert*.** Quando da emissão da sua determinação, já tinham se passado 6 meses da objeção formal do conselho de países.

Na linha do tempo deste procedimento, a objeção foi submetida à corte arbitral em março de 2013. O caso foi transmitido ao *Expert* escolhido pela corte em agosto de 2013. O prazo para o resultado da disputa era outubro de 2013, mas o resultado só foi entregue por

¹⁰⁶ Tradução livre de “*requested that the Application ‘be included in the GAC early warning process’, which is not an objection.*”

¹⁰⁷ Tradução livre de “*90. (...) However, as noted by the Applicant, beyond their expressions of opposition in the Early Warning Procedure, the two Governments did not voice disapproval of the initiative in other forms. As a matter of fact, they engaged in discussions with the Applicant. 91. This is not without significance. Indeed, had the two Governments seriously intended to oppose the Application, they would presumably have done so directly. There is no reason to believe that they could have been deterred from doing so by the fear of negative consequences or by the costs of filing an objection. The Applicant is persuasive in arguing that the Brazilian and Peruvian Governments’ attitude is an indication of their belief that their interests can be protected even if the Objection does not succeed. Indeed, in assessing the substantial nature of the opposition to an objection regard must be had not only to the weight and authority of those expressing it, but also to the forcefulness of their opposition.*”

Brozolo em janeiro de 2014. O GAC fez sua recomendação, como veremos em seguida, na reunião da ICANN de julho de 2013.

De volta à decisão, outra observação contundente do *Expert* se trata de a possibilidade de outras organizações terem feito uma oposição formal à aplicação pelo .amazon – entretanto, não o fizeram. Dando razão ao argumento da Amazon Inc., a decisão aponta que, embora a OTCA e outras partes interessadas, como grupos de ambientalistas e representantes de populações indígenas, não tenham formalmente se oposto às solicitações do domínio .amazon, a ausência de manifestações de preocupação por parte dessas entidades sugere uma falta de objeção substancial. A argumentação aponta que, considerando a relevância e a conscientização dessas organizações sobre o tema, é **improvável** que não estivessem cientes das solicitações e “poderiam ter feito suas vozes serem ouvidas caso estivessem realmente preocupadas sobre as consequências” da delegação do .amazon (International Chamber of Commerce, 2014, p. 21, ponto 93).

Aqui é importante frisar que, embora fosse citada como organização relevante desde a notificação prévia do GAC, a OCTA só aparece como parte nos procedimentos de oposição após a revisão independente.

Finalmente, o teste de prejuízo. Em sua posição, a Amazon Inc aponta uma série de questões relevantes para o presente trabalho: (i) a declaração da ICANN afirma que existe uma “presunção” em favor da concessão de novos gTLDs para aplicantes elegíveis; (ii) O AGB indica que “uma alegação de prejuízo que consiste apenas na delegação do domínio ao aplicante, em vez do oponente, não será suficiente para se concluir que houve prejuízo material”; (iii) a Amazon Inc. tem a marca registrada em vários países, incluindo aqueles da região amazônica, onde a empresa tem registrada a marca e domínios de nível inferior por vários anos. Tais argumentos vão aparecer novamente, ainda que em outras palavras, na decisão do IRP.

Sobre tais questões, o *Expert* entende a falta de uma aplicação concorrente pelo .amazon como uma indicação da falta de prejuízo à comunidade amazônica – ainda que se trate da delegação de um domínio de topo nos moldes de *Closed Brand*. Aponta ainda que, mesmo caso o domínio de topo venha a ser rejeitado, a comunidade continuaria sem acesso a ele pois não tentou aplicar para obter o controle da gTLD.

Além disso, o *Expert* concorda com a segunda e terceira alegações da Amazon Inc. de que o AGB veda objeções baseadas no fato de que a delegação do domínio de topo seja feita a um aplicante e não a outro. Não só isso, mas aponta a inabilidade da comunidade amazônica de utilizar o gTLD não sendo uma de prejuízo, muito menos um prejuízo material (International Chamber of Commerce, 2014, p. 23, ponto 101).

Conforme observado adicionalmente pelo Aplicante, é improvável que a ausência do “.com” após “Amazon” altere a situação. De maneira mais ampla, não há evidências de que os usuários da Internet serão incapazes de diferenciar o grupo Amazon e suas atividades do Rio Amazonas e da Comunidade Amazônica, nem que a Amazônia e suas particularidades e importância para o mundo serão removidas da consciência pública, com as consequências graves destacadas pelo OI. Caso um gTLD dedicado fosse considerado essencial para os interesses da Comunidade Amazônica, outros domínios igualmente evocativos estariam presumivelmente disponíveis. “.amazonia” vem à mente.¹⁰⁸ (International Chamber of Commerce, 2014, p. 23)

Neste ponto é importante fazer algumas distinções. A vedação do AGB (seção 3.5.4), mencionada pela Amazon Inc. e corroborada pelo *Expert*, aponta que “apenas o aplicante recebendo a delegação do domínio em vez do oponente” e não faz sentido para o caso. Como apontado pela decisão, a comunidade amazônica não aplicou para obter o domínio .amazon. Dessa forma, não se trata de uma disputa entre aplicações concorrentes. A questão levantada pelo IO é o uso **exclusivo** pela Amazon Inc. do gTLD. Ou seja, a comunidade sequer teria acesso ao domínio de topo, ainda que em um regime compartilhado – e aqui vale lembrar que a maior parte dos domínios da Internet são públicos, ou seja, podem ser adquiridos por terceiros. Os demais argumentos aparecem novamente na decisão do IRP, como veremos mais tarde e serão abordados em momento oportuno.

Por fim, o *Expert* assera que o fato de a aplicação não ter substancial oposição de um ou mais atores possíveis de representar a comunidade, ou seja, por ter falhado no terceiro teste, isso também seria uma forte indicação de que não há prejuízo ou risco de prejuízo na delegação do .amazon à empresa aplicante. Portanto, a partir de tais argumentos, ele declara a aplicante, Amazon Inc., a parte prevalecente do procedimento de objeção.

¹⁰⁸ Tradução livre de “As further noted by the Applicant, it is unlikely that the loss of the “.com” after “Amazon” will change matters. More generally, there is no evidence either that Internet users will be incapable of appreciating the difference between the Amazon group and its activities and the Amazon River and the Amazon Community, or that Amazonia and its specificities and importance for the world will be removed from public consciousness, with the dire consequences emphasized by the IO. Were a dedicated gTLD considered essential for the interests of the Amazon Community, other equally evocative strings would presumably be available. “.amazonia” springs to mind”.

3.1.3. Recomendação do GAC e Decisão do *Board*

Aqui é importante lembrar que o procedimento de Notificação Prévia no GAC, a qual mais tarde se torna uma Recomendação do GAC, e o procedimento de Objeção, neste caso com base comunitária, são dois mecanismos independentes dentro do processo de aplicação pelo .amazon por parte da Amazon Inc. (ver linha do tempo na Figura 10).

Assim, enquanto o procedimento de objeção era analisado pela Câmara Internacional de Comércio, os países sul americanos construíam, dentro do GAC, o consenso dentro do conselho governamental.

Enquanto o *Early Warning*, apesar de ser uma declaração de objeção, não tem de fato força para se contrapor a uma aplicação, o mesmo não acontece com uma Recomendação consensual do GAC (*GAC consensus advice*). Além de ser uma objeção formal, também cria uma “forte presunção para o quadro de diretores da ICANN que a aplicação não deve ser aprovada”¹⁰⁹.

Entre o *Reveal Day* e a Recomendação do GAC pelo não prosseguimento da aplicação pelo .amazon, foram realizadas três reuniões da ICANN, quais sejam: ICANN 45 em Toronto, Canadá (outubro de 2012); ICANN 46 em Pequim, China (abril de 2013); e ICANN 47 em Durban, África do Sul – quando o conselho chegou a um consenso sobre o domínio.

O procedimento do *Early Warning* foi aberto logo após a reunião em Toronto, em novembro de 2012. No comunicado do GAC de Pequim, o domínio apareceu elencado dentre aqueles que os “domínios para maiores considerações”, apontando que ele (dentre outros) deveria não prosseguir além da avaliação inicial¹¹⁰.

Entre essa reunião e a de Durban, uma das barreiras a ser superada para alcançar o consenso foi a posição dos EUA. Isto fica claro a partir do documento “Declaração dos EUA

¹⁰⁹ Módulo 3.1 do AGB. Tradução livre de “*strong presumption for the ICANN Board that the application should not be approved*”.

¹¹⁰ Pequim Communiqué, p. 3, ponto 1.c. Ver: Governmental Advisory Committee. “ICANN46 Beijing Communiqué.” *GAC*, 25 abr. 2013. Disponível em: <<https://gac.icann.org/content/Migrated/icann46-beijing-communicue>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

sobre Nomes Geográficos antes da Reunião da ICANN em Durban”¹¹¹, emitido pela NTIA, responsável pela representação estadunidense no conselho governamental da ICANN, publicado em 5 de julho daquele ano¹¹².

O documento declara que os EUA iriam se abster e permanecer neutro na posição do conselho de se contrapor à aplicação de diversos gTLD, incluindo o .amazon, “permitindo assim que o GAC apresente objeções consensuais sobre esses domínios ao Conselho, caso nenhum outro governo se oponha”¹¹³. A declaração traz de forma expressa a doutrina do “livre fluxo”¹¹⁴, afirmando que esta deve estar aliada à política da ICANN para nomes geográficos.

Assim, sem O Comunicado do GAC (*GAC Communiqué*) a partir das atividades do conselho durante a reunião de Durban, datado de 18 de julho de 2013, traz então a Recomendação do GAC nos seguintes termos:

1. Novos gTLDs
1. Objeções do GAC a Aplicações Específicas (ref. Comunicado de Pequim 1.c.)
 - a. O GAC aconselha o Conselho da ICANN que:
 - i. **O GAC alcançou consenso em relação ao Conselho de Objeções do GAC**, de acordo com o Módulo 3.1 parte I do Guia do Candidato, sobre as seguintes aplicações:
 1. **A aplicação para .amazon (número de aplicação 1-1315-58086) e os IDNs relacionados em japonês (número de aplicação 1-1318-83995) e em chinês (número de aplicação 1-1318-5591)**
 2. A aplicação para .thai (número de aplicação 1-2112-4478) (Comunicado do GAC, p. 3, IV)¹¹⁵ (Governmental Advisory Committee, 2013, p. 3, IV, grifo nosso)

Como a Recomendação do GAC não foi imbuída de razões para a objeção, o *New gTLD Program Committe* (NGPC) passou a analisá-la a partir das razões presentes na notificação prévia do Peru e Brasil. Além disso, o comitê também verificou uma série correspondências entre as partes (sendo estas a própria ICANN e, principalmente, os representantes da

¹¹¹ National Telecommunications and Information Administration. “U.S. Statement on Geographic Names in Advance of Durban Meeting.” NTIA, 05 jul. 2013. Disponível em: <https://www.ntia.gov/other-publication/us-statement-geographic-names-advance-durban-meeting>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹¹² A ICANN 47 aconteceu entre os dias 14 e 18 de julho de 2013.

¹¹³ Tradução livre de “*thereby allowing the GAC to present consensus objections on these strings to the Board, if no other government objects*”.

¹¹⁴ “Segundo Schiller (1979, p. 24-25), a doutrina do livre fluxo deriva de um pensamento geral na economia de mercado estadunidense, segundo o qual “a produção e circulação de informação deveria ser governada pelos mesmos princípios que controlam a produção e distribuição de todas as outras mercadorias” (Aguiar, 2018).

¹¹⁵ Tradução livre de “*1. New gTLDs. 1. GAC Objections to Specific Applications (ref. Beijing Communiqué 1.c.). a. The GAC Advises the ICANN Board that: i. The GAC has reached consensus on GAC Objection Advice according to Module 3.1 part I of the Applicant Guidebook on the following applications: 1. The application for .amazon (application number 1-1315-58086) and related IDNs in Japanese (application number 1-1318-83995) and Chinese (application number 1-1318-5591); 2. The application for .thai (application number 1-2112-4478)*”.

Amazon Inc., do Brasil e do Peru) e documentos relevantes, incluindo um parecer encomendado pela organização de um especialista em propriedade intelectual, o Prof. Dr. Jérôme Passa, de 7 de abril de 2014. No parecer, o especialista chega à conclusão de que não havia lei ou tratado internacional, nacional ou mesmo regional, em matéria de propriedade intelectual, que obrigasse a ICANN a aceitar ou rejeitar a aplicação¹¹⁶.

Ademais, nas correspondências públicas do caso, a companhia faz uma série de compromissos na tentativa de persuadir os países do GAC a remover a objeção para sua aplicação progredir – falaremos delas mais adiante –, entretanto, sem sucesso.

Assim, impulsionada pela Recomendação consensual do GAC, em decisão do NGPC, no dia 14 de maio de 2014, a ICANN resolveu não prosseguir com o pleito da Amazon Inc. pelo gTLD .amazon (Resolução 2014.05.14.NG03)¹¹⁷ nos seguintes termos:

Resolveu-se (2014.05.14.NG03), o NGPC aceita o conselho do GAC identificado no Registro de Conselhos do GAC como 2013-07-18-Obj-Amazon, e instrui o Presidente e CEO, ou seu designado, que as solicitações para .amazon (número de solicitação 1-1315-58086) e os IDNs relacionados em japonês (número de solicitação 1-1318-83995) e em chinês (número de solicitação 1-1318-5581), apresentados pela Amazon EU S.à r.l., **não devem prosseguir**. Ao adotar o conselho do GAC, o NGPC observa que **a decisão não prejudica os esforços contínuos da Amazon EU S.à r.l. e dos membros do GAC para continuar o diálogo** sobre as questões relevantes.¹¹⁸ (ICANN, 2014, s.p., grifo nosso)

Entretanto, a decisão, em tese final já tomada em nome do *Board*, não encerrou o processo – como veremos a seguir.

¹¹⁶ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Resolutions – New gTLD Committee, 14 May 2014 (item 2.b). ICANN, 14 mai. 2014. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/board-material/resolutions-new-gtld-2014-05-14-en#2.b>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ Tradução livre de “*Resolved (2014.05.14.NG03), the NGPC accepts the GAC advice identified in the GAC Register of Advice as 2013-07-18-Obj-Amazon, and directs the President and CEO, or his designee, that the applications for .amazon (application number 1-1315-58086) and related IDNs in Japanese (application number 1-1318-83995) and Chinese (application number 1-1318-5581) filed by Amazon EU S.à r.l. should not proceed. By adopting the GAC advice, the NGPC notes that the decision is without prejudice to the continuing efforts by Amazon EU S.à r.l. and members of the GAC to pursue dialogue on the relevant issues*”.

4. PROCEDIMENTO DE REVISÃO INDEPENDENTE E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Após a decisão do NGPC (agindo em nome do *Board*), a Amazon Inc. passou a utilizar-se de instrumentos fora daqueles previstos no AGB – mas previsto nos documentos internos da ICANN. Nesse sentido, a empresa fez um pedido de reconsideração perante ao *Board Governance Committee*, procedimento previsto nas *Bylaws* da organização, em seu artigo 4¹¹⁹, seção 2. O pedido foi negado pelo comitê no dia 22 de agosto de 2014¹²⁰.

Como mencionado anteriormente, os debates entre a Amazon Inc. e os países amazônicos, aqui já articulados a partir da OTCA¹²¹, aconteceram antes e continuaram a acontecer depois da decisão de não prosseguir com aplicação pelo .amazon.

Nesse sentido, em outubro de 2015 a companhia submeteu aos países da OTCA uma nova proposta de Compromisso de Interesse Público (*Public Interest Commitment*)¹²², analisada pela organização durante reunião no mês seguinte.

A proposta previa o uso compartilhado dos TLDs “.amazon”, tanto pela empresa para seus fins privados quanto pelos países amazônicos para usos associados à região e aos povos da Amazônia. O Conselho da OTCA considerou que a disputa havia chegado ao fim após a decisão do Conselho em 2014 e que os Estados Membros estavam obrigados a rejeitar a proposta de 6 de outubro de 2015, dada a ausência de um mandato de seus Ministérios de Relações Exteriores autorizando-os a examinar a nova proposta.¹²³ (Mendoza, 2018, p. 5)

A partir da decisão da NGPC e da rejeição da proposta, que, como veremos mais tarde, foi a mais generosa feita pela empresa, a aplicante então acionou um segundo instrumento

¹¹⁹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Bylaws – Article 4. ICANN, 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/governance/bylaws-en/#article4>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹²⁰ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Minutes – Meeting of the Board Governance Committee, 22 August 2014. ICANN, 22 ago. 2014. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/minutes-meeting-of-the-board-governance-committee-22-08-2014-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹²¹ A objeção feita pelo Brasil e Peru foi oficialmente endossada pelos países da OTCA na Declaração El Coca de 3 de maio de 2013, adotada durante a 12a reunião do Ministros das relações exteriores da organização. Ver: Brasil (2016) em Referências.

¹²² O *Public Interest Commitment* (PIC) faz parte dos acordos de registro da ICANN para o programa de novos gTLDs (seção 4, especificação 11 do *Registry Agreement*).

¹²³ Tradução livre de “*The proposal provided for the shared use of the “.amazon” TLDs, both by the company for its private ends, and by the Amazon countries for uses associated with the Amazon region and peoples. The ACTO Council considered that the dispute had come to an end following the Board’s decision of 2014, and that the Member States were bound to reject the 6 October 2015 proposal, given the absence of a mandate from their Ministries of Foreign Affairs authorizing them to examine the new proposal*”.

previsto nos estatutos da ICANN: o Processo de Revisão Independente (IRP), previsto no art. 4¹²⁴, seção 3 das *Bylaws*.

O IRP é um procedimento previsto para que um terceiro – neste caso, uma corte arbitral – defina disputas propostas por diversos atores em relação às decisões e condutas da ICANN (dentro do escopo definido pelas *Bylaws*).

O painel de IRP é formado por três árbitros (seção 4.3, k, i, das *Bylaw*) que devem ter experiência jurídica significativa em áreas como direito internacional, governança corporativa, sistemas judiciais, resolução alternativa de disputas e arbitragem, além de conhecimento sobre o DNS e a missão, políticas, práticas e procedimentos da ICANN (seção 4.3, j, i, das *Bylaws*).

O processo de revisão pode ser definido por maioria simples dos três árbitros (seção 4.3, l, das *Bylaws*), informadas pelas normas de arbitragem internacional e, principalmente, é “destinado a ser um processo de arbitragem final e vinculativo”¹²⁵ (seção 4.3, x, das *Bylaws*). Além disso, deve, em geral, ser finalizado dentro de um período de até seis meses (seção 4.3, s, das *Bylaws*) – embora não defina um prazo para apresentação da queixa por parte dos requerentes.

Assim, no dia 1º de março de 2016, a Amazon Inc. fez a notificação oficial de Revisão Independente¹²⁶ no Centro Internacional para a Resolução de Disputas, corte arbitral administrada pela Associação Americana de Arbitragem¹²⁷. Uma audiência preliminar foi realizada em 4 de outubro do mesmo ano, estabelecendo um cronograma para os trabalhos do painel. Ademais, em novembro o painel emitiu uma ordem permitindo o depoimento presencial do então presidente interino e CEO da ICANN, Akram Atallah.

A audiência do caso aconteceu entre os dias 1 e 2 de maio de 2017, em Los Angeles, quando o depoimento do sr. Atallah foi ouvido e foram apresentados os procedimentos de

¹²⁴ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Bylaws – Article 4. ICANN, 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/governance/bylaws-en/#article4>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹²⁵ Tradução livre de “*intended as a final, binding arbitration process*”.

¹²⁶ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. IRP: Amazon v. ICANN. ICANN, 4 mar. 2016. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/irp-amazon-v-icann-2016-03-04-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹²⁷ Para mais informações ver o site da instituição, disponível em: <<https://www.adr.org/>>.

produção de prova e arguição das partes. Finalmente, o painel emitiu sua declaração final no dia 10 de julho de 2017. É esta a decisão que embasa a deliberação do *Board* em 2019, a qual passamos a analisar agora.

4.1. Declaração Final (Sentença Arbitral) do Painel de Revisão Independente

A disputa entre a Amazon Inc. vs ICANN consistiu em um IRP aberto em 2016 sobre a decisão do NGPC de 2014, a qual negou a aplicação pelo gTLD .amazon e alegou que o comitê, agindo em nome do *Board*, atuou de forma inconsistente e em violação das provisões de governança da ICANN (Artigos de Incorporação, *Bylaws* e AGB).

Tal informação é apresentada logo no início da sentença arbitral, sob o nome de *Final Declaration*. A decisão da corte arbitral, um documento de quase 70 páginas, considerou a Amazon Inc. a ganhadora na disputa com a ICANN.

Para chegar a tal conclusão, o painel declarou ter levado em consideração, além dos materiais apresentados em audiência, dos depoimentos colhidos e sustentação dos advogados e dos documentos submetidos pelas partes, os “relatórios” da Dra. Heather Ann Forrest (parecer encomendado pela Amazon Inc.), do Dr. Jérôme Passa (parecer encomendado pela ICANN e utilizado pelo NGPC em sua decisão de 14 de maio de 2014) e do Dr. Luca Radicati di Bronzoli (este, na verdade, outra decisão arbitral, como visto anteriormente).

Para este trabalho, foram analisados em sua completude somente a decisão final e os relatórios aqui apontados, como explicado na introdução. Ademais, os documentos submetidos pelas partes foram examinados quando pertinentes.

A decisão do painel aponta que o NGPC falhou em sua obrigação em explicar e dar motivo substancial para sua decisão ao negar o prosseguimento da aplicação da Amazon Inc. Ademais, segundo a decisão, o Comitê agiu em desconformidade com as políticas da ICANN ao “dar completa deferência à recomendação consensual do Government Advisory Committee (GAC) sobre se havia uma razão de política pública bem fundamentada para seu conselho” e, ao fazer isto, o NGPC teria falhado em **atuar de forma independente** na forma do art. IV, seção 3.4 (iii) das *Bylaws*.

Seção 3. Revisão Independente das ações do Conselho

(...) 4. Solicitações para essa revisão independente deverão ser encaminhadas a um Painel de Processo de Revisão Independente (“Painel IRP”), que será encarregado de comparar as ações contestadas do Conselho com o Estatuto Social e o Regimento Interno, e de declarar se o Conselho agiu de maneira consistente com as disposições desses documentos. O Painel IRP deve aplicar um padrão de revisão definido ao pedido IRP, concentrando-se em:

(...) 3. Os membros do Conselho exerceram julgamento independente ao tomar a decisão, acreditando ser esta no melhor interesse da **empresa**?¹²⁸ (ICANN, 2017)

O painel aponta ainda que o NGPC transformou o que deveria ser uma “forte presunção”, segundo o AGB, em uma presunção conclusiva da existência de uma política pública que justificasse a recomendação do GAC. O painel reconhece que, embora o comitê governamental não tivesse a obrigação de apresentar razões para sua recomendação consensual, o NGPC tinha essa obrigação. Devido a esta conclusão, o comitê do programa de novos domínios de topo foi considerado em discordância com sua obrigação de apresentar razões, para além de se apoiar na Recomendação do GAC, mas de fato analisar se tal conselho se “baseava em preocupações de política pública válidas e legítimas”¹²⁹ (ICANN, 2017, p. 3, c).

Apesar da forte presunção, deve haver uma política pública bem fundamentada que apoie a decisão do NGPC de negar uma solicitação com base no conselho do GAC, e esse o interesse dessa política pública deve ser discernível nos registros apresentados ao NGPC. Não conseguimos identificar uma razão de política pública bem fundamentada para a decisão do NGPC com base nos documentos citados pelo NGPC em sua resolução que negou as solicitações ou nas atas da reunião de maio de 2014, na qual decidiu que as solicitações não deveriam prosseguir.¹³⁰ (ICANN, 2017, p. 3, d, grifo nosso)

Ademais, a decisão estabelece que o GAC violou o art. III, § 1 das *Bylaws*, ao negar uma oportunidade à Amazon Inc. de apresentar sua posição perante o comitê governamental durante a reunião de Durban, na África do Sul, onde o GAC emitiu sua recomendação

¹²⁸ Tradução livre de “Section 3. Independent Review Of Board Actions (...) 4. Requests for such independent review shall be referred to an Independent Review Process Panel (“IRP Panel”), which shall be charged with comparing contested actions of the Board to the Articles of Incorporation and Bylaws, and with declaring whether the Board has acted consistently with the provisions of those Articles of Incorporation and Bylaws. The IRP Panel must apply a defined standard of review to the IRP request, focusing on: (...) 3. did the Board members exercise independent judgment in taking the decision, believed to be in the best interests of the company?”.

¹²⁹ Tradução livre de “based on valid and legitimate public policy concerns”.

¹³⁰ Tradução livre “Notwithstanding the strong presumption, there must be a well-founded public policy interest supporting the decision of the NPGC denying an application based on GAC advice, and such public policy interest must be discernable from the record before the NGPC. We are unable to discern a well-founded public policy reason for the NGPC’s decision based upon the documents cited by the NGPC in its resolution denying the applications or in the minutes of the May 2014 meeting at which it decided that the applications should not be allowed to proceed.”

consensual. Aqui, é importante notar que a Amazon Inc. alegou que o conselho governamental violou uma espécie de “ampla defesa” e “devido processo” (*procedural fairness*) ao não autorizar que a aplicante pudesse apresentar suas razões perante os países e organizações intergovernamentais presentes na ICANN⁴⁷.

Por outro lado, o painel arbitral decidiu que o NGPC não atuou de forma desigual perante as partes envolvidas. Isto porque a Amazon Inc. tinha alegado que o Comitê tinha violado as vedações contra “*disparate treatment*” quando decidiu não prosseguir com a aplicação do .amazon baseado na Recomendação do GAC.

Por fim, a decisão arbitral também acolheu a alegação da ICANN ao apontar que o pedido da Amazon Inc. para mudanças no AGB era intempestivo. A empresa alegava a necessidade de que as Recomendações do GAC tivessem que conter as razões para o *advice* do comitê governamental, apontando a existência de tal previsão em versões anteriores do *Guidebook*. Entretanto, tal alegação foi rejeitada pelo painel, já que o “*challenge*” ao AGB, um documento de 2011, seria intempestivo no momento dos procedimentos do IRP em 2017.

O documento é escrito de forma que, após a declaração final, são elencadas as razões na seguinte estrutura: o histórico do procedimento, os fatos, as provisões dos documentos de governança da ICANN (ou seja, quais normas eram apontadas como tendo sido violadas), as posições das partes, e a análise da questão e razões para a decisão. Esta última se trata de uma série de perguntas elaboradas a partir das alegações das partes. Há, ainda, a conclusão do documento. A decisão não foi consensual, mas falaremos da opinião dissidente mais tarde.

Ademais, a decisão também traz respostas às questões elaboradas a partir das alegações feitas pelas partes e respondidas pelos árbitros da opinião majoritária, sendo apontadas inclusive como as razões da decisão. São elas:

- A. O GAC era obrigado a apresentar uma(s) razão(ões) ou fornecer uma justificativa para seu conselho?
- B. A exigência de devido processo (*procedural fairness*) do Artigo III, Seção 1, foi violada?
- C. O conselho do GAC deve ser baseado em considerações de políticas públicas?

- D. As razões apresentadas no Notificação Prévia, usadas pelo NGPC, eram razões de política pública bem fundamentadas?
- E. O NGPC era obrigado a declarar suas razões para a decisão de negar as solicitações?
- F. Na ausência de uma razão bem fundamentada de política pública, o NGPC deu, de maneira inadequada, uma presunção conclusiva ao conselho de consenso do GAC?
- G. O NGPC violou a proibição da ICANN contra tratamento desigual ao negar as solicitações?
- H. A objeção da Amazon às alterações no guia do candidato foi intempestiva?

Entretanto, para além das respostas às perguntas, parte relevante da argumentação dos dois árbitros está também presente na seção “fatos”. Nesse sentido, algumas coisas saltam aos olhos.

Primeiro, apesar de a decisão questionada ter sido a decisão do NGPC, agindo em nome do Quadro de Diretores da ICANN, a sentença arbitral também analisa e leva em consideração documentos do procedimento de Objeção interposta pelo IO, sem uma justificativa explícita para tal, apenas tratando os documentos como parte dos “fatos” da disputa. Em especial, a sentença faz afirmações sobre a própria objeção do IO, bem como a decisão do Especialista, ambos documentos descritos no ponto 3.1.2 deste capítulo. Vale observar que tal procedimento sequer aparece na decisão do NGPC em 2014, a qual foi questionada pelo procedimento. Mesmo a decisão final do *Board* da ICANN, em 2019, deixa de abordar esse procedimento, que aparece quase como um detalhe no relatório do caso feito no início da decisão¹³¹. Inclusive, a própria sentença coloca ênfase no fato da decisão do Dr. Radicati não ter sido analisada:

34. O NGPC rejeitou as solicitações da Amazon em 14 de maio de 2014. Embora o NGPC tivesse à sua disposição a decisão do Professor Radicati, o comitê não discutiu nem baseou nessa determinação do especialista, incluindo, entre outros, **a conclusão sobre a ausência de prejuízo material, ao tomar a decisão de rejeitar as solicitações da Amazon.** (Ex. C-102, § 2.).¹³² (ICANN, 2019, s.p.)

¹³¹ Ver ponto c, segundo parágrafo, em: The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – Special Meeting of the ICANN Board, 15 May 2019. ICANN, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-special-meeting-of-the-icann-board-15-05-2019-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹³² Tradução livre de “34. *The NGPC, rejected Amazon’s applications on May 14, 2014. While the NGPC had Professor Radicati’s expert rulings and determinations before it, it did not discuss nor rely upon his expert determinations, inter alia, regarding the lack of material detriment, in making its decision to reject Amazon’s applications.* (Ex. C-102, § 2)”.

Contudo, tal apontamento surge logo após o reconhecimento, por parte do painel, de que a decisão do Dr. Radicati no procedimento de objeção do IO foi baseada em uma premissa equivocada – a suposta ausência de oposição por parte do GAC, quando, na verdade, já havia sido emitida uma recomendação consensual pelo Comitê.

33. O Professor Radicati estava equivocado sobre a contínua ausência de oposição ao domínio, especialmente por parte do Brasil e do Peru. Caso ele tivesse sido informado sobre a oposição desses países e o conselho do GAC que objetava aos domínios, isso, sem dúvida, **teria alterado sua conclusão sobre se havia uma oposição substancial aos domínios**. No entanto, **embora ele tenha considerado (...) a falta de oposição séria como uma “confirmação indireta” da ausência de prejuízo, não parece que o desconhecimento do Professor Radicati em relação ao conselho do GAC teria impactado significativamente as razões de sua conclusão de que não havia prejuízo material** aos interesses das pessoas e da região próxima ao Rio Amazonas ao conceder o domínio à Amazon.¹³³ (ICANN, 2019, s.p.)

Assim, como justificar a conclusão do painel arbitral de que o especialista, Dr. Radicati, não mudaria sua posição de que a concessão do domínio à Amazon Inc. não causaria prejuízos materiais às populações e à região em torno do Rio Amazonas, se essa conclusão se baseou diretamente na alegação de que a ausência de oposição oficial representaria uma “confirmação indireta” da inexistência de prejuízo – quando, na verdade, já havia uma oposição oficial à aplicação através da recomendação do GAC?

Apesar de parecer trivial, tal avaliação impacta de forma pelo menos parcial a decisão final do painel arbitral. Isto porque a decisão do referido especialista é um dos argumentos utilizados para apontar a falta de uma razão de interesse público como base da objeção à decisão do NGPC.

Um segundo documento usado como referência para a sentença arbitral é o parecer do especialista Dr. Jérômê Passa, encomendado pelo ICANN e analisado pelo NGPC em sua decisão sobre o .amazon em maio de 2014. O documento teve como objetivo prover uma opinião legal “sobre as razões sobre várias objeções levantadas contra a reservada do novo gTLD ‘.amazon’”¹³⁴. Nele, o especialista conclui que não há nenhuma lei internacional,

¹³³ Tradução livre de “33. Professor Radicati was mistaken about the continued lack of opposition to the string, especially from Brazil and Peru. Had he been informed of their opposition and the GAC advice objecting to the strings, it would no doubt have changed his finding regarding whether there was substantial opposition to the strings. Nevertheless, even though, in addition to factors negating detriment, he considered lack of serious opposition as “indirect confirmation” of lack of detriment, it does not appear that Professor Radicati’s lack of knowledge regarding the GAC advice would have significantly impacted the reasons for his finding that there was no material detriment to the interest of the people and region proximate to the Amazon River by awarding the string to Amazon”.

¹³⁴ Tradução livre de “provide an opinion on the well-foundedness of various objections raised against the reservation of the new gTLD ‘.amazon’”.

regional ou nacional no âmbito de indicações geográficas que obrigue a ICANN a rejeitar a aplicação, embora tão pouco exista qualquer lei, incluindo leis de propriedade intelectual, que também obrigue a ICANN a aceitar a aplicação.

Na sentença, no entanto, o parecer é tratado como um documento voltado exclusivamente a analisar se Brasil ou Peru possuíam algum direito prévio sobre o nome “*Amazon*”, seja no contexto de um marco legal internacional relacionado à região geográfica ou ao rio homônimo. A conclusão teria sido que “não havia nenhum princípio legal que desse suporte às objeções do Brasil e do Peru. Em outras palavras, que as objeções legais do Brasil e do Peru não tinham mérito e não provinham base para a rejeição da aplicação pelo gTLD Amazon”¹³⁵.

Importante notar que o parecer do Dr. Jérômê Passa trata somente de questões de propriedade intelectual, não havendo qualquer outra inferência sobre outros sistemas de direitos internacionais.

Além desses dois documentos, a sentença arbitral também menciona um terceiro parecer, elaborado pela especialista Heather Ann Forrest e encomendado pela Amazon Inc. Embora o documento não seja citado diretamente, ele é referenciado em pelo menos quatro ocasiões ao longo da decisão: para afirmar que as partes (Amazon Inc. e ICANN – e não os países do GAC) concordaram que o domínio .amazon não constitui um nome geográfico conforme definido pelo AGB; para reafirmar a conclusão do parecer do Dr. Passa, de que nem o Brasil nem o Peru possuíam direito reconhecido, sob o direito internacional, ao nome geográfico .amazon; para afirmar que os países não tinham direito inerente a nomes geográficos; e para reforçar que seria “difícil ver” como a coincidência parcial entre uma palavra do nome da OTCA, em inglês, poderia justificar uma potencial confusão entre domínios. O parecer consiste em um documento de 51 páginas e traz a opinião da especialista sobre a política da ICANN e leis internacionais, em particular questões relacionadas às questões levantadas pelo IRP sobre nomes geográficos.

¹³⁵ Tradução livre de “*there was no legal principle supporting Brazil and Peru’s objections. In other words, the legal objection of Brazil and Peru was without merit and did not provide a basis for the rejection of amazon’s gTLD application*” (Sentença Arbitral, p. 20).

Neste documento, mais uma vez, o procedimento de Objeção Independente é colocado como praticamente idêntico ao procedimento de objeção realizado pelo do GAC. Veja a seguir o trecho do parecer da Dra. Forrest:

O Módulo 3 do Guia do Candidato aos gTLDs da ICANN também descreve o processo pelo qual o Comitê Consultivo Governamental (“GAC”) pode aconselhar o Conselho da ICANN a não dar continuidade a uma candidatura. Embora o Módulo 3 afirme que “o GAC pode fornecer conselhos sobre qualquer candidatura” e ainda estabeleça que o conselho consensual do GAC “criará uma forte presunção para o Conselho da ICANN de que a candidatura não deve ser aprovada”, essa linguagem deve ser interpretada à luz do próprio Módulo 3 e do Guia como um todo. Não é logicamente possível interpretar o Módulo 3 como priorizando o conselho do GAC em detrimento de uma Decisão Técnica em uma Objeção Comunitária apresentada pelo Objeto Independente, que atua “exclusivamente no melhor interesse do público que utiliza a Internet global”. Portanto, **as candidaturas para o .amazon não deveriam ter sido impedidas de prosseguir com base em um conselho do GAC que foi contradito pela Decisão Técnica relativa às Objeções Comunitárias levantadas pelo Objeto Independente contra as candidaturas para o .amazon.** (Forrest, 2015, p. 6)¹³⁶

Entretanto, como já observado anteriormente, o procedimento de Objeção Independente, bem como a decisão do especialista Dr. Radicati, não pode ser confundida com a objeção do GAC — sobretudo porque ela ignorou a recomendação consensual deste último como evidência de oposição substantiva, impactando diretamente em sua conclusão final.

No mesmo sentido, cabe uma observação sobre a sentença arbitral, relacionada à posição do GAC, ora tratada como instância interna da ICANN, devendo portanto seguir princípios de “devido processo” e dar espaço para a empresa Amazon Inc. defender seu ponto de vista como parte adversária do processo. A decisão aponta que o GAC, ao recusar o pedido da Amazon Corp. para apresentar seus argumentos por escrito durante a reunião de Durban (ICANN47), violou as *Bylaws* da ICANN, descumprindo, assim, o dever de assegurar o princípio do “devido processo” (*procedural fairness*).

¹³⁶ Tradução livre de “*Module 3 of ICANN's gTLD Applicant Guidebook additionally describes the process by which the Governmental Advisory Committee ("GAC") may advise ICANN's Board that an application should not proceed. While Module 3 states that "the GAC can provide advice on any application",¹⁷ and further provides that GAC consensus advice "will create a strong presumption for the ICANN Board that the application should not be approved",¹⁸ this language must be interpreted in light of Module 3 and the Guidebook as a whole. Module 3 cannot logically be interpreted as prioritizing GAC advice that conflicts with an Expert Determination in a Community Objection raised by the Independent Objector, who acts "solely in the best interests of the public who use the global Internet".¹⁹ The .amazon Applications should therefore not have been prevented from proceeding on the basis of GAC advice that was contradicted by the Expert's Determination of the Community Objections raised by the Independent Objector against the .amazon Applications.*”

Ao responder à questão “b. O requisito de justiça processual do Artigo III, Seção 1, foi violado?”¹³⁷ (ICANN, 2017, p. 35-39), o Painel entendeu que o procedimento que permite a submissão de materiais escritos ao Board da ICANN deveria ter sido igualmente adotado pelo GAC, considerando sua posição como órgão constituinte da organização. A decisão ainda invoca princípios do direito arbitral internacional, ressaltando que, em processos arbitrais, a ausência de oportunidade para que uma parte apresente sua posição pode resultar na nulidade da decisão arbitral por violação ao direito de ampla defesa.

Entretanto, tanto no caso do *Board* quanto nas regras de arbitragem internacional, trata-se de cortes ou instâncias com funções administrativas formais. Já o GAC, além de ter um papel consultivo dentro da ICANN, também é a forma dos países apresentarem suas posições e preocupações à organização. Não obstante, a decisão exige que o GAC observe os mesmos procedimentos de imparcialidade por poder exercer influência substancial no processo decisório.

Ademais, a reunião em Durban não foi a única possibilidade que a companhia teve para entrar em contato com os países e organizações membros do GAC, como a própria decisão arbitral aponta.

98. É verdade, como a ICANN demonstrou na audiência, que, como as solicitações da Amazon foram consideradas em duas reuniões do GAC, a Amazon teve a oportunidade, entre essas reuniões, de fazer lobby junto a um ou mais governos para que se opusessem ao conselho de consenso, e de fato tentou fazê-lo. No entanto, seja qual for essa oportunidade, ela não constitui um procedimento formal disponibilizado pelo GAC quando solicitado por um requerente. Além disso, tentar influenciar governos — que possuem suas próprias agendas políticas e interesses que podem ser alheios ao mérito de uma solicitação de nome de domínio — não equivale ao cumprimento do princípio de justiça processual que deveria ser garantido pelo próprio GAC. Esse dever é imposto de forma independente pelas Bylaws da ICANN e não é substituído pela possibilidade de fazer lobby entre as reuniões do GAC.¹³⁸ (ICANN, 2019, s.p.)

Nesse sentido, o voto vencido indica o mesmo. Além de apontar a problemática de querer aplicar “princípios do direito internacional” ao GAC e a todos os órgãos da ICANN ao

¹³⁷ Tradução livre de “Was Article III, Section 1’s procedural fairness requirement violated?”

¹³⁸ Tradução livre de “98. It is true, as ICANN established at the hearing, that because Amazon’s applications were considered at two GAC meetings, Amazon had an opportunity between those meetings to lobby one or more governments to object to consensus advice, and it attempted to do so. Whatever this opportunity was, however, it was not a procedure that the GAC made available when requested by an applicant. Moreover, attempting to influence governments, who have their own political agendas and trade-offs that could be extraneous to the merits of an application for an Internet name, is not the same as procedural fairness provided by the GAC itself. That duty is independently mandated under the Bylaws and is not supplanted by an opportunity to lobby governments apart from or in-between GAC meetings.”

aplicar a eles as obrigações impostas ao *Board*, o árbitro A. Howard Matz rejeitou a tese de que a Amazon teria sofrido prejuízo relevante por não ter conseguido apresentar suas razões ao conselho. Ele argumenta que a empresa teve oportunidades adequadas de se manifestar, tanto em reuniões públicas como em comunicações diretas com diversos governos. Para Matz, mesmo que o GAC tenha recusado um pedido formal para a apresentação de documentos escritos pela Amazon, isso não comprometeu de forma substancial a possibilidade da empresa defender seus interesses. Assim, mesmo se admitindo algum vício procedimental, seria um erro considerar que houve dano efetivo.

137. O que leva a outra preocupação que tenho com a visão da maioria: ela está em desacordo com a realidade. Simplesmente desafia o bom senso retratar a Amazon como tendo sido efetivamente excluída do processo que levou ao conselho do GAC, ou como vítima de uma atuação unilateral e agressiva por parte do Brasil, do Peru e dos muitos outros governos que aderiram ao comunicado de Durban. (...) Tampouco é surpreendente que uma empresa tão grande e influente quanto a Amazon tenha realizado uma campanha de lobby tão intensa junto a numerosos membros do GAC. De todas as possíveis candidatas a novos gTLDs, a Amazon era provavelmente a melhor equipada para comunicar sua posição a todos os envolvidos na decisão sobre a concessão do novo gTLD. Assim como é compreensível considerar a noção de que "o justo é justo" ao avaliar a conduta do GAC, também é necessário reconhecer a realidade de que "a Amazon é a Amazon".¹³⁹ (ICANN, 2019, s.p.)

O voto dissidente também nota que o voto majoritário extrapolou os limites de sua competência ao basear sua decisão, em parte significativa, na suposta violação de princípios internacionais de devido processo pelo GAC — uma avaliação a qual, em sua visão, foge ao escopo do que um painel do IRP está autorizado a examinar. Isto porque, de acordo com Matz, o mandato do IRP se restringe a verificar se o NGPC, agindo em nome do *Board*, atuou de forma consistente com os *Bylaws*, os Estatuto Social da ICANN (*Articles of Incorporation*) e o AGB. Nesse sentido, o árbitro critica o fato de a decisão majoritária ter concentrado esforços em examinar e criticar a atuação do GAC, quando o foco deveria ser exclusivamente no comportamento do NGPC.

Isto fica bastante evidente quando o voto majoritário passa a analisar documentos e decisões os quais não estavam sendo questionados, como o procedimento de objeção feito

¹³⁹ Tradução livre de "137. Which leads to another concern that I have with the majority view: it is at odds with reality. It simply defies common sense to depict Amazon as having been effectively shut out of the process leading up to the GAC Advice or as the victim of one-sided, heavy-handed maneuvering by Brazil, Peru, and the many other governments that joined in the Durban communique. (...) Nor is it surprising that a company as large and influential as Amazon directly waged such a sustained lobbying campaign with numerous members of the GAC. Amazon, of all possible gTLD applicants, was probably the best equipped to communicate its position to everyone involved in the determination of whether ICANN should grant it a new gTLD. Just as it may be understandable to take into account the notion that "fair is fair" in assessing the GAC's conduct, so too should we recognize the reality that "Amazon is Amazon."

pelo IO, bem como a avaliação sobre as razões e condutas do GAC – que sequer estavam envolvidos no IRP, pois a parte contrária ali era ICANN como organização, não o GAC, muito menos os países amazônicos.

Outro ponto importante do voto de Matz, contudo, reside na sua firme discordância da conclusão de que o NGPC teria falhado no cumprimento de seu dever de independência e diligência (*due diligence*). Para ele, a atuação do NGPC demonstrou cuidado e esforço adequados: o Conselho promoveu a análise de múltiplos documentos, solicitou pareceres técnicos e jurídicos e levou em conta a posição da Amazon em várias ocasiões antes de decidir sobre a questão do .amazon. Dessa forma, o árbitro sustenta que o NGPC não aceitou automaticamente o conselho do GAC como uma presunção absoluta, portanto, não violou os padrões de comportamento exigidos pelas normas internas da ICANN.

Entretanto, ele concorda que o NGPC tinha a obrigação de fundamentar sua decisão sobre não proceder com a aplicação do “.amazon”. Assim, o conselho falhou em tal missão.

146. Concordo, ao menos no que diz respeito ao Artigo III, § 1. Para mim, o requisito fundamental é que haja uma base "bem fundamentada" para a conclusão do NGPC, independentemente de quão procedimentalmente adequada tenha sido sua investigação conforme os Bylaws. Tendo a Amazon, ao menos, refutado a forte presunção em favor do aconselhamento do GAC, o ônus de demonstrar a existência dessa fundamentação passou a ser da ICANN. E a ICANN falhou em fazê-lo¹⁴⁰. (ICANN, 2019, s.p.)

Analisando a decisão do NGPC, também listada entre os documentos analisados pelo *Board* na decisão de maio de 2019, aquilo apontado pelo voto minoritário parece fazer sentido. O NGPC deixa claro ter feito a análise dos diversos documentos disponíveis, inclusive o parecer do Dr. Passa, trazendo a sua conclusão de forma integral – apontando que não existia direito inerente aos países amazônicos, mas tão pouco da empresa Amazon Inc., detalhe que o voto majoritário ignora. Entretanto, além de fazer a listagem dos documentos, o Conselho para o programa de novos domínios não explicita seus motivos. Aqui, é importante notar, parece ser um hábito da ICANN até o final deste processo em 2019.

¹⁴⁰ Tradução livre de “146. I agree, at least as to Article III, § 1. For me, the key requirement is that there be a “well-founded” basis for the NGPC’s conclusion, regardless of how procedurally adequate its inquiry otherwise was under the Bylaws. Amazon having at least rebutted the strong presumption supporting advice of the GAC, the burden of making that showing became ICANN’s to bear. It failed to do so”.

Por fim, o voto concorrente aponta que a decisão do painel é positiva pois fornece maior clareza sobre os requisitos de independência e fundamentação para a atuação da ICANN. Ele aponta que as alterações nas *Bylaws* da ICANN introduzidas em 2016 – ou seja, posteriores ao início da disputa pelo .amazon – reforçaram a exigência de fundamentação explícita para os *advices* emitidos pelo GAC. Assim, ele observa que eventuais problemas similares serão mitigados no futuro, minimizando possíveis prejuízos institucionais. Vale ainda destacar a falta de clareza em conceitos chave para a disputa, problema levantado de forma bastante contundente pelo voto divergente.

A sentença arbitral foi proferida no dia 10 de julho de 2017, apontando que o NGC agiu de maneira inconsistente com o Estatuto e Regimento interno da ICANN e que o GAC falhou ao não permitir que a Amazon Corp. submete-se informações ao órgão antes da decisão sobre o conselho consensual sobre a aplicação pelo “.amazon”. Assim, a decisão recomendou que a ICANN “reavalie prontamente as aplicações da Amazon [em referência às três aplicações, o termo em inglês, chinês e japonês] à luz das declarações do Painel” (ICANN, 2017, § 125, p. 52).

A partir dessa decisão o processo foi reaberto, desencadeando uma nova fase de negociações que, ao final, culminou na delegação do domínio “.amazon” para a Amazon Corp. As etapas e desdobramentos dessas negociações serão detalhados na seção seguinte.

4.2. Consequências do processo de revisão independente (IRP) e Decisão do Conselho de Diretores

Cinco meses após a decisão do IRP, em outubro de 2017, o *Board* da ICANN voltou a se reunir e, com base nas determinações do painel arbitral, solicitou esclarecimentos adicionais ao GAC a respeito do *advice* consensual emitido em 2013. Essa solicitação marcou a reabertura formal da disputa, bem como a retomada das negociações interrompidas em 2015. Um mês após essa reunião, em novembro de 2017, o GAC emitiu um novo *advice*, por meio do *Abu Dhabi Communiqué*, recomendando que o Conselho Diretor

“continuasse a facilitar negociações entre os membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Amazon Corporation, com o objetivo de

alcançar uma solução mutuamente aceitável que permitisse o uso do .amazon como nome de domínio de topo”¹⁴¹. (ICANN, 2019, s.p.)

Os dezoito meses seguintes foram caracterizados por uma série de movimentações das partes envolvidas, com destaque para as tentativas de conciliação entre a Amazon Corp. e os Estados da região amazônica, mediadas pelo presidente da ICANN. Destaca-se ainda, pela primeira vez (ao menos entre os documentos formalmente considerados na decisão final, como será analisado no capítulo 5), a participação de terceiros interessados no processo — esforços que serão descritos nesta seção.

4.2.1. Tentativas de negociação

No ano seguinte, em fevereiro de 2018, o *Board* da ICANN aprovou o *advice* do GAC e designou seu presidente e CEO para atuar como facilitador do processo de negociação entre os países membros da OTCA e a Amazon Corp. Vale destacar que essa decisão foi apoiada internamente pela GNSO, por meio de uma carta enviada em dezembro de 2017, na qual o órgão afirmou:

O GAC está incentivando um acordo entre as partes que seja mutuamente construtivo, mas também observamos a recente resolução do Conselho (1) adotando a declaração do IRP para que o Conselho reconsidere as solicitações para o .amazon e (2) delimitando o prazo até a ICANN61. Como este é o primeiro teste de responsabilização e transparência sob as novas bylaws da ICANN, acreditamos que é fundamental que a ICANN mantenha seu compromisso com o modelo multissetorial e com seus próprios processos e procedimentos.¹⁴² (Generic Name Supporting Organization, 2017, p. 18)

A decisão do conselho do órgão dá a dimensão do como esse processo é importante para o mandato da ICANN. Ainda, chama atenção o fato de que o documento foi assinado pela então presidente do GNSO, Dra. Heather Forrest – a mesma especialista responsável pelo parecer jurídico encomendado pela Amazon Corp. durante o procedimento arbitral contra a ICANN.

¹⁴¹ Tradução livre de “[c]ontinue facilitating negotiations between the Amazon Cooperation Treaty Organization’s (ACTO) member states and the Amazon corporation with a view to reaching a mutually acceptable solution to allow for the use of .amazon as a top level domain name”.

¹⁴² Tradução livre de “GAC in encouraging an agreement between the parties which will be mutually constructive, but we also take note of the Board’s recent resolution (1) adopting the IRP’s declaration for the Board to reconsider the .amazon applications and (2) delineating the time to ICANN61. Since this is the first test of accountability and transparency under the new bylaws for ICANN, we believe it is vital that ICANN hold fast to its commitment to the multistakeholder model and ICANN’s own processes and procedures”.

A partir desta decisão, de que a direção da ICANN realize a facilitação do processo, se seguiu uma série de desencontros entre as condutas do CEO e presidente da ICANN, da empresa Amazon e dos países sul americanos, bem como as respectivas interpretações desses agentes acerca do que se tratou o processo de facilitação. Tal cenário não se desenha, entretanto, ao examinar os documentos analisados e revisados pelo *Board* em sua decisão final, mas sim, ao analisar os documentos citados na decisão de forma completa.

Isto porque a decisão de 2019 cita uma série de correspondências trocadas entre a o *Board* e a OCTA ou representantes dos países pertencentes à organização para referenciar a existência e momento em que foram apresentadas uma série de novas propostas de Compromissos de Interesse Público (PIC) feitas pela Amazon Inc. Porém, é também através desses documentos que é possível ter noção, de fato, das negociações que ocorreram – ou não – entre a decisão do *Board* de acatar o conselho do GAC de continuar facilitando o processo, em fevereiro de 2018, e o prazo final das negociações, em março de 2019, o qual veremos mais tarde.

Através da correspondência fica claro que aquilo entendido pelo *Board* da ICANN como uma facilitação do processo de negociação e as negociações de fato não foram os mesmos processos/eventos para os países da OTCA – inclusive ocorrendo a falta de mandato dos diplomatas para fazer tais tratativas.

Isto porque, em sequência à reunião de Abu Dhabi, o secretariado da OCTA criou um grupo de trabalho para analisar a proposta de Compromissos de Interesse Público apresentada pela Amazon, em outubro de 2017, e a proposta apresentada logo após, em fevereiro de 2018 – ainda que também tenha sido analisada a propostas de 2015, apresentada pela empresa antes da interposição do pedido de revisão independente.

O resultado do grupo de trabalho foi apresentado em uma reunião extraordinária da organização de cooperação dos estados amazônicos no dia 27 de agosto de 2018 e enviado para o *Board* para ciência da ICANN em 5 de setembro de 2018. A carta traz de forma expressa que os países amazônicos “concluíram que a proposta apresentada não constitui uma base adequada para salvaguardar seus direitos iminentes em relação a delegação do ‘.amazon’

TLD”¹⁴³, mas que os os países estariam abertos a “engajar com o quadro de diretores (*Board*) da ICANN, baseado nos princípios antes mencionados, com o objetivo de salvaguardar seus direitos como países soberanos a respeito da delegação do ‘.amazon’ TLD”¹⁴⁴.

Os princípios mencionados são de que a delegação do domínio de topo requeriria o consentimento dos países amazônicos para a sua delegação e que esses países teriam também o direito de participar da governança do .amazon, incluindo em questões de política pública que fossem de seus interesses (*idem*).

É importante mencionar ainda que, para a produção final do relatório do grupo de trabalho, uma série de perguntas foram enviadas à Amazon Inc. sobre a proposta de compromisso de interesses públicos. A partir da resposta da empresa, novas questões foram levadas à ela, resultando então no documento final. Essa informação é importante pois, para os países amazônicos, tal troca de informações se tratou de uma questão procedimental para chegar ao documento final e à deliberação do conselho da OTCA, enquanto para a ICANN, na figura de seu presidente, tais interações já se tratariam de negociações entre as duas partes.

Isso foi crucial para que em 16 de setembro de 2018 o conselho de diretores da ICANN tenha decidido direcionar de forma ainda mais explícita o seu CEO/Presidente para desenvolver junto com as partes uma proposta que “permita ao conselho tomar uma decisão sobre a delegação dos domínios representados nas aplicações do .amazon”¹⁴⁵ (ICANN, 2018). Logo em seguida, em 25 de outubro do mesmo ano, o *Board* toma a decisão de remover o *status* de “não prosseguir” da candidatura pelo .amazon.

Alguns dias depois, em cinco de novembro de 2018, o secretariado da organização dos países amazônicos enviou uma carta ao *Board* sobre a decisão de mudança do *status* das aplicações pelo .amazon. Nela eles reiteram os termos da carta de cinco de setembro, buscando ainda uma solução mutuamente aceitável e que os países da OTCA sequer tinham recebido uma proposta escrita. A carta afirma que a única correspondência entre a

¹⁴³ Tradução livre de “[The Amazon countries] have concluded that the proposal does not constitute an adequate basis to safeguard their immanent rights relating to the delegation of the ‘.amazon’ TLD” (Nota de fim de página 2.1).

¹⁴⁴ Tradução livre de “[The Amazon Countries, however, express the willingness] to engage with the ICANN Board, based on the aforementioned principles with a view to safeguarding their rights as sovereign states with respect to the delegation of the ‘.amazon’ TLD” (Nota de fim de página 2.1).

¹⁴⁵ Tradução livre de “to allow the board to take a decision on the delegation of the strings represented in the .amazon applications.”

organização e a ICANN foi uma carta do CEO, Sr. Marby, reconhecendo o recebimento do documento de cinco de setembro, em que os países amazônicos rejeitaram a proposta de Compromissos de Interesse Público da Amazon Inc. e enunciaram os princípios sobre os quais uma solução conjunta poderia ser alcançada. Na mesma data, os países fizeram oficialmente o pedido de reconsideração da decisão de 25 de outubro.

Alguns dias mais tarde, em 26 de novembro de 2018, a Amazon Inc. enviou nova proposta de Compromissos de Interesse Público diretamente ao secretariado da OTCA, procedimento este não intermediado pela ICANN. Ao mesmo tempo, o CEO da ICANN, em correspondência com a secretária geral da OTCA e também com o diretor do GAC, voltou a reafirmar a existência de um período de 12 meses de facilitação liderado pela ICANN. Tais cartas não constam nos documentos listados ou citados na decisão de maio de 2019.

Em resposta, no dia 7 de dezembro de 2018 os países da OTCA enviaram uma carta para o quadro de diretores da ICANN expressando de forma bastante explícita seu descontentamento com toda a questão. Isto porque, segundo eles, a carta de 5 de setembro, levando ao conhecimento da ICANN sua posição sobre as propostas de PIC da Amazon, seria o início do diálogo entre a ICANN, a empresa Amazon Inc. e a organização.

A decisão de 25 de outubro traz em suas razões o fato de que o conselho consensual do GAC presente no *Abu Dhabi Communiqué* suplantava o comunicado emanado em Durban, conselho este que recomendou o não prosseguimento da aplicação para o .amazon. Ademais, o *Board* afirmou na decisão que estava decidindo aquilo naquela ocasião para

seguir em frente com a delegação do .amazon, assim como contemplada na declaração do painel independente, enquanto reconhece as questões de política pública levantadas pelo Conselho Consensual do GAC nessas aplicações. **Como a ICANN informou o quadro de diretores que as partes identificaram um caminho para seguir**, o Board toma essa decisão hoje para permitir que a aplicação pelo .amazon possam seguir em frente de forma que alinharia com o Conselho Consensual do GAC e colaborações neste tópico. (ICANN, 2018, s.p.)

Tal afirmação, de que as partes tinham identificado um caminho para prosseguir com a aplicação, foi um dos principais pontos de discórdia, fazendo com que os países amazônicos “rejeitassem e ficassem profundamente desapontados” com a decisão da ICANN (ICANN, 2019, nota de fim de página 2.2). É importante aqui apontar como a linguagem utilizada na carta é bastante dura e destoa do tom usado em outras trocas de correspondência anteriormente a esse momento:

Os governos da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), conforme decidido por suas autoridades de alto nível no âmbito do Conselho de Cooperação Amazônica, lamentam profundamente e rejeitam firmemente as recentes comunicações do Presidente e CEO da ICANN sobre um suposto “processo de facilitação” relacionado às candidaturas ao domínio .amazon, datadas de 20 e 28 de novembro de 2018, dirigidas, respectivamente, ao Secretário-Geral da OTCA e ao Presidente do Comitê Consultivo Governamental (GAC). Essas comunicações contêm afirmações falsas, enganosas, lamentáveis e tendenciosas. Em e-mails enviados ao GAC nos dias 19, 27 e 30 de novembro de 2018, o representante do Brasil junto ao referido Comitê já havia refutado a maioria, senão todas, das alegações feitas pelo Presidente e CEO da ICANN sobre seu suposto papel de facilitação “durante os 12 meses anteriores”. Essas comunicações estão anexadas.

O presente documento tem como objetivo esclarecer os fatos também perante este Conselho.

Visa ainda expressar a firme rejeição e profunda decepção dos oito países amazônicos diante da atitude inexplicável da Organização ICANN de ignorar as mensagens claras contidas nas cartas de 5 de setembro de 2018 e 19 de outubro de 2018, enviadas pela OTCA em nome desses países.

Nessas cartas, foi afirmado e reafirmado que, após uma reunião extraordinária do Conselho de Cooperação Amazônica realizada em Brasília no dia 27 de agosto de 2018, os países amazônicos decidiram, de boa-fé, que estavam prontos para iniciar um diálogo com o Conselho da ICANN ou seu designado, por meio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, com o objetivo de participar da construção de uma potencial solução para as candidaturas ao .amazon.

Além disso, na Reunião Conjunta entre o Conselho da ICANN e o GAC, realizada na terça-feira, 23 de outubro de 2018, durante o ICANN 63 em Barcelona, a Colômbia reiterou as preocupações e os parâmetros estabelecidos pela OTCA em 27 de agosto de 2018, bem como a “disposição dos oito países em dialogar com o CEO da ICANN em data futura para uma reunião que seria realizada em Brasília”.

Inexplicavelmente, no entanto, o Presidente e CEO da ICANN jamais procurou os países amazônicos para dar seguimento a essa mensagem, exceto ao declarar (em um e-mail enviado ao Secretário-Geral da OTCA em 19 de outubro de 2018) que “vocês podem vir a receber, no período seguinte, algumas trocas de mensagens relacionadas a [uma] proposta”.

Portanto, para evitar qualquer mal-entendido por parte deste Conselho e seus membros, que fique claro: a Organização ICANN **jamais enviou — muito menos discutiu com — os países amazônicos qualquer proposta.**

Ademais, em carta datada de 28 de novembro de 2018, o Presidente e CEO da ICANN afirmou que uma proposta “foi desenvolvida durante um processo de facilitação de 12 meses liderado pela ICANN e evoluiu a partir de muitas discussões e ideias com todas as partes interessadas, além de trocas de cartas com perguntas e respostas em fevereiro de 2018 entre a OTCA, a ICANN e a Amazon Corporation”.

Jamais houve discussões “com todas as partes interessadas”, simplesmente porque nunca houve um processo de facilitação.¹⁴⁶ (Ortega, 2018, p. 2-3, grifos originais)

¹⁴⁶ Tradução livre de “The governments of Bolivia, Brazil, Colombia, Ecuador, Guyana, Peru, Suriname and Venezuela, members of the Amazon Cooperation Treaty Organization (ACTO), as decided by their high-level authorities within the ambit of the Amazon Cooperation Council, deeply deplore and firmly refute the latest communications by the ICANN President and CEO regarding an alleged “facilitation process” associated with the .amazon applications dated November 20 and 28, 2018, which were addressed, respectively, to the ACTO SecretaryGeneral and to the Chairman of the Governmental Advisory Committee (GAC). These communications contain untrue, misleading, unfortunate and biased statements. In e-mails sent to the GAC on November 19, 27 and 30, 2018, the representative of Brazil to the said Committee already refuted most, if not all, claims made by the ICANN President and CEO regarding his alleged facilitation role “during the previous 12 months”. These communications are attached. The present document is meant to set the record straight also before this board. It

A carta segue explicando que as conversas realizadas com os representantes de países isolados da OTCA, em especial com o representante brasileiro, não representavam a posição de todos os países da organização, e que as trocas de mensagem entre a empresa Amazon Inc. e o grupo de trabalho não se tratavam de negociações. Ainda, afirma que de fato não houve processo de facilitação conduzido pelo Presidente da ICANN mencionando nominalmente o Sr. Göran Marby.

Na mesma ocasião, afirmaram não terem prosseguido com qualquer negociação até que o pedido de reconsideração de 5 de novembro fosse revisado e a decisão sobre ele fosse apropriadamente comunicada à OTCA – incluindo o adiamento dias antes de uma reunião presencial entre a OTCA, com a presença dos ministros dos países da organização e o Presidente/CEO da ICANN.

Por fim, o documento traz anexa uma série de correspondências do então representante brasileiro na ICANN, o embaixador Benedicto Fonseca Filho (atualmente embaixador da África do Sul), ao GAC, reiterando que suas interações com o *staff* da ICANN não sinalizaram movimentações dos países – inclusive, apontando a recomendação dele de que o CEO da ICANN entrasse em contato com o secretariado da OTCA.

Uma questão importante que permeia a discussão, é que a decisão de 25 de outubro do Board designa a ICANN de remover os estados de “não vai proceder” das aplicações,

also aims at expressing the firm rejection and deep disappointment of the eight Amazon countries at the inexplicable attitude of the ICANN Organization of ignoring the clear messages contained in the letters of September 5, 2018 and October 19, 2018 sent by ACTO on their behalf. In these letters, it was stated and restated that, following an extraordinary meeting of the Amazon Cooperation Council held in Brasilia on August 27, 2018, the Amazon countries decided in good faith that they were ready to initiate a dialogue with the ICANN Board or its designee, through the Amazon Cooperation Treaty Organization, in order to participate in the development of a potential solution for the .amazon applications. Furthermore, at the Joint Meeting between the ICANN Board and the GAC, held on Tuesday, October 23, 2018, at ICANN 63 in Barcelona, Colombia reiterated the concerns and parameters set out by ACTO on August 27, 2018, as well as the “disposition of the eight countries to have a dialogue with the ICANN CEO on a future date for a meeting that would be held in Brasilia”. Inexplicably, however, the ICANN President and CEO never reached out to the Amazon countries to follow up on that message, except for stating (in an e-mail to the ACTO Secretary-General on October 19, 2018) that “you might be receiving in the coming period some related exchanges about [a] proposal”. Therefore, in order to avoid any misunderstanding on the part of this Board and its members, let it be clear that the ICANN Organization never sent – let alone discussed with – the Amazon countries any proposal. Furthermore, in a letter dated November 28, 2018, the ICANN President and CEO claimed that a proposal “has been developed during a 12-month facilitation process that ICANN was leading and evolved from many discussions and ideas with all concerned parties, exchange of letters with Q&A in February 2018 between ACTO, ICANN and Amazon Corporation”. There were never discussions “with all the concerned parties” simply because there was never a facilitation process.”

incluindo a publicação dos PICs propostos pela Amazon Inc. Até esse momento, a Amazon Inc. tinha apresentado três diferentes propostas de PIC – a primeira delas feita em 2015, antes da interposição do pedido de revisão independente, em outubro daquele ano. A partir da decisão da ICANN de aceitar o resultado do IRP, em outubro de 2017, no mesmo mês a empresa apresentou um novo documento aos membros da OTCA. Já a terceira foi apresentada em fevereiro de 2018. Após a decisão de 25 de outubro, a empresa apresentou ainda uma nova proposta em novembro de 2018. Embora esses documentos tenham sido revisados pelo *Board*, eles não estão disponíveis e não foram localizados para esta pesquisa. Somente a quinta e última proposta, que de fato foi a proposta final da Amazon Inc., de abril de 2019, foi disponibilizada *online*. Esse destaque é importante pois são justamente os termos dessas propostas Compromissos de Interesse Público que estavam em discussão.

Assim, para além da proposta final, só sabemos da existência das propostas precedentes e de seu conteúdo a partir das correspondências e dos documentos citados na decisão de 2019.

Um dos argumentos dos países amazônicos é inclusive o prosseguimento com a publicação de um PIC para comentários públicos sem a especificação de qual dos documentos seria postado para comentários, ao mesmo tempo que novos termos seriam potencialmente discutidos pelos países e a empresa, com a facilitação da ICANN.

Não obstante, em 21 de dezembro de 2018, o Comitê de Mecanismos de Prestação de Contas do Conselho¹⁴⁷ (BAMC) emitiu um parecer recomendando que o *Board* rejeitasse o pedido de reconsideração dos países da OTCA sobre a decisão proferida em 25 de outubro, afirmando que a decisão foi tomada “baseada em informação completa e precisa e porque a adoção da resolução pelo quadro de diretores era consistente com os compromissos e valores da ICANN”¹⁴⁸ (nota de rodapé 5). Tal parecer foi acatado em decisão de 16 de janeiro de 2019.

Na decisão que acata o parecer do BAMC e rejeita o pedido de reconsideração dos países amazônicas, o *Board* reconhece as diferentes interpretações da linguagem contida na

¹⁴⁷ *Board Accountability Mechanisms Committee*, em inglês.

¹⁴⁸ Tradução livre de “*based on accurate and complete information and because the Board’s adoption of the resolution was consistent with ICANN’s commitments and core values*”.

decisão de remover o estado de “não proceder” das aplicações pelo .amazon, como pode ser visto no trecho a seguir:

Resumo Breve e Recomendação

(...) Ainda assim, o BAMC reconheceu que a Solicitação 18-10 reflete uma diferença de interpretação, por parte do Requerente, da Resolução. Por isso, recomendou que o Conselho reiterasse que a Resolução foi tomada com a clara intenção de conceder ao Presidente e CEO a autoridade para dar continuidade ao processo de facilitação entre os Estados-membros da OTCA e a empresa Amazon, com o objetivo de ajudar as partes envolvidas a alcançar uma solução mutuamente acordada. Caso isso não fosse possível, o Conselho tomaria uma decisão na ICANN 64 sobre os próximos passos em relação à possível delegação do .amazon e dos domínios de topo relacionados.¹⁴⁹

(ICANN, 2019, s.p.)

Entretanto, as razões fazem parecer que essa é somente uma questão semântica sobre a expressão “*path forward*” (caminho a seguir) presente na decisão questionada. Assim, não levam em consideração o questionamento sobre os aspectos práticos, como a publicação dos compromissos de interesse público que ainda estavam sendo negociados.

Na verdade, a Resolução simplesmente “instrui o Presidente e CEO, ou seus designados, a remover o status de ‘Não Prosseguirá’”. A remoção do status de “Não Prosseguirá” foi um pré-requisito processual necessário para que a organização da ICANN retomasse a análise formal das aplicações para o .amazon e o processamento dos Compromissos de Interesse Público (PICs) propostos pela empresa Amazon.

(...)

B. O Conselho Adotou a Resolução com Base em Informações Precisas e Completas e Não Deixou de Considerar Nenhuma Informação Relevante

(...) O Requerente alega que a Justificativa da Resolução afirma que “a organização da ICANN informou ao Conselho que as partes identificaram um caminho a seguir”. O Requerente sugere que “[e]ssa informação é imprecisa” (...) O BAMC concluiu — e o Conselho concorda — que a interpretação do Requerente sobre a linguagem “caminho a seguir” parece ter sido baseada em uma interpretação diferente daquela do Conselho quanto ao efeito da Resolução. Como discutido acima, a Resolução foi adotada com a intenção de que as discussões com as partes relevantes, incluindo os Estados-membros da OTCA, continuassem (...). Assim, a expressão “caminho a seguir” utilizada pelo Conselho não se referia a um acordo final sobre a delegação ou a uma solução específica.¹⁵⁰ (ICANN, 2019, s.p.)

¹⁴⁹ Tradução livre de “*Brief Summary and Recommendation (...) Nevertheless, the BAMC acknowledged that Request 18-10 reflects a difference in interpretation by the Requestor of the Resolution, and thus, the BAMC recommended that the Board reiterate that the Resolution was taken with the clear intention to grant the President and CEO the authority to progress the facilitation process between the ACTO member states and the Amazon corporation with the goal of helping the involved parties reach a mutually agreed solution, but in the event they are unable to do so, the Board will make a decision at ICANN 64 on the next steps regarding the potential delegation of .amazon and related top-level domains*”.

¹⁵⁰ Tradução livre de “*Rather, the Resolution simply “directs the President and CEO, or his designee(s), to remove the ‘Will Not Proceed’ status.” The removal of the “Will Not Proceed” status was a necessary procedural prerequisite to ICANN org renewing formal consideration of the .amazon applications and the processing of the proposed Public Interests Commitments (PICs) by the Amazon corporation. (...) B. The Board Adopted the Resolution Based on Accurate and Complete Information and Did Not Fail to Consider Any Material Information. (...) the Requestor claims that the Rationale for the Resolution states that “the ICANN org has informed the Board that the parties have identified a path forward”. The requestor suggest that “[t]his information is inaccurate” (...) the BAMC concluded, and the Board agrees, that the Requestor’s interpretation*

A decisão do *Board* ainda aponta que as negociações restantes deveriam ocorrer daquele momento até a próxima reunião da instituição, a ICANN64, que ocorreu entre 9 e 14 de março de 2019 em Kobe, Japão. Segundo as razões da decisão final, de maio de 2019, durante esse período os países amazônicos realizaram a requisição de mais tempo para as negociações.

Assim, no dia 10 de março de 2019, durante a reunião em Kobe, o *Board* concedeu quatro semanas adicionais para “se engajar em um último esforço que permitisse as duas partes [...] trabalhar em boa-fé para uma solução mutuamente aceitável sobre as aplicações pelo .amazon”. Se tal solução fosse alcançada, ela deveria ser informada ao quadro de diretores até o dia 7 de abril, prazo esse que poderia ser estendido desde que as duas partes concordassem e fizessem o pedido em conjunto.

Caso uma solução mútua não fosse alcançada, a Amazon Inc. deveria submeter ao *Board* uma última proposta de PIC até o dia 21 de abril. Como veremos a seguir, o último cenário foi exatamente o que aconteceu.

4.2.2. Decisão final do *Board*

A partir da decisão do dia 10 de março de 2019, as quatro semanas que se seguiram foram de negociação dos termos dos compromissos de Interesse Público entre os países Amazônicos e a empresa Amazon Inc. As negociações, entretanto, continuaram após essa data, bem como as correspondências entre as partes e ICANN, na figura de seu presidente/CEO e também o quadro de diretores enquanto órgão. Essas correspondências, de forma específica, foram listadas como documentos revisados pelo *Board* para a decisão de maio de 2019.

As oito cartas, sendo quatro de cada uma das partes, são datadas no período entre 9 de abril e 7 de maio de 2019 – ou seja, após o prazo de 4 semanas, mas ainda dentro do prazo para que a empresa Amazon Inc. enviasse a última proposta de PIC, estipulado para o dia 21

of the “path forward” language appears to have been based on a different interpretation than the Board’s regarding the effect of the Resolution. As discussed above, the Resolution was taken with the intent that further discussions with the relevant parties, including the ACTO member states would continue (...). As such, the Board’s “path forward” language did not refer to a final agreement regarding delegation or a specific solution.”

de abril de 2019. O conteúdo dos documentos são os primeiros revisados pelo conselho, portanto, dentro do escopo deste trabalho. É possível extrair as divergências entre as partes que levaram à impossibilidade de uma solução única e mutuamente aceitável, além do motivo do processo ter se estendido no tempo.

Tabela 2 – Resumo das cartas enviadas Presidente do Quadro de Diretores da ICANN entre 11 de abril a 7 de maio de 2019 e revisadas pelo órgão em sua decisão final

Carta	Remetente	Resumo
09/04/2019 ¹⁵¹	Amazon Inc.	Afirma que a Amazon Inc. está aberta ao diálogo para uma solução que leve à formulação de uma proposta única e endossada pelos países da OTCA e que também assegura “as necessidades comerciais e de segurança” da Amazon Inc.
11/04/2019 ¹⁵²	OTCA	Afirma a abertura para o diálogo, mas faz referência a documentos anteriores em que a posição dos países sobre questões básicas tinha sido apontada, em que seus interesses poderiam ser respeitados e em um mecanismo permanente. Além disso, faz a requisição de extensão do prazo de negociação para a ICANN65, em junho de 2019.
17/04/2019 ¹⁵³	Amazon Inc.	A empresa envia uma carta explicando suas diferenças com as propostas apresentadas pelos países amazônicos - aponta que três países apresentaram propostas (Brasil, Peru e Colômbia) e também envia à ICANN a proposta final de seus Compromissos de Interesse Público (PIC) para as aplicações do domínio .amazon.
18/04/2019 ¹⁵⁴	OTCA	A OCTA envia à ICANN a sua proposta para PIC que os países membros consideram aceitável. Importante notar que a organização afirma ter enviado a proposta de forma consensual pelos 8 países membros para a Amazon Inc. durante as semanas anteriores ao documento. Ademais, reafirmam o pedido de extensão do prazo para a continuidade das negociações.
19/04/2019 ¹⁵⁵	Amazon Inc.	A empresa aponta que até então não tinha recebido diretamente da OTCA um pedido de extensão do prazo - apesar de ter recebido o pedido por três dos oito países da organização. A despeito disto, a empresa se adianta e expressa ser contra a extensão do prazo, ressaltando que a aplicação pelo.amazon está pendente a sete anos . Por fim, reafirma que a proposta apresentada pela OTCA não leva em consideração a natureza de um .brand TLD e retiraria do .amazon a sua distinção e privaria a Amazon Inc. de usos significativos do seu domínio de topo solicitado.
23/04/2019 ¹⁵⁶	Brasil	A carta aponta a complexidade de elaborar uma proposta entre

¹⁵¹ Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/huseman-to-chalaby-09apr19-en.pdf>

¹⁵² Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/moreira-to-chalaby-11apr19-en.pdf>

¹⁵³ Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/huseman-to-chalaby-17apr19-en.pdf>

¹⁵⁴ Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/moreira-to-chalaby-18apr19-en.pdf>

¹⁵⁵ Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/huseman-to-chalaby-19apr19-en.pdf>

¹⁵⁶ Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/zaluar-to-chalaby-23apr19-en.pdf>

		<p>oitos países, ao mesmo tempo reafirma a abertura para a continuidade das negociações e o esforço empreendido pelos países membros. Além disso, a carta também chama atenção para o fato da empresa Amazon Inc. ter enviado a sua proposta de PIC antes do prazo, com uma proposta que ignora preocupações dos países que foram expressas em uma série de oportunidades durante as negociações. Assim, o documento pede que a ICANN devolva a proposta de PIC para a Amazon Inc. para ajustes e continuidade das negociações ou que rejeite a aplicação do .amazon. Um ponto importante da carta é que o embaixador traz uma contraposição à alegação da Amazon Inc. sobre a possibilidade técnica de acomodar as necessidades dos países da OTCA. Isto porque, aponta o documento, a primeira proposta de PIC apresentada aos países, ainda em 2015, continham termos ainda mais ambiciosos que aqueles pedidos, naquele momento, pelos países amazônicos. A carta aponta então que, aquilo apresentado em 2015, agora era considerado tecnicamente impossível pela empresa¹⁵⁷.</p>
23/04/2019 ¹⁵⁸	Amazon Inc.	<p>A carta volta a apontar o resultado do Painel de Revisão Independente, cometendo imprecisões como afirmar que a decisão do painel foi unânime. Ademais, afirma que até nenhuma das partes envolvidas “apresentou uma razão de política pública bem fundamentada e baseada no mérito sobre a qual o Quadro de Diretores poderia negar a solicitação da Amazon [Inc.]”. A carta ainda aponta que como única aplicante para os domínios de topo do .amazon, a empresa fez a proposta de PIC somente a partir de uma deferência feita às preocupações expressas pelos países da OTCA e para “promover um espírito de conciliação”. Por fim, o documento acusa os países de tentar “cooptar ou tomar” a aplicação da empresa e sua marca, e rejeita novamente qualquer forma de extensão do prazo, afirmando que “nenhuma quantidade de tempo adicional de negociação jamais resultará em um desfecho aceitável que satisfaça suas exigências” (carta amazon inc., 23.04.2019).</p>
07/05/2019 ¹⁵⁹	Brasil	<p>A carta relembra os conselhos consensuais do GAC, tanto do não prosseguimento da candidatura do .amazon em 2014, quanto o reconhecimento do Conselhos de Governos da necessidade de uma solução que fosse mutuamente aceitável. O texto relembra que o domínio .amazon não é somente uma marca e que a aplicante mesma reconheceu, em 2015, a questão desafiadora sobre nomes geográficos e que uma solução que fosse aceita de forma mútua era necessária. Ademais, o documento aponta que o <i>Applicant Guidebook</i> (AGB) encorajava que os aplicantes identificassem potenciais sensibilidades que suas aplicações poderiam suscitar e que trabalhassem com as partes relevantes para resolver tais</p>

¹⁵⁷ A proposta de 2015 é citada ainda na carta de 19 de novembro de 2018 do embaixador Benedicto Fonseca Filho (anexa ao documento citado na decisão de maio de 2019, mencionado anteriormente), também é citada como anexo ao relatório final do grupo de trabalho estabelecido pela OTCA, entretanto, mesmo depois de entrar em contato com a organização e com a ICANN, não se obteve resposta. Portanto, não foi possível fazer a análise da proposta para aferir tal argumento.

¹⁵⁸ Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/huseman-to-chalaby-23apr19-en.pdf>

¹⁵⁹ Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/zaluar-to-chalaby-07may19-en.pdf>

		preocupações, aqui incluindo governos. Ao final, a carta aponta como a definição do que se trata de termos sensíveis no PIC proposto pela Amazon Inc. era demasiadamente estreito e pede que o Board leve tais preocupações em consideração.
--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

As correspondências começam em tom amistoso, ainda que com suas diferenças, e ambas as partes se mostram abertas a continuar o diálogo. Entretanto, isso muda a partir da segunda carta da Amazon inc., ao enviar a proposta de PIC dias antes do prazo, ainda no dia 17 de abril, ao mesmo tempo em que sua mais recente correspondência apontava para a continuação do diálogo. Além da proposta de Compromissos de Interesse Público, a empresa envia uma carta detalhada sobre as diferenças entre sua proposta e a dos países amazônicos.

Em sua resposta, a OTCA enviou a sua proposta de linguagem para os Compromissos de Interesse Público, a fim de chegar a uma que contemplasse seus países membros. Além de reiterar a solicitação de extensão no prazo das negociações, a carta da organização dos países amazônicos chama atenção para o fato de que a “participação de oito diferentes governos envolve um processo decisório interno mais complexo”¹⁶⁰.

Tabela 3 – Resumo das propostas da Amazon Inc. e as demandas de linguagem e termos da OTCA para uma proposta Compromisso Público mutuamente aceitável

Proposta da Amazon Inc.	Demandas da OTCA
<ul style="list-style-type: none"> • Bloqueio de 1500 domínios secundários que tenham significância cultural para os países amazônicos • Criação de um Comitê de Governança (<i>Steering Committee</i>) com o prazo de 2 anos de existência, seu objetivo seria o estabelecimento da lista de bloqueio • Comitê de Governança estabelecido por um <i>Memorandum of Understanding</i> (MoU), não fazendo parte formal do PIC - portanto não vinculante. • Comitê de Governança teria um caráter informal e papel consultivo, sua recomendação não seriam obrigatória e a lista de bloqueio é um • A disponibilização de 9 domínios secundários (um para cada país membro e um para a própria OTCA) em cada um 	<ul style="list-style-type: none"> • Bloqueio de 4500 domínios secundários que tenham significância cultural para os países amazônicos nos quatro idiomas falados pelos países da OTCA • Criação de um mecanismo permanente de governança compartilhado entre a OTCA e a Amazon Inc. • Comitê de Governança teria um papel consultivo, sua recomendação não seriam obrigatória e a lista de bloqueio é um • Ter disponível uma lista de domínios secundários que poderá ser usado, com total controle, pelos países amazônicos e/ou pela OTCA • O Comitê teria poder decisório sobre a lista de bloqueio (até 2 anos) e também da lista de domínios a serem

¹⁶⁰ Huseman, B. Reply to ACTO April 18 Email. ICANN, 19 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/huseman-to-chalaby-19apr19-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

<p>dos domínios de topo (incluindo os caracteres em japonês e chinês) para uso não comercial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os domínios, assim com seus conteúdos, seriam hospedados e controlados pela Amazon, a não ser que o domínio fosse usado para redirecionar a um site controlado pela OTCA ou seus países membros. O conteúdo das páginas também tem limitações impostas pela Amazon Inc., e todo contato deveria ser submetido à empresa • A Amazon Inc. poderá rejeitar o pedido de domínio feito pelo OTCA se determinar que o requerimento de domínio “não tem uma primária e bem reconhecia significância cultural ou histórica específica para a região amazônica” (Amazon, 2019). 	<p>disponibilizados</p> <ul style="list-style-type: none"> • A garantia de que o registrante (a Amazon Inc.) disponibilizaria em todas as páginas disponível com o domínio de topo .amazon uma mensagem que redirecionaria o visitante para um site escolhido pelos países da OTCA¹⁶¹ • A disposição de que os compromissos de interesse público poderiam ser executáveis também através de processos de arbitragem fora do escopo da ICANN, em especial com câmaras que tenham experiência com disputas entre público e privados • Além disso, a depender da disputa, o Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO deveria dar suporte à solução da questão ou um terceiro em acordo entre os países da OTCA e a Amazon Inc. (ACTO, 2019a)
--	---

Fonte: Dados da pesquisa.

De modo geral, a principal diferença que emerge da leitura dos documentos entre as posições da empresa Amazon e os países da OTCA é o fato de a Amazon Inc. propor um modelo de governança no qual os países amazônicos teriam um papel colateral e subsidiário, com possibilidades extremamente limitadas de participar do gerenciamento do .amazon, em uma função consultiva e por tempo determinado. Por outro lado, a proposta dos países amazônicos previa uma governança compartilhada e permanente do domínio de topo – ao que a empresa acusa os países de “tentarem cooptar ou assumir a nossa aplicação, os nossos interesses comerciais e a nossa famosa marca internacional”¹⁶².

Em vários momentos, nas quatro cartas, a empresa também rememora que sua aplicação passou com nota máxima na avaliação preliminar do programa de novos domínios. Entretanto, comete também uma série de imprecisões sobre a proposta dos países amazônicos e também sobre o IRP. É importante lembrar que a Amazon Inc. reconheceu ao longo do processo a importância geográfica da região e do debate trazido pelos países da OTCA.

¹⁶¹ A mensagem disponibilizada seria “Procurando pela região amazônica? Clique aqui” (“Looking for the Amazon Region? Click here” (ICANN, 2019).

¹⁶² Zaluar, A. Letter to Members of the ICANN Board. ICANN, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/zaluar-to-chalaby-23apr19-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Além disso, a empresa também comete imprecisões quanto ao IRP. Entre elas, afirmam erroneamente que a decisão do painel arbitral foi unânime e que este teria rejeitado o mérito das reivindicações dos países da OTCA. Apesar de as razões presente na sentença arbitral ter feito apontamento sobre os argumentos dos países, a decisão final, bem como os dispositivos apontados, não versava sobre o mérito de tais alegações e sim sobre a conduta da ICANN, sobre falhas procedimentais e de fundamentação na decisão da ICANN.

Outro aspecto digno de nota nas cartas da Amazon Inc. é o uso, por parte da empresa, da expressão “Amazônia *countries*” em lugar de “*Amazon countries*” ao redigir suas cartas. A escolha, que embora pareça sutil, reflete uma tentativa deliberada de dissociar a região amazônica do seu nome em inglês, com quem a empresa divide sua marca corporativa.

Por outro lado, vale notar que dentre as cartas revisadas pela parte dos países amazônicos, duas são do secretariado da OTCA e as duas últimas são enviadas pelo embaixador Achilles Zaluar, então diretor do departamento para promoção tecnológica do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, atualmente cônsul-geral do Consulado Brasileiro em Bruxelas, Bélgica.

Tal correspondência assinala mais uma vez a dificuldade de coordenação entre os países da OTCA. Quanto ao pedido de extensão do prazo, embora a Amazon Inc. tenha recebido pedido de três países em oportunidades distintas (Brasil, Peru e Colômbia), tal pedido não veio unificado pelo secretariado da OTCA. Neste caso, a empresa Amazon Inc. se utilizou do argumento de não ter recebido um pedido unificado da organização para apontar que o pedido de extensão oficial não tinha sido feito.

Além das cartas da parte, o *Board* revisou uma carta datada de 22 de abril de 2019 assinada pelos professores de Direito e Direitos Humanos (*Law and Human Rights*), Dra. Tara Van Ho, da Universidade de Essex, e Dr. Cathal Doyle, da universidade Middlesex University London¹⁶³ (Van Ho & Dayle, 2019). A especialidade deles, coletivamente, é a intersecção entre Empresas e Direitos Humanos e Direitos dos Povos Indígenas. A carta, bem como o parecer jurídico anexo, tinha como objetivo trazer ao conhecimento do *Board* sensibilidades

¹⁶³ Van Ho & Dayle. **.amazon Top-Level Domain Application**. [e-mail]. Essex: University of Essex, 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/van-ho-doyle-to-chalaby-22apr19-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

das aplicações pelo domínio .amazon em questões de direito internacional dos direitos humanos, em especial aqueles que dizem respeito ao direito das populações indígenas.

Na carta, os professores apontam em especial a opinião do Dr. Jérôme Passa, a qual, ao analisar questões de direito internacional de propriedade intelectual e de direito humanos, não considerou os “direitos concorrentes e reivindicações dos povos indígenas da Amazônia”. Eles apontam que o Direito Internacional dos Direitos Humanos reconhece de forma especial o direito de autodeterminação das populações indígenas, conferindo a estas o controle sobre suas identidades, territórios e desenvolvimento. Eles mencionam em especial os direitos e obrigações estabelecidos pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007), Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, 1989 (ILO 169) e Convenção sobre Diversidade Biológica, dentre outras. Nesse sentido, os direitos levantados pelo documento se diferem dos direitos defendidos pelos países da OTCA, sendo próprios das populações indígena presente na região. A carta inclusive aponta que tais populações já fazem uso internacional do termo “*amazon*” em inglês para a promoção de atividades econômicas, como o ecoturismo.

Os professores afirmam que, sob os padrões até então estabelecidos pelo direito internacional dos direitos humanos, a Amazon Inc. deveria ter garantido a consulta com as populações amazônicas antes da submissão de sua aplicação – em um processo culturalmente apropriado, obtendo destas populações o que eles chamam de *Free prior and informed Consent* (FPIC). O FPIC é um direito conferido especialmente a populações indígenas, que requer o consentimento das populações reconhecidas como indígenas antes de qualquer decisão ou mudança capaz de interferir em seus territórios, identidades, recursos ou modos de vida.

Um dos aspectos mais importantes do documento é a ponderação dos professores sobre o uso do termo *amazon* em inglês para a região geográfica e os povos que ali vivem. Inúmeros documentos anteriores, incluindo pareceres do Dr. Passa, e as sentenças arbitrais, mencionam os termos equivalentes em línguas locais, especialmente em português e espanhol, tratando-os como substitutos adequados. No entanto, essa equiparação desconsidera o peso simbólico e a centralidade do termo em inglês no contexto da comunidade global da Internet. Em especial o IRP aponta que o uso ou uma possível candidatura para o domínio .amazonia seria o mesmo

para essas populações no âmbito da Internet, e que a concessão do .amazon para a Amazon Inc. não teria qualquer interferência nos direitos dessas populações.

Ao conceder à Amazon Corporation os direitos exclusivos de administrar os domínios de topo .amazon, a ICANN privaria os povos indígenas do uso de nomes de segundo nível relevantes e culturalmente significativos, que podem ser de vital importância para garantir sua sobrevivência cultural e física no futuro. Isso fica evidente nas declarações da própria empresa, que afirmou que até mesmo fornecer nomes de segundo nível a governos como o do Brasil e da Venezuela comprometeria seus objetivos estratégicos. Transferir a administração dos domínios .amazon para a empresa tornaria inacessível um interesse estratégico desses povos indígenas, potencialmente comprometendo seu desenvolvimento de longo prazo ao usurpar uma associação valiosa com a língua inglesa para fins de interesse mais restrito da empresa. De acordo com o direito internacional, tal ação só deveria ser realizada após consulta e obtenção do consentimento dos próprios povos indígenas. Isso também estaria em conformidade com as Diretrizes da própria ICANN, que exigem que consultas sejam realizadas com “governos e autoridades relevantes” para obter seu apoio ou não objeção antes da submissão da candidatura. Segundo o direito internacional, as autoridades dos povos indígenas são reconhecidas como os órgãos legítimos de tomada de decisão sobre atividades que afetam seus direitos e interesses. (...) O termo “Amazon” também é utilizado em relatórios e documentos oficiais das Nações Unidas, decisões da Comissão Interamericana e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, artigos de notícias e guias de viagem. Como resultado, a definição de sua identidade e a promoção de seu desenvolvimento econômico por meio do ecoturismo vinculado aos domínios de topo .amazon não seriam adequadamente atendidos ao se basear apenas nos domínios em português ou espanhol.¹⁶⁴ (ICANN, 2016, s.p.)

Eles apontam que para as populações indígenas, além da proteção do meio ambiente, cultura e história, tais comunidades também têm planos próprios de desenvolvimento econômico e que, em grande medida, a possibilidade do “uso de tecnologias da Internet é necessário não só para aumentar a consciência pública sobre violações de seus direitos mas também para promover e facilitar suas atuais e futuras atividades econômicas” (Van Ho & Dayle, 2019).

¹⁶⁴ Tradução livre de “By granting the Amazon corporation the exclusive rights to administer the .amazon TLDs, ICANN would deprive the indigenous peoples of the use of relevant and culturally significant second-level names which may be of vital importance for guaranteeing their cultural and physical survival in the future. This is clear from the corporation’s statements that even providing governments, like Brazil and Venezuela, with second-level names would undermine the corporation’s strategic goals. Transferring administration of the .amazon TLDs to the corporation would render inaccessible a strategic interest of these indigenous peoples, potentially undermining their long-term development by usurping a valuable English language association for the purpose of the corporation’s more limited interest. As a matter of international law, this action should only be undertaken following consultation with, and having obtained the consent of, the indigenous peoples themselves.¹⁶ This would also have been consistent with ICANN’s own Guidelines, which require that consultations be held with ‘relevant governments and authorities’ to ‘enlist their support or non-objection prior to submission of the application.’ Under international law, indigenous peoples’ authorities are recognized as the legitimate decision-making bodies on activities affecting their rights and interests. (...) The term ‘Amazon’ is also used in United Nations reports and official documents, decisions of the Inter-American Commission and the Inter-American Court of Human Rights, news articles and travel guides. As a result, defining their identity and pursuing their economic development through eco-tourism tied to the .amazon TLDs would not be sufficiently met by relying only on the Portuguese or Spanish TLDs.”.

Ademais, o parecer também traz que a proteção de tais direitos inerentes à populações indígenas eram também uma obrigação da empresa Amazon Inc. Nesse sentido, eles apontam as obrigações dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (Brasil, 2019), em que “empresas devem evitar ações que impactam negativamente a realização de direitos humanos, incluindo os direitos de populações indígenas” (Van Ho & Dayle, 2019, ponto 3, p. 7).

Para cumprir tais obrigações, a Amazon Inc., segundo o documento, deveria ter se engajado no que eles chamam de devida “diligência em direitos humanos”, e que no caso de impactos negativos, a empresa deveria empreender esforços para remediar e reparar os danos infligidos. Aqui eles fazem uma breve menção à proposta da Amazon de 2015, na qual a empresa ofereceu aos países da OTCA a doação de US\$ 5 milhões em produtos da *Amazon*, particularmente em *Kindles*¹⁶⁵. Eles apontam que tal medida, além de insuficiente, seria inapropriada.

O parecer traz uma nova dimensão de complexidade ao caso e que até então tinham sido poucos nos documentos revisados pelo *Board* em sua decisão de maio de 2019. Ao final, o parecer recomenda à ICANN que não delegue o .amazon para a Amazon Inc – pelo menos não naquele momento, até que a empresa fizesse o processo de consulta e consentimento com as populações indígenas da região.

Por fim, os dois últimos documentos analisados pelo *Board* são um nota de imprensa da OTCA, publicada no dia 29 de abril de 2019 (ACTO, 2019b), e uma nota pública do Comitê Gestor da Internet Brasileiro (CGI.br), datada de 30 de abril de 2019. Em ambos os documentos há uma forte oposição à delegação do domínio .amazon para a empresa Amazon Inc.

A nota da OTCA reitera vários dos argumentos trazidos pela organização anteriormente, incluindo alguns já refutados em processos anteriores, como o IRP, a exemplo da questão do termo .amazon ser um nome geográfico que requeriria o consentimento dos países relacionados à região para a delegação do domínio. Além disso, a nota critica a ICANN por

¹⁶⁵ Leitor digital, ou *e-reader*, produzido pela empresa.

ter imposto um tempo de negociação exíguo, pois este se tratou de um “problema complexo (em seus aspectos técnicos, políticos e legais) em que Estados precisam de consultas e procedimento de endosso que impediam as negociações de ser tão rápidas a ponto de concluir em tão curto espaço de tempo”¹⁶⁶.

Já a nota pública do CGI.br é bastante sucinta e só aponta a oposição do comitê gestor à delegação do domínio de topo .amazon à companhia, dispondo que a sua posição é consensual da sociedade brasileira. Isto porque o CGI.br é um organismo multisetorial, assim como a ICANN, e seu quadro de diretores tem representações de todos os setores da sociedade, incluindo o setor privado.

Entretanto, importa destacar que as duas cartas fazem menção à delegação em um **regime de exclusividade** à empresa multinacional. A Nota do CGI aponta que

a delegação (...) exclusiva a um interesse privado, a ser operado como um domínio de topo de marca fechado e de uma forma inconsistente com o interesse público, levaria ao confisco completo de uma nota de domínio que é intrinsecamente ligado à uma região, países e pessoa da amazônia. (CGI.br, 2019, s.p.)

Outra questão importante é que a carta do CGI traz duas posições públicas e consensuais do comitê contra a delegação do domínio de topo que datam de 2013. A resolução CGI.br/RES/2013/011 e CGI.br/RES/2013/022 revelam toda uma movimentação de diversos setores da sociedade contra a aplicação da Amazon Inc. Entretanto, tal oposição não está refletida em nenhum outro documento – inclusive sua falta sendo motivo para a rejeição da objeção realizada pelo IO ainda em 2014. Falaremos mais sobre essa questão logo mais, no capítulo cinco.

A despeito de tais informações, no dia 15 de maio de 2019, o *Board*, após analisar os documentos descritos nos capítulos 2 e 3, além do presente capítulo 4, decidiram aprovar as resoluções 2019.05.15.13–2019.05.15.15, deliberando, portanto, pelo aceite dos compromissos de interesse públicos enviados pela Amazon Inc. em 17 de abril de 2019 e a delegação do domínio de topo .amazon e seus análogos TLD em caracteres japonês e chinês para a empresa.

¹⁶⁶ Amazon Cooperation Treaty Organization. Press Release: Amazon countries are opposed to the delegation of the “amazon” top-level domain without their authorization. **OTCA**, abr. 2019. Disponível em: <<https://otca.org/en/amazon-countries-are-opposed-to-the-delegation-of-the-amazon-top-level-domain-without-their-authorization/>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Após a decisão de 15 de maio de 2019, o *Board* enviou uma série de cartas às partes, comunicando sua decisão e suas razões. Estas últimas, como afirmado anteriormente, revelam mais uma linha do tempo deste processo que foi descrito neste trabalho e menos as razões que levaram o *Board* a essa decisão – por isso a necessidade de mergulhar no conteúdo dos documentos analisados para entender o processo.

Para este trabalho, entretanto, vale a menção do conteúdo da carta endereçada aos professores de direito do Reino Unido – em especial pelo que o ICANN, na figura de seu presidente/CEO, resolveu destacar. A mensagem começa agradecendo pelo documento e afirmando que este foi levado em consideração para a decisão final tomada pela ICANN. A parte da decisão que o *Board* decide destacar é essa:

O Conselho está tomando esta decisão hoje em conformidade com as resoluções do Conselho 2019.03.10.01-.07 e em reconhecimento a todas as contribuições recebidas relacionadas às candidaturas para o domínio .amazon. O Conselho reconhece a necessidade de equilibrar as preocupações de todos os envolvidos e de agir de maneira justa e transparente em todos os momentos. De fato, o Conselho considerou as preocupações levantadas em relação às candidaturas para o .amazon em todas as etapas do seu processamento no âmbito do Programa de Novos gTLDs.

No entanto, o **Conselho também está ciente do tempo que se passou desde que as candidaturas para o .amazon foram submetidas, em 2012, e desde que a empresa Amazon saiu vitoriosa em seu Processo de Revisão Independente (IRP) contra a ICANN, em julho de 2017.** Desde então, o Conselho e a organização ICANN têm interagido com o Comitê Consultivo Governamental (GAC), com a OTCA e com a Amazon Inc. na busca de uma solução mutuamente aceitável, como evidenciado pelas inúmeras reuniões, propostas e cartas recebidas sobre o tema das candidaturas para o .amazon ao longo dos últimos anos. O Conselho entendeu que sua resolução de março de 2019 — permitindo um curto período adicional de tempo, após mais de um ano de facilitação pelo Presidente e CEO da ICANN — antes de tomar uma decisão final sobre a delegação dos domínios .amazon, foi adequada e alinhada aos pedidos dos Estados-membros da OTCA por mais tempo. O Conselho considerou que esse tempo extra poderia levar a uma solução mutuamente aceitável em relação às candidaturas.

Até hoje, dois meses após a resolução do Conselho de março de 2019, a OTCA e a empresa Amazon não conseguiram chegar a uma solução mutuamente aceitável, nem concordaram com uma extensão do prazo para dar continuidade às discussões. Diante disso, o Conselho está agora avançando com os próximos passos delineados na resolução 2019.03.10.05 e está instruindo a organização ICANN a continuar o processamento das candidaturas para o .amazon em direção à delegação.¹⁶⁷ (Grifo nosso)

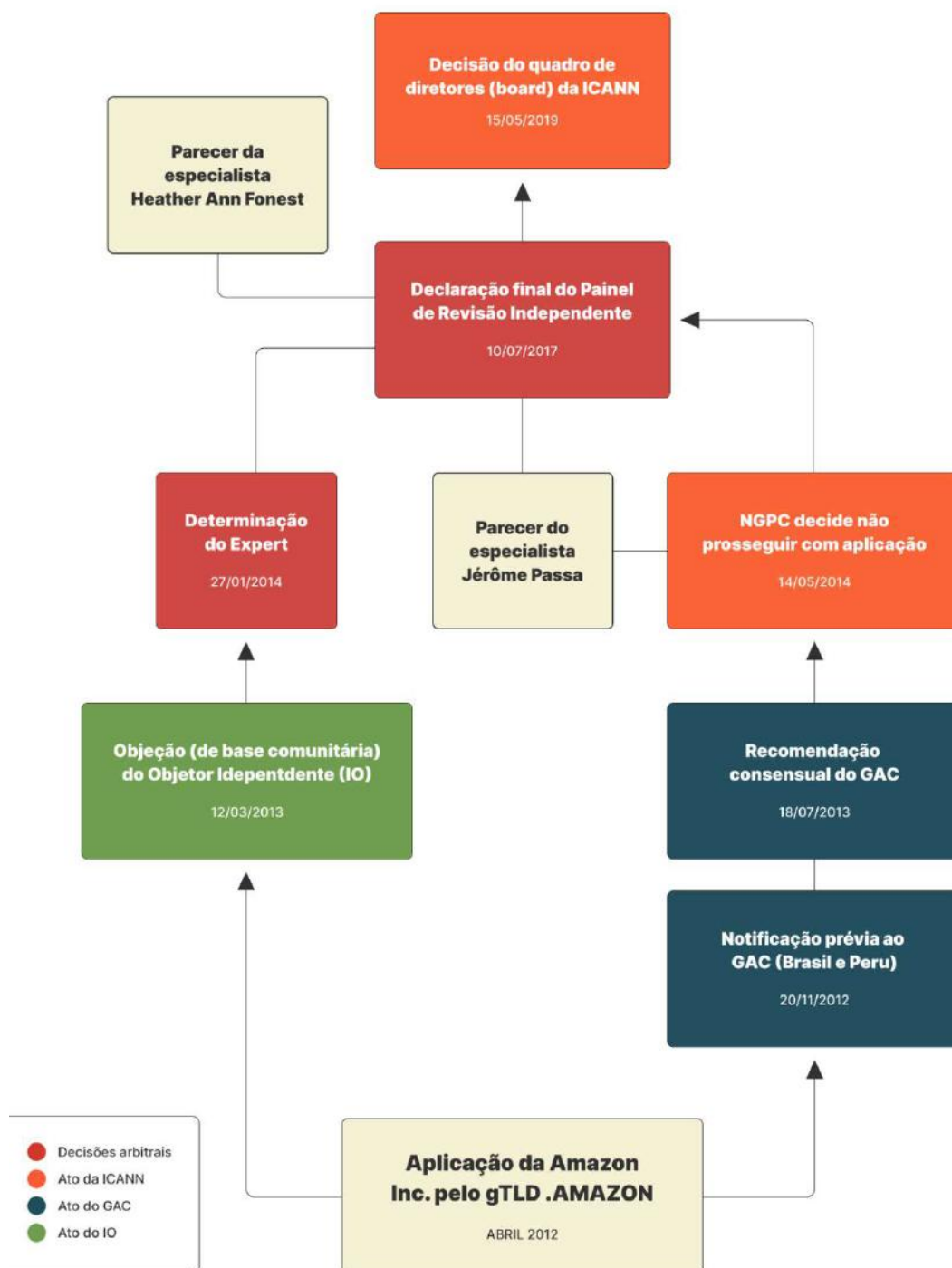
¹⁶⁷ Tradução livre de “*The Board is taking this action today in accordance with Board resolutions 2019.03.10.01-.07 and in recognition of all input received relating to the .amazon applications. The Board recognizes the need to balance concerns of all those involved, and to act fairly and transparently at all times. Indeed, the Board has considered the concerns raised regarding the .amazon applications at every stage of their processing through the New gTLD Program. However, the Board is also cognizant of the time that has lapsed since the .amazon applications were submitted in 2012, and since the Amazon corporation prevailed in its Independent Review Process (IRP) against ICANN in July 2017. Since that time, the ICANN Board and org have engaged with the Governmental Advisory Committee (GAC), ACTO, and the Amazon corporation in pursuit of a*

O texto corresponde ao “Por que o Conselho está abordando essa questão?”¹⁶⁸, a primeira a ser respondida nas razões (*rationale*) das resoluções 2019.05.15.13–2019.05.15.15. Porém, o único motivo explícito nela é a questão do lapso temporal. Essa justificativa, ainda que importante, isoladamente tem sérias limitações. Entretanto, o fato de esta ser a justificativa escolhida pelo *Board* como a principal de suas razões aponta para problemas mais profundos sobre governança e processos institucionais, como veremos no próximo capítulo.

mutually acceptable solution, as evidenced by the numerous meetings, proposals, and letters received on the topic of the .amazon applications over the past few years. The Board believed that its March 2019 resolution allowing a further, short period of time—following over a year of facilitation by the ICANN org President and CEO—before the Board made a final decision about whether to move toward delegation of the .amazon applications was appropriate and in line with requests by ACTO member states for additional time. The Board considered that this additional time could lead to a mutually acceptable solution regarding those applications. As of today, two months from the Board's March 2019 resolution, ACTO and the Amazon corporation have been unable to come to a mutually acceptable solution or agree on an extension of time for continued discussions. In light of this, the Board is now moving forward with the next steps laid out in Board resolution 2019.03.10.05 and is directing ICANN org to continue processing the .amazon applications toward delegation”.

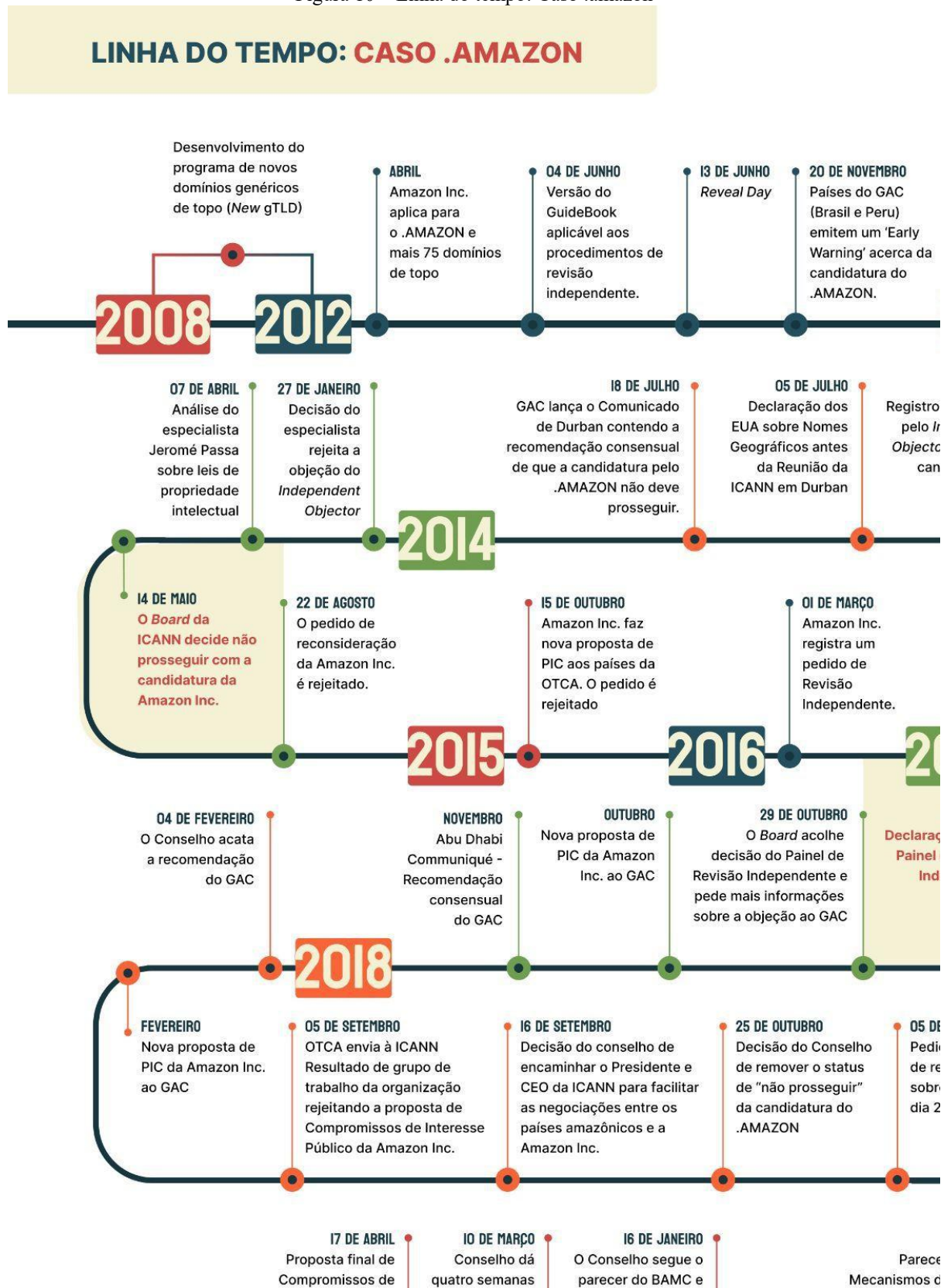
¹⁶⁸ Tradução de “Why is the Board addressing the issue?”.

Figura 9 – Diagrama



Fonte: Elaboração própria.

Figura 10 – Linha do tempo: Caso .amazon



5. COMENTÁRIOS AO CASO .AMAZON

Como mencionado anteriormente e demonstrado ao longo deste trabalho, o caso .amazon é bastante complexo e expõe uma série de questões sobre a atuação da ICANN, seu modelo de tomada de decisões e formas de participação. O processo também evidencia os conflitos existentes no seio da organização, indo de questões sobre legitimidade, soberania, clareza sobre procedimento e conceito, dentre muitos outros – todos intensificados pelo desafio de uma governança verdadeiramente global.

Entretanto, pelo escopo deste trabalho, tanto por ser um trabalho de conclusão de um curso de graduação, quanto por razões de fôlego, este capítulo se limitará a trazer apenas alguns apontamentos decorrentes da análise da disputa pelo .amazon, com foco no modelo multissetorial, com especial avaliação sobre a participação da sociedade civil interessada, no exercício do poder ordenador do espaço digital por parte da ICANN e nos direitos que prevaleceram ao final do processo.

5.1. Direito prevalente no processo de disputa pelo .amazon?

Em primeiro plano, a análise dos documentos centrais ao caso – notadamente os pareceres jurídicos comissionados e as duas decisões arbitrais (decorrentes da objeção do *Independent Objector* e do Painel de Revisão Independente) – evidencia que, no âmbito da ICANN, apenas um regime jurídico internacional foi realmente levado em consideração: **o regime da propriedade intelectual.**

Embora a ICANN esteja formalmente vinculada, por seus estatutos (*Articles of Incorporation*, 2.3¹⁶⁹) e pelo *Applicant Guidebook* (ICANN, 2012, p. 3-18), à observância de diferentes regimes do direito internacional, na prática sua atuação ignora essa pluralidade normativa. Em vez de ponderar diferentes sistemas de proteção jurídica internacional, a ICANN adota, quase exclusivamente, a lógica do direito de propriedade intelectual como parâmetro para avaliar disputas complexas como a do .amazon.

¹⁶⁹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Articles of Incorporation. ICANN, 1998. Disponível em: <https://www.icann.org/en/governance/articles-of-incorporation>. Acesso em: 22 jun. 2025.

De certa forma, isto pode parecer óbvio, pois estamos tratando a respeito do direito sobre um termo, um nome. Entretanto, outros direitos são tão relevantes quanto os direitos de propriedade neste caso, em especial se trouxermos aqui os direitos relacionados à identidade e autodeterminação, como apontado na carta dos professores de Direito enviada ao *Board* em 22 de abril de 2019. Isto porque, para além de um nome, um domínio de topo é um nome que se liga a um espaço a ser criado e controlado por alguma entidade – a qual, ainda que virtual, tem impactos concretos no mundo *offline*.

Ademais, a escolha pelos direitos de propriedade intelectual não é neutra. A ICANN afirma cumprir seu papel “em benefício da comunidade da Internet”, mas não explicita o que entende por “benefício”, tampouco define quem compõe essa comunidade. O que se observa, na prática, é que esse suposto benefício tem sido interpretado de forma implícita como a proteção e expansão de interesses comerciais vinculados a marcas globais – especialmente quando esses interesses estão ancorados em regimes jurídicos familiares à estrutura normativa da organização, como o da propriedade intelectual. Isso fica claro ao observar que, diante de uma disputa envolvendo também direitos relacionados à identidade, à autodeterminação e à proteção cultural, como no caso em análise, essas dimensões sequer foram analisadas com o mesmo grau de seriedade ou deferência.

Nesta seção daremos especial foco aos direitos humanos, pois é o único outro regime de direito internacional, diferente do direito de propriedade intelectual, trazido aos documentos analisados pelo *Board* através da carta supracitada. Além disso, os países da OTCA raramente invocaram outros diplomas de direito internacional, se apoiando da menção generalista sobre princípios do direito público internacional e nas próprias regras da ICANN sobre serem os países membros aqueles a detectarem questões de política pública relevantes.

Indo adiante, é interessante observar que enquanto as duas decisões arbitrais não trazem a expressão “*human rights*” (direitos humanos) nenhuma vez. Por outro lado, na decisão do *Expert* na objeção do IO, a expressão “*intellectual property*” (propriedade intelectual) também não aparece nenhuma vez, mas a expressão “*trademark*” (marca registrada) aparece em três oportunidades. Já a decisão final do IRP traz a expressão “*intellectual property*” duas vezes e a expressão “*trademark*” também aparece três vezes.

O mesmo padrão se observa nos pareceres jurídicos analisados: tanto no primeiro do Dr. Jérôme Passa, encomendado pela ICANN, quanto no parecer encomendado pela Amazon Inc., da Dra. Ann H. Forrest, o direito de propriedade intelectual tem papel central.

O parecer da Dra. Forrest traz menções à propriedade intelectual pelo menos 18 vezes no conteúdo de seu parecer. Contudo, em seu caso é compreensível, pois este é o seu foco de expertise. Por outro lado, seu parecer traz 6 menções à expressão “*human rights*” – e em nenhuma delas, de fato, comenta os direitos humanos.

Já o parecer do Dr. Passa, embora comissionado com a tarefa de “fornecer informações adicionais sobre questões específicas de aplicação da lei em disputa”¹⁷⁰ (Passa, 2014, p. 1), traz que a principal tarefa do especialista foi focar nos “motivos estritamente jurídicos no domínio do direito da propriedade intelectual, relacionados, em particular, com as regras do direito internacional ou com os princípios fundamentais”¹⁷¹ (*idem*, p. 3). O parecer também utiliza a expressão “*intellectual property*” 18 vezes. Ao mesmo tempo, a expressão “*human rights*” aparece três vezes, todas no ponto 17 do documento. Nele, o especialista explica que, dentro das razões submetidas a ele pela Amazon Inc., não poderia prosperar o argumento de direito à sua propriedade enquanto direito humano utilizando o conceito da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

É verdade que o Artigo 1º do Primeiro Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH) prevê o direito ao “gozo pacífico de (...) bens”, e que, em sua decisão no caso Anheuser-Busch vs. Portugal, de 11 de janeiro de 2007, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos estabeleceu que essa disposição “se aplica à propriedade intelectual como tal”.

No entanto, a Amazon não pode usar esse argumento para reivindicar um direito à atribuição do novo TLD ‘.amazon’.

De fato, em primeiro lugar, a apresentação de um pedido de delegação desse novo TLD de forma alguma garante à empresa a atribuição do TLD. (...)

Supondo que um pedido de delegação de um novo gTLD correspondente a uma marca registrada pelo requerente pudesse ser qualificado como um “bem” no sentido do Artigo 1º do Primeiro Protocolo Adicional — o que, a meu ver, é questionável —, de acordo com a análise do Tribunal Europeu, a rejeição desse pedido por parte da ICANN não constituiria uma violação ao gozo pacífico dessa posse.

Em segundo lugar, é inegável que as marcas registradas da empresa Amazon constituem bens no sentido da disposição mencionada.

No entanto, dado seu objeto e finalidade, **uma marca registrada não garante de forma alguma ao seu titular (como exposto na seção 15-2 e seguintes acima) o direito à delegação do TLD correspondente.** Como essa delegação não é uma prerrogativa do titular da marca, a recusa da atribuição do TLD não poderia ser

¹⁷⁰ Tradução livre de “*provide additional advice on the specific issues of application of law at issue*”.

¹⁷¹ Tradução livre de “*on strictly legal grounds in the field of intellectual property law relating, in particular, to the rules of international law or fundamental principles*”.

considerada uma violação ao direito de gozo pacífico do bem representado pela marca registrada.¹⁷² (Passa, 2014, p. 13, grifo nosso)

Este trecho é, inclusive, muito interessante, pois parece demonstrar um dos objetivos da empresa Amazon Inc. ao brigar pelo .amazon: tentar, através do sistema global do DNS, exercer um direito de propriedade intelectual que, por regra, é regional/nacional, de forma internacional. Isto é inclusive mencionado na decisão do IRP, mas em benefício da empresa, ao lembrar que esta possui o registro da marca Amazon em diversos países.

É importante notar que a observância **expressa** do sistema internacional de direitos humanos só foi inserida nas *Bylaws* da ICANN em 2016 a partir de uma alteração, liderada pela sociedade civil (Oever, 2019) – a partir da qual o respeito aos direitos humanos passou a figurar no rol de princípios fundamentais (*core values*) da organização. Entretanto, o grupo de trabalho que elaborou a estrutura de interpretação do regime de direitos humanos (HR-FOI)¹⁷³ dentro da ICANN só produziu seu relatório final em março de 2018. Um terceiro marco foi o relatório independente de avaliação dos impactos da implementação do HR-FOI, publicado em maio de 2019, no mesmo mês da decisão final sobre o caso .amazon. A questão ainda é objeto de debate dentro da ICANN, contando com um grupo de trabalho permanente, o *Cross-Community Working Party on ICANN and Human Rights* (CCWP-HR)¹⁷⁴.

Embora desde a sua criação em 1998, a ICANN estava obrigada a agir “em conformidade com os relevantes princípios do direito internacional e convenções

¹⁷² Tradução livre de “It is true that Article 1 of the First Additional Protocol to the ECHR provides for an entitlement “to the peaceful enjoyment of (...) possessions”, while in its *AnheuserBusch/Portugal* judgment of 11 January 2007¹⁴ the European Court of Human held that this provision “applies to intellectual property as such”. However, Amazon cannot use this argument to claim a right to the registration of the new TLD ‘amazon’. Indeed, firstly, filing an application for assignment of this new TLD in no way guarantees it the assignment of the TLD.(...) Supposing that an application for assignment of a new gTLD corresponding to a trade mark held by the applicant were to be qualified as a possession within the meaning of Article 1 of the First Additional Protocol, as is the case with an application for the registration of a trade mark – which in my view could be disputed –, according to the European Court’s analysis ICANN’s rejection of this application would not constitute a breach of the peaceful enjoyment of this possession. Secondly, the Amazon company’s Amazon trade marks undeniably constitute goods within the meaning of the aforementioned provision. However, given its subject matter and purpose, a registered trade mark does not in any way guarantee its holder (as set out in section 15-2 et seq. above) a right to the assignment of the corresponding new TLD. Since this assignment is not a prerogative of the owner of the trade mark, a refusal to assign the TLD could not be considered a breach of the right to peaceful enjoyment of the possession represented by the registered trade mark”.

¹⁷³ Human Rights Framework of Interpretation, sigla em inglês HR-FOI.

¹⁷⁴ Tradução para o português: “Grupo de Trabalho Intercomunitário sobre ICANN e Direitos Humanos”. Ver: The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. The ICANN Community’s Work on Human Rights (ICWOHR Overview). **ICANN Community Wiki**, 2025. Disponível em: <https://icann-community.atlassian.net/wiki/spaces/ICWOHR/overview>. Acesso em: 22 jun. 2025.

internacionais aplicáveis e da legislação local” (*Articles of Incorporation*, 4¹⁷⁵), a sociedade civil se viu impelida a incluir nas *Bylaws* a expressa menção ao respeito aos direitos humanos. Tal fato pode apontar para a hipótese de que, ainda que devessem de forma geral, o desenvolvimento das políticas da ICANN não incluía os diplomas de direitos humanos em suas considerações – necessitando, portanto, da sua inclusão expressa. Essa hipótese encontra respaldo no desfecho do caso .amazon, que ocorreu já após a entrada em vigor das novas *Bylaws* e da publicação do HR-FOI, mas em que as preocupações levantadas por acadêmicos, sobretudo no que tange aos impactos sobre os direitos das comunidades amazônicas, foram desconsideradas no processo decisório.

A despeito da inclusão expressa dos direitos humanos nas *Bylaws* ter acontecido durante o processo de disputa pelo .amazon, dentro do regime do direito internacional, tanto a ICANN, quanto a empresa Amazon Inc., deveriam ter elaborado um processo de consulta com as populações amazônicas sobre a delegação do domínio de topo. Isto porque, como apontado na carta dos professores britânicos, no âmbito da relação entre empresas e os direitos humanos, certos direitos (como o da autodeterminação) são conferidos às populações originárias pelo regime internacional de direitos humanos. A própria carta dos professores de Direito enviada ao *Board* da ICANN, em abril de 2019, reforça essa crítica: o fato de o domínio de topo representar mais do que um nome – por estar atrelado à gestão de um espaço virtual com implicações sociais, políticas e econômicas concretas – exigiria uma abordagem mais abrangente e sensível à multiplicidade de direitos em jogo.

Além disso, mesmo que fosse possível concluir que outros regimes internacionais não se aplicariam ao caso concreto, o mínimo exigível seria sua consideração – aqui incluso do regime de direitos humanos, e dos direitos indígenas, mas não limitados a esses. No entanto, se constata o completo silenciamento desses marcos jurídicos, ao sequer serem mencionados nas decisões arbitrais ou nos pareceres.

É importante destacar que a primeira sentença arbitral, embora tenha rejeitado a objeção comunitária apresentada pelo IO, reconheceu a existência de uma comunidade com forte vínculo com o nome (*string*) “.amazon”.

¹⁷⁵ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. *Articles of Incorporation of Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*, 21 November 1998. ICANN, 21 nov. 1998. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/governance/documents/articles-of-incorporation-of-internet-corporation-for-assigned-names-and-numbers-21-11-1998-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

No entanto, a decisão também sugeriu que a ausência de comentários ou de uma objeção formal por parte de representantes dessas populações indicaria que, possivelmente, elas não teriam interesse direto na disputa ou não se oporiam à delegação do domínio “.amazon” à empresa multinacional.

88. (...) O aplicante [a empresa Amazon inc.] aponta para a OTCA, da qual oito Estados são membros e quatro fazem parte do Comitê Consultivo Governamental da ICANN, para os milhões de pessoas que vivem e fazem negócios na região, para os muitos grupos ambientais que trabalham para preservar o meio ambiente da região e para os representantes dos povos indígenas. O Candidato observa que, apesar de terem conhecimento do processo e dos meios para apresentar objeção, nenhum desses possíveis opositores sentiu a necessidade de apresentar uma objeção, ou mesmo de comentar ou manifestar preocupação em relação às Candidaturas (...). (...) 93.(...) No entanto, é difícil ignorar o argumento de que havia muitas outras partes defendendo interesses potencialmente afetados pelas Candidaturas (grupos ambientais, representantes das populações indígenas, entre outros) que poderiam ter manifestado algum tipo de oposição às Candidaturas, caso estivessem realmente preocupadas com as consequências. Especialmente considerando a relevância de ao menos algumas dessas organizações, **é implausível que nenhuma delas tivesse conhecimento das Candidaturas.**¹⁷⁶ (International Chamber of Commerce, 2014, p. 20-21)

Essa visão também foi apresentada no voto majoritário do IRP. Em um primeiro momento, tal afirmação pode causar estranhamento entre aqueles que conhecem a realidade de conectividade e acesso a direitos das populações amazônicas – a mais desafiadora dentre as regiões brasileiras. Contudo, é natural que, em um segundo momento, surja a pergunta: afinal, ao longo dos sete anos de tramitação dessa disputa, por que as populações dos países envolvidos, ou das regiões amazônicas, não se manifestaram sobre o tema?

Uma investigação mais atenta revela que, sim, houve manifestações de usuários da internet oriundos dessas regiões. Contudo, por razões ainda a serem esclarecidas, essas manifestações não foram registradas nos documentos oficiais do processo – como será demonstrado a seguir.

¹⁷⁶ Tradução livre de “*The Applicant points to OTCA, 8 of which eight States are members and four are on ICANN’s Governmental Advisory Committee, to the millions of people who live and do business in the region, to the many environmental groups working to preserve the region’s environment and to the representatives of its indigenous peoples. The Applicant notes that, despite having knowledge of the process and the means to object, none of these potential opponents felt the need to file an objection, or even to comment or register concern regarding the Applications in the Applications Comments Forum or to oppose them in ICANN’s At-Large Advisory Committee (“ALAC”), including the Regional At-Large Organization (“RALO”) for Latin America and the Caribbean Islands. (...) However, it is difficult to ignore the argument that there were many other parties defending interests potentially affected by the Applications (environmental groups, representatives of the indigenous populations and so on) that could have voiced some form of opposition to the Applications, had they been seriously concerned about the consequences. Particularly given the standing of at least some of those organizations, it is implausible that none of them would have been aware of the Applications*”.

5.2. A (tentativa de) participação das populações da região e dos países amazônicos

Inicialmente, apenas um documento dentre aqueles revisados pelo *Board* traz pistas da participação da população da região amazônica: as resoluções de 2013 citadas pela nota pública do CGI.br. Isto porque a Resolução CGI.br/RES/2013/011 e, em especial, a Resolução CGI.br/RES/2013/022 falam sobre a consolidação de oposição do Comitê Gestor brasileiro contra a aplicação do .amazon e o lançamento de uma campanha chamada “Nossa Amazônia”, liderada pelo referido comitê.

O CGI.br é a entidade responsável por coordenar o funcionamento e estabelecer diretrizes relacionadas à governança do domínio de topo nacional (.br). Sua estrutura organizacional guarda semelhanças importantes com a da ICANN, uma vez que também adota o modelo multissetorial e toma decisões com base no princípio do consenso entre os membros do comitê. De maneira análoga ao arranjo entre a ICANN e a IANA, no contexto brasileiro, o CGI.br delibera sobre questões políticas, enquanto seu braço executivo, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), faz a gestão técnica do ccTLD “.br”.

Entretanto, a composição do “*board*” do CGI é diferente da ICANN. Enquanto na ICANN o quadro de diretores é composto por representantes dos grupos de apoio da instituição, com pessoas da própria comunidade da ICANN, no Comitê gestor brasileiro a diretoria é composta por pessoas eleitas pelas comunidades técnica, acadêmica, setor privado, sociedade civil e pessoas apontadas pelo Governo Federal, sendo o coordenador/a sempre apontado pelo Estado brasileiro.

Ademais, o CGI.br foi a primeira organização estruturada sob o modelo multissetorial a ser criada especificamente para gerir um domínio de topo de país (ccTLD), diferentemente do que ocorre em outros contextos nacionais – nos quais a administração do ccTLD é frequentemente delegada a entidades privadas, empresas ou diretamente controlada por órgãos estatais. Além disso, o CGI.br é amplamente reconhecido no campo da governança da Internet como uma referência de gestão desse recurso estratégico, inclusive por figuras centrais na história do desenvolvimento da própria Internet enquanto tecnologia (CGI.br, 2025). Esse reconhecimento internacional do órgão confere à entidade uma posição de destaque dentro da governança da internet e dá uma ideia da importância das posições assumidas pela entidade. Nesse sentido, causa estranhamento que a campanha liderada pelo CGI.br contra a

aplicação pelo nome de domínio de topo .amazon não tenha sido mencionada em nenhum outro documento da disputa analisada.

Buscando pela campanha e o site indicado na resolução, o domínio <www.nossaamazonia.org.br> não está mais no ar. Entretanto, em uma busca no *Wayback Machine*, aplicação da *Internet Archive* que faz o registro de conteúdos e sites da Internet em diferentes momentos, é possível localizar o site e ter acesso às suas versões de 2013 a 2016. Neste último registro, de dezembro de 2016, o site continha um abaixo assinado que apontava para a assinatura de mais de oito mil pessoas, além do apoio de diversas organizações incluindo a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e o Grupo de Trabalho Amazônico – Rede GTA¹⁷⁷, uma organização da sociedade civil que “articula mais de 600 entidades que incluem pescadores, seringueiros, agricultores familiares, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, quilombolas, castanheiros, ambientalistas, pesquisadores, rádios comunitárias, ONGs de assessoria e de direitos humanos” (GTA, s.d., p. 2) na região amazônica.

Através desse site, também chegamos à ciência de uma campanha realizada pelo Senado brasileiro contra a delegação do domínio de topo e divulgação da campanha liderada pelo CGI (Matsuki, 2013; Rádio Senado, 2013). A campanha incluiu um ato no Senado e a emissão de uma posição pela Comissão de Relações Exteriores também contra a aplicação do domínio. Importa notar que tanto o site quanto os materiais da campanha localizados estavam em português.

De volta ao CGI.br, verificando as atas das reuniões do quadro de diretores em 28 de junho de 2013¹⁷⁸, o comitê decidiu que a “resolução de contestação e o relato sobre todas as ações e manifestações realizadas em defesa ao .amazon” seriam enviados ao IO para que este ficasse “ciente de todas ações que estão sendo realizadas pelo Brasil com relação ao .amazon”. No entanto, em reuniões posteriores, não há registro claro sobre os desdobramentos dessa comunicação, tampouco sobre os motivos pelos quais tais manifestações não foram mencionadas na objeção formal apresentada pelo IO.

¹⁷⁷ Ver: <<https://www.instagram.com/redegta/>>.

¹⁷⁸ CGI.br. Ata da Reunião de 28 de junho de 2013. **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 28 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.cgi.br/reunioes/ata/2013/06/28/>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

A campanha, entretanto, seguiu. Em setembro de 2013, foi realizado em Belém (PA) o III Fórum da Internet no Brasil (FIB) como uma tentativa de estabelecer “pontes de diálogo entre as redes mais difusas da região com as redes mais consolidadas do país” (Lobato, 2018, p. 303). O evento levou à região norte do país a oportunidade de que atores locais pudessem opinar sobre os principais debates daquele momento – em que a disputa pelo .amazon teve papel de destaque. No contexto do FIB 2013, foi também promovido o 1º Fórum de Ativistas Digitais da Amazônia¹⁷⁹, que resultou na elaboração de um documento coletivo no qual diversas organizações locais manifestaram formalmente seu apoio à campanha “Nossa Amazônia”¹⁸⁰, reforçando o posicionamento das comunidades amazônicas contra a apropriação privada do nome “amazon”.

Novamente, além da carta pública do CGI.br de abril de 2019 listada na decisão do *Board*, essas declarações, tanto do comitê, quanto da comunidade de ativista e sociedade civil como um todo, ou mesmo a menção à campanha, não aparecem em lugar algum dos documentos revisados ou citados – incluindo, por exemplo, o relatório do grupo de trabalho da OTCA.

Poder-se-ia argumentar, neste ponto, que tais mobilizações ocorreram à margem da estrutura institucional da ICANN e por isso não foram formalmente submetidas à sua consideração nem às instâncias arbitrais envolvidas. No entanto, essa linha de raciocínio ignora um aspecto fundamental do próprio modelo multissetorial: sua natureza “flexível”, marcada pela atuação de diversos atores em diferentes níveis de formalização e institucionalização.

A governança da Internet está, portanto, distribuída entre uma série de entidades nas quais a configuração e o **nível de formalização** do modelo multissetorial variam. O modelo multissetorial representa uma inovação em termos de governança, pois permite a tomada conjunta de decisões por diferentes partes interessadas e a participação aberta de indivíduos e organizações. Embora a governança multissetorial não seja uma característica exclusiva do campo da governança da Internet, não há outra área em que esse modelo tenha sido adotado de forma tão ampla.¹⁸¹ (Oever, 2019, p. 38-39, grifo nosso)

¹⁷⁹ Blogosfero. AmazonWeb e Fórum da Internet no Brasil fazem de Belém a capital do ativismo digital.” **Blogosfero**, [s.d.]. Disponível em: <<http://blogosfero.cc/amazonweb/blog/amazonweb-e-forum-da-internet-no-brasil-fazem-de-belem-a-capital-do-ativismo-digital>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹⁸⁰ Blogosfero. AmazonWeb. **Blogosfero**, [s.d.]. Disponível em: <<http://blogosfero.cc/amazonweb>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹⁸¹ Tradução livre de “Internet governance is thus distributed over a range of bodies in which the configuration and level of formalization of the multistakeholder model varies. The multistakeholder model represents an innovation in governance, because it allows for joint decision making by different stakeholders, and openness of

Ainda que a ICANN seja, entre as instâncias da governança da Internet, uma das mais formalizadas, sua própria estrutura contempla múltiplos graus de informalidade (Oever, 2019), o que permitiria, ao menos em tese, o registro dessas mobilizações nos documentos oficiais do processo decisório. Além disso, mesmo se admitirmos como válida a alegação de que manifestações externas à instituição não deveriam constar nos documentos, o que dizer das manifestações que ocorrem no interior da própria comunidade da ICANN e, ainda assim, não são refletidas nos registros oficiais da disputa?

Durante o processo de pesquisa exploratória, foi possível localizar uma carta datada de 21 de junho de 2017 e endereçada ao *Board* da ICANN, na qual se destacava a importância de garantir a escuta das populações amazônicas no contexto da disputa pelo domínio .amazon. O documento é assinado por 16 pessoas do Brasil, Peru, Venezuela, Bolívia, Guiana e Colômbia, todos atuantes no campo da governança da Internet – em especial na ICANN, embora não exclusivamente. No entanto, apesar de sua relevância, a correspondência não consta no portal oficial da ICANN destinado ao registro de comunicações oficiais da organização¹⁸².

Atualmente, é possível ter acesso ao documento pelo registro de discussões realizado pelo *Non-commercial Stakeholders Group* (Grupo de Partes Interessadas Não Comerciais, na sigla em inglês NCSG)¹⁸³. Além disso, a carta voltou a estar disponível em seu site original, hospedado pela rede *BestBits*¹⁸⁴, uma coalizão global da sociedade civil voltada à governança da Internet, criada em 2012 e encerrada em 2019, conforme descrito na própria página¹⁸⁵.

O conteúdo da carta é curto, mas bastante contundente. Ele afirma que a população da amazônia pode falar por si mesma e que qualquer decisão sobre o nome da região, em

participation by individuals and organizations alike. While multistakeholder governance is by no means a unique feature of the Internet governance field, there is no other area in which this model has been so widely embraced.”

¹⁸² The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Correspondence. ICANN, atualizado periodicamente. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/pages/correspondence>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹⁸³ Noncommercial Stakeholders Group (NCSG). “Amazonians speak about .amazon.” **NCSG-DISCUSS Mail List**, 11 jul 2017. Disponível em: <<https://listserv.syr.edu/scripts/wa.exe?A2=1708&L=NCSG-DISCUSS&D=0&H=A&P=17639521>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹⁸⁴ Disponível em: <<https://bestbits.net/amazon/>>.

¹⁸⁵ Atualmente, ao visitar o site, ele apresenta uma janela de apresentação que anuncia o fim da organização e traz a mensagem “Este site é Este site agora é apenas para fins de registro” (“*This site is now for archival purposes only*”).

qualquer idioma, era de interesse de sua população. Além disso, o documento também critica os dois lados da disputa, tanto a empresa Amazon Inc., quanto os governos dos Estados da região amazônica.

Em relação à Amazon Inc., os signatários afirmam de forma direta: “se [a empresa] vai usar nosso nome, pelo menos nos reconheça, nos respeite”. Quanto aos Estados nacionais da região, o documento questiona a legitimidade da representação dos povos indígenas por parte de governos que, segundo os autores da carta, não são reconhecidos por essas comunidades como seus representantes legítimos.

Diante das reviravoltas no processo do novo gTLD .amazon, **muitas partes se manifestaram alegando estar agindo “em benefício dos povos da Amazônia”** e afirmando que estavam fazendo o que seria melhor para o desenvolvimento da região.

Nem uma vez sequer, durante todo esse tempo, alguém se preocupou em perguntar o que pensamos ou o que acreditamos ser o melhor para a nossa região.

Bem, gostaríamos de pedir a todas as partes que parem de falar sobre nós como se não pudéssemos falar por nós mesmos.

(...) **Então, por que todos insistem em falar sobre nós sem nos ouvir?**¹⁸⁶

(Noncommercial Stakeholders Group. 2017, grifos originais)

Importante notar que a carta aponta para questões trazidas pelos professores britânicos dois anos antes do desfecho do caso. Ela também não declara se a população é a favor ou não da delegação do domínio de topo, mas afirma de forma categórica a necessidade da escuta direta da população amazônica. Além disso, o texto vem de integrantes até então ativos na comunidade da ICANN, participantes dos grupos de suporte ao *Board*¹⁸⁷.

Mais à frente no processo, já próximo à sua resolução, também é possível ter acesso ao registro das discussões do LAC, a comunidade da América Latina e Caribe na ICANN, sobre a elaboração de uma nova carta para envio ao *Board* em março de 2019¹⁸⁸. Através da

¹⁸⁶ Tradução livre de “*In light of the twists in the process of the new gTLD .amazon, many parties have come forward speaking “for the benefit of the people of the Amazon” and staking their claim that they were doing what is best for the region development. Not once, during all this time, anyone cared to ask what our thoughts are or what we think the best for our region is. Well, we would like to ask all parties to stop talking about us as if we can’t speak for ourselves. (...) So why does everyone insists on talking about us without listening to us?*” (texto original, mantido os erros de redação).

¹⁸⁷ A exemplo disso, uma das pessoas a subscrever a carta é Raquel Aquino Ribeiro, que já foi presidente (*chair*) do Grupo de Usuários Não Comerciais (*Non-Commercial Users Constituency*, NCUC).

¹⁸⁸ LAC. carta .amazon. lac-discuss-em. Lists ICANN, 29 mar. 2019. Disponível em: <<https://lists.icann.org/hyperkitty/list/lac-discuss-en@icann.org/thread/DPKXM5ZZZQLJJGNG5LDH46MMB3MZIJDV/>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

discussão também foi possível ter acesso à minuta do documento¹⁸⁹. Entretanto, novamente não é possível verificar se a carta foi enviada aos diretores da organização, pois ela também não foi localizada nas correspondências oficiais da ICANN. Além disso, a minuta cita a carta enviada pela sociedade civil em 2017, como descrita no documento, afirmando que o *Board* não tinha dado nenhum retorno sobre seu conteúdo.

O documento reafirma que as pessoas da região não foram ouvidas apesar “da última resolução [...] mencionar ‘discussões entre os estados membros da OTCA e a corporação Amazon’ sem ouvir as vozes de nós, as pessoas que vivem nesta região”¹⁹⁰, dando a entender que, para ocorrer uma escuta completa dos países amazônicos, deveria ser incluído o diálogo direto com a população da região.

O documento repete em grande parte os argumentos trazidos na carta de 2017, afirmando ainda que a população amazônica “não quer ter que pagar para usar o nosso próprio nome a uma corporação estrangeira, que vai usar o novo nome para lucro”¹⁹¹. Este último trecho é uma imprecisão, dado que uma vez delegado o .amazon se trata de um “*brand gTLD*”, não podendo ser comercializado ao público geral. Isto quer dizer que mesmo que quisessem pagar para ter acesso ao domínio de topo, seria pouco provável que as populações amazônicas teriam acesso ao .amazon.

Além disso, a carta também aponta para a existência, naquele momento, de uma controvérsia no seio da ICANN sobre o uso de nome geográficos – para o qual a organização ainda não tinha um consenso. O documento ainda acusa a Amazon Inc. de estar interferindo no grupo de trabalho que conduz o debate para que não acontecesse com o .amazon o que aconteceu com o .patagônia¹⁹² – domínio de topo requisitado pela empresa de itens esportivos americana de mesmo nome, que retirou sua candidatura após um Conselho Consensual do GAC em 2013 (Murphy, 2013).

¹⁸⁹ LACRALO Opposition of civil society in the Framework of the organizations that form LACRALO to the Delegation of .amazon. Google Docs, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1hlubhnb_nTamU511QEJxgrx7wm-Ch7jso-olFLU5228/edit. Acesso em: 22 jun. 2025.

¹⁹⁰ Tradução livre de “*the latest resolution (...) mention “discussions between the ACTO member states and Amazon Corporation” without hearing the voices of us the people who live in this region*”.

¹⁹¹ Tradução livre “[*we*] do not want to have to pay to use our name to any foreign corporation, who will use our name for profit”.

¹⁹² The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. “Application Details – New gTLD Application #1466.” ICANN–New gTLD Current Application Status, atualizado regularmente. Disponível em: <https://gtldresult.icann.org/applicationstatus/applicationdetails/1466>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

A Carta é acompanhada de uma declaração que indica se tratar de uma manifestação advinda dos indivíduos e organizações ligadas à LACRALO, a organização regional da América Latina e Caribe do comitê *At-Large*, a qual reúne os usuários individuais da Internet. A declaração de forma geral repete o conteúdo da carta, com a exceção do seguinte trecho:

Nada impede que os administradores dos Estados possam, no futuro, terceirizar a exploração e o desenvolvimento desses domínios, mas é de vital importância compreender que esse grupo finito de domínios (diferente do número infinito de domínios genéricos) deve permanecer sob a interferência dos Estados, que devem ter a liberdade de usá-los ou não.
Ninguém pode exercer um direito superior ao da liberdade dos povos de um país ou região e ao da autodeterminação.¹⁹³ (LACRALO, 2019)

Novamente, não foi possível verificar se este documento foi submetido ao *Board* por não constar nas correspondências oficiais disponibilizadas publicamente. Entretanto, diferente das outras, é possível ter acesso a discussões sobre a produção da carta dentro da interface de discussões da comunidade no portal da ICANN, ou seja, dentro de sua estrutura. Assim, é difícil entender o motivo pelo qual tais manifestações tão contundentes vindas da própria comunidade da corporação não aparecem em nenhum momento nos documentos analisados pelo *Board* para tomar a decisão de maio de 2019.

Diversas são as dificuldades de acesso ao debate dos grupos externos à institucionalidade de organização desconhecida da maior parte do público (Jongen; Scholte, 2021) como veremos a seguir. Quando esse contexto se encontra com a realidade da região menos conectada à Internet do território brasileiro (Lobato, 2018) – condição que, muito provavelmente, se repete nos demais países amazônicos –, o resultado é a intensificação das barreiras à participação efetiva. Mais preocupante, no entanto, é o fato de que, mesmo quando atores da região conseguem superar essas barreiras e mobilizar-se para inserir suas preocupações no âmbito da ICANN, suas vozes continuam sendo desconsideradas ou ignoradas no processo decisório. A análise dos documentos relacionados ao caso revela uma notável ausência de sensibilidade quanto às desigualdades estruturais que afetam os diferentes atores envolvidos.

¹⁹³ Tradução livre de “*There is nothing to prevent States administrators from being able in the future to outsource their exploitation and development, but it is vitally important to understand that this finite group of domains (as opposed to an infinite number of generic domain names) must be left under the interference of States who must have the freedom to use them or not. No one can exercise a higher right to freedom of the peoples of a country or region and to self-determination*”.

O foco na formalidade do procedimento e as camadas burocráticas que tornam, inclusive a presente pesquisa, um exercício de reconstrução fragmentada do processo decisório, revelam como a abertura à participação multissetorial dentro da ICANN muitas vezes esbarra em práticas excludentes. Tais problemas apontam para questões graves no modelo multissetorial, especialmente para uma organização que exerce poderes reguladores-ordenadores sobre recursos globais como o DNS. É isso que veremos na próxima seção.

5.3. Caso .amazon e o regime regulatório da ICANN

Como explicado nos capítulos introdutórios deste trabalho, o modelo multissetorial surge como solução para diversas crises do modelo multilateral – em especial críticas relacionadas à sua eficiência, relacionado principalmente à sua morosidade, e questões sobre participação no processo de decisão.

Neste sentido, ao ser um modelo baseado na participação de vários *stakeholders* – ou seja, os atores que teriam os seus interesses impactados por tal decisão –, em tese, tal modelo seria mais justo. Ao sair das “amarras” do direito público internacional, das estruturas multilaterais da ONU e sua burocracia, o processo multissetorial, mais informal, regido por entes privados, seria mais rápido em alcançar soluções para as políticas públicas às quais seria aplicado.

No entanto, como demonstra o caso .amazon, a prática revela contradições profundas que desafiam as promessas normativas do modelo. A exigência de que as manifestações sigam formas e canais institucionais rígidos, em inglês, com prazos e procedimentos pouco claros para quem está fora da comunidade da ICANN, impõe obstáculos quase intransponíveis para a maior parte da população mundial, em especial aquelas mais vulnerabilizadas – como a população amazônica –, que além das limitações técnicas, enfrentam desafios históricos como exclusão política, desigualdades educacionais e precariedade de infraestrutura.

Como resultado, mesmo quando há mobilizações relevantes da comunidade atingida externa à ICANN, ou mesmo da comunidade participante da organização, essas manifestações tendem a ser desconsideradas ou invisibilizadas por não atenderem plenamente aos requisitos formais exigidos por uma estrutura que, paradoxalmente, afirma buscar a participação multissetorial.

Uma das razões para essa realidade, aponta Hoffman (2016), se trata da constante pressão por legitimidade sob a qual são submetidas tais organizações. Tal pressão leva a criação de intrincadas estruturas organizacionais e regras de participação que acabam por desenvolver um processo de burocratização dessas organizações.

Para lidar com a diversidade interna e cumprir as normas de legitimidade, as estruturas multissetoriais tendem a se tornar cada vez mais complexas e burocráticas com o tempo, o que, por sua vez, torna a participação demorada e cada vez mais difícil. Como resultado, membros com recursos escassos podem deixar de contribuir ou sequer ingressar desde o início. A burocratização, como resposta à pressão externa, tem efeitos excludentes que podem gradualmente deslegitimar todo o esforço (Boström e Tamm Hallström 2013, p. 105; Moog, Spicer e Böhm 2014, p. 485).

A autora explica que a pressão pelo reconhecimento das diferenças e da participação de diversos grupos de *stakeholders*, incluindo os desequilíbrios de poder entre eles, faz com que a ICANN sempre esteja sob pressão para alcançar uma representação justa dos grupos. Entretanto, de forma geral, as respostas vêm na forma de reformas que aumentam a complexidade da estrutura organizacional da ICANN.

Tal contexto, ao se confrontar com novas realidades, por exemplo, ao se dispor a expandir o DNS, esbarra nos interesses de grupos e populações ainda mais diversos. Esses atores, com condições materiais das mais diferentes e desafiadoras, também desejam participar do debate, mas enfrentam uma “barreira de entrada” (importando o termo do direito concorrencial) altíssima para poderem ser ouvidas. A ICANN, por sua vez, ao invés de buscar uma abertura que possibilite a participação desses grupos, a organização “dobra a aposta”, reafirmando seus procedimentos – como visto no caso do .amazon. Neste sentido, quando olhamos especificamente para o tema de legitimidade institucional da ICANN, encontramos respostas parecidas.

Uma pesquisa conduzida por Jongen e Scholte (2024) buscou investigar as percepções internas sobre a legitimidade da ICANN a partir da aplicação de um questionário direcionado aos seus próprios participantes. O estudo examinou como diferentes dimensões – o propósito institucional, os procedimentos adotados e a performance organizacional – influenciam a construção da legitimidade da entidade. A pesquisa teve como objetivo central compreender quais elementos são considerados, pela comunidade da ICANN, como fontes legitimadoras da

autoridade da organização, explorando as crenças e valores que sustentam a aceitação da sua atuação por seus *stakeholders*.

O estudo empírico chegou à conclusão de que, “de modo geral, o propósito institucional e os procedimentos (legitimidade de entrada) explicam uma variação maior nas percepções de legitimidade entre os participantes da ICANN do que o desempenho institucional (legitimidade de saída)”¹⁹⁴ (Jongen; Scholte, 2024, p. 17). Ou seja, a comunidade da ICANN entende que sua legitimidade está mais associada aos procedimentos e às regras internas da organização do que, por exemplo, aos resultados concretos de suas atividades. Ademais, o artigo aponta que a participação inclusiva (procedimento) e a distribuição justa de benefícios (resultado de desempenho) não explicam variações de crenças sobre legitimidade da organização.

Figura 11 – “Quais qualidades institucionais os respondentes consideram importantes para a ICANN? (Médias, dados ponderados)”

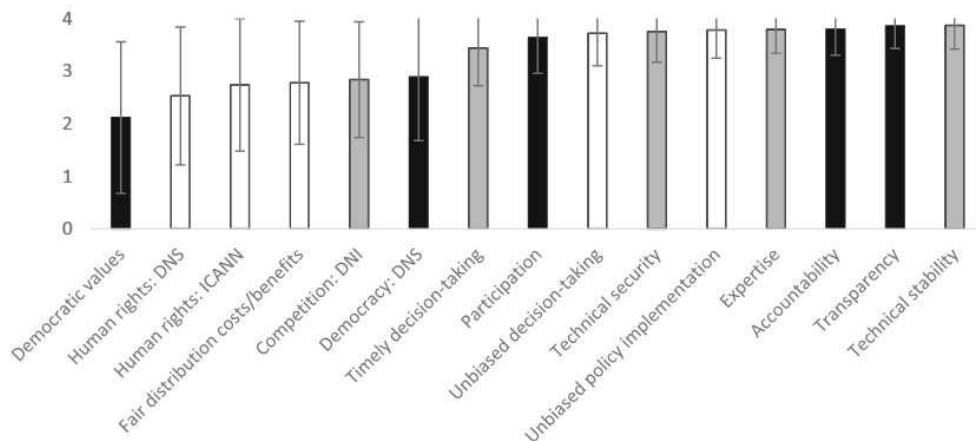


Figure 1 What institutional qualities do respondents find important for ICANN? (Means, weighted data).

Fonte: Jongen e Scholte, 2024, p. 7.

Outro estudo empírico de Jongen e Scholte (2022) mostrou que, embora os participantes percebessem uma assimetria substancial de poder estrutural¹⁹⁵ dentro da ICANN e achassem isso problemático, tais percepções não eram associadas a percepções de legitimidade da organização. O estudo mostra, mais uma vez, que os participantes “tendem a basear suas

¹⁹⁴ Tradução livre de “On the whole, institutional purpose and procedure (input legitimacy) account for larger variation in legitimacy views held by ICANN participants than institutional performance (output legitimacy)”.

¹⁹⁵ A pesquisa aponta que os participantes percebem fortes assimetrias estruturais de poder, especialmente relacionadas ao uso do inglês no desenvolvimento das atividades da ICANN, a questões geopolíticas (norte-sul global), e também a fatores como idade, etnia/raça e gênero. Tais desigualdades são avaliadas como mais preocupantes por aqueles que pertencem aos grupos mais diretamente afetados por essas assimetrias, revelando uma correlação entre a percepção do problema e a posição ocupada na estrutura desigual.

crenças sobre a legitimidade do regime mais em outras considerações, como procedimentos responsáveis, desempenho técnico eficaz e benefícios pessoais”¹⁹⁶ (Jongen; Scholte, 2022, p. 688).

Estes dados estão ligados à crença bastante enraizada na comunidade da ICANN de que suas funções são puramente técnicas e não políticas (Oever, 2019¹⁹⁷; Jongen e Scholte, 2024, p. 8). Entretanto, como visto no caso .amazon, a crença de que a ICANN seria puramente uma organização de técnicos não prospera. A função de organização, de definir o que existe ou não, quem controla um gTLD e quem não controla, quem tem acesso ou quem não tem acesso ao usufruto desses recursos são todas decisões ligadas a questões políticas e não técnicas e impactam de forma profunda diversos direitos, incluindo os direitos humanos.

Isto porque, ao olhar com cuidado para sua atribuição na Governança da Internet e os impactos de suas decisões, a ICANN, embora estruturada como uma corporação privada sem fins lucrativos, desempenha funções as quais se aproximam do que o direito administrativo tradicional reconheceria como o exercício do poder de polícia – um poder administrativo historicamente associado com o poder dos Estados nacionais.

Se por um lado os participantes de ICANN negam seu papel regulador, apontando uma função simplesmente técnica, por outro lado a literatura especializada na ICANN, mas leiga aos conceitos legais, usa o termo “regular” para as funções da ICANN com frequência (Oever, 2019; Jongen e Scholte, 2024, 2022; Hoffman, 2019). E na perspectiva do direito administrativo?

Relacionado historicamente com o uso absoluto ou autoritário do poder do estado, o poder de polícia já foi definido pela doutrina como a “faculdade de que dispõe a Administração Pública para **condicionar e restringir o uso e gozo de bens**, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado” (Meirelles, 1976, p. 2, grifo nosso). Tal conceito é derivado da “supremacia geral que o Estado exerce em seu território” (Meirelles, 1976, p. 3) e esteve ligado à ideia da submissão do cidadão ao ente

¹⁹⁶ Tradução livre de “(...) ICANN participants tend to base their legitimacy beliefs towards the regime more on other considerations, such as accountable procedures, effective technical performance and personal benefits”.

¹⁹⁷ “Steve Crocker e outros argumentaram várias vezes que a ICANN tinha uma função puramente técnica e, portanto, não impactava os direitos humanos. (tradução de ‘Steve Crocker and others made the argument several times that ICANN had a purely technical function, and that it therefore did not impact on human rights’)” (Jongen e Scholte, 2022, p. 50).

estatal, produto do exercício de sua soberania e à propriedade de autoexecutoriedade que o Estado tem das suas próprias decisões.

Entretanto, a partir do processo de democratização, o poder de polícia passou por transformações ligadas ao processo de constitucionalização do poder do Estado – ou seja, a existência de Constituições limitando o poder estatal. Gustavo Binenbojm (2021) descreve profundamente o processo histórico, político e social de constitucionalização do poder de polícia e define o conceito da seguinte forma:

Adotando uma postura pragmática em relação às disputas meramente terminológicas, as expressões poder de polícia (em sentido estrito), polícia administrativa, atividade ordenadora e ordenação econômica e social são aqui empregadas como sinônimas, num acordo semântico centrado na definição ora proposta: **o poder de polícia é a ordenação social e econômica que tem por objetivo conformar a liberdade e a propriedade, por meio de prescrições ou induções**, impostas pelo Estado ou por entes não estatais, destinadas a promover o desfrute dos direitos fundamentais e o alcance de outros objetivos de interesse da coletividade, definidos pela via da deliberação democrática, de acordo com as possibilidades e os limites estabelecidos na Constituição. (Binenbojm, 2021, p. 83, grifo nosso)

Assim, ainda que o conceito seja tradicionalmente ligado ao poder dos Estados nacionais de “fazer valer” suas regras, cabe aqui analisar o papel *de facto* exercido pela ICANN. Organizações, mesmo que de natureza privada e internacionais/transnacionais, que atuam para ordenar e organizar o espaço digital, exercendo tal autoridade, se revestem de um verniz público que atrai tal conceito.

Essas organizações são essencialmente privadas e multissetoriais, incorporando representantes de diferentes grupos em suas discussões e processos decisórios (nota de rodapé 227). Contudo, suas funções contêm “notas que também aparecem no direito administrativo dos Estados nacionais (já que pretende[m] regular e disciplinar comportamentos em vista de certas finalidades coletivas)” (nota de rodapé 228). Guardam, assim, uma essência pública, razão pela qual é frequente a sua associação, pela literatura acadêmica, ao surgimento de um “direito administrativo desterritorializado” (nota de rodapé 229) (...). (Keller, 2019, p. 86)

Neste sentido, autores como Gunther Teubner (2012) discorrem sobre a caracterização de um constitucionalismo global e de um direito administrativo global a partir de tais experiências. Entretanto, esta discussão foge ao presente trabalho. O que nos interessa neste momento é a caracterização (ou não) das funções da ICANN como exercício de (certo) poder de polícia. Isto porque, ao ordenar, limitar ou autorizar comportamentos no interesse de um “bem coletivo” (neste caso “em benefício dos usuários da internet ao redor do mundo”), cabe

na definição, tanto histórica quanto atualizada, do que se entende como poder de polícia, ao menos em parte.

No contexto da governança da Internet, isso significa decidir quem pode (ou não) operar certos recursos críticos (como nomes de domínio e número de IP) com impacto direto sobre interesses econômicos, identitários, culturais e políticos. No caso do .amazon, esse exercício se mostra ao decidir que a Amazon Inc. poderia operar o registro do domínio de topo de forma exclusiva, restringindo seu acesso para todos os demais – tanto governos quanto as populações da região amazônica. A decisão também aponta para uma definição de quem tem direito de gozar de certa identidade no espaço digital – uma marca ou um grupo cultural – definindo o que seria um grupo e manifestação legítima.

Simultaneamente, o caso do programa de novos gTLDs da ICANN nos oferece um exemplo indicativo de como a influência das instituições não se limita a moldar ou modificar a natureza de uma determinada comunidade. Em vez disso, essas estruturas podem definir quem tem o direito de representar um determinado grupo de pessoas e até mesmo opinar sobre se esse grupo deve ou não existir dentro de um determinado ambiente.¹⁹⁸ (Kuznetsov, 2020, p. 13)

Assim, ainda que a ICANN não tenha o poder sancionador tradicional dos Estados, ela decide o que pode existir e como pode existir em claro exercício de poder ordenador de uma tecnologia utilizada não só pela sua comunidade, mas por todo o mundo. Sua política e decisões são executadas através das funções da IANA, e o controle do DNS é formalizada através de uma teia de contratos com as entidades que operam os domínios de topo.

A política da ICANN é desenvolvida e depois consolidada como norma jurídica por meio de um processo essencialmente legislativo, embora com resultados formais, atores e procedimentos distintos dos de um sistema parlamentar tradicional. (...) Dada sua natureza jurídica, a “legislação” produzida pela ICANN deve assumir a forma de contrato, mas este é utilizado de maneira semelhante à de um estatuto comum — ou seja, para estabelecer normas juridicamente vinculantes para toda uma comunidade ou para partes significativas dela. (Bygrave, 2015, p.84)

Entretanto, enquanto nos contextos nacionais, ligados aos processos históricos de constitucionalização, o poder de polícia exercido de forma desterritorializada levanta uma série de questões. Importante dizer que aqui faremos referência ao conceito de poder de polícia e sua relação com a Constituição pátria, entendendo a limitação de aplicar conceitos

¹⁹⁸ Tradução livre de “*Simultaneously, the case of ICANN’s new gTLD programme gives us an indicative example of how the influence of institutions is not limited to shaping or modifying a given community’s nature. Instead, these structures may define who has the right to represent a given group of people, and even have a say in whether this group should exist within a certain environment*”.

que são nacionais (ainda que tenham uma ligação com o direito internacional) para uma análise de uma organização que é global.

Neste sentido, Binenbojm (2021) aponta a ICANN como um exemplo da desterritorialização desse poder como uma resposta normativa aos desafios impostos pela globalização. Em sua obra, entretanto, o autor destaca que o processo de constitucionalização do poder de polícia passou por dois giros: o giro democrático-constitucional e o giro pragmático. Enquanto o giro democrático-constitucional diz respeito diretamente à submissão do poder ordenador à constituição, aos direitos fundamentais e ao sistema democrático, ou seja, ao Estado Democrático de Direito; o giro pragmático por sua vez diz respeito à análise dos efeitos práticos das políticas públicas, “busca de soluções aptas a alcançar os melhores resultados práticos para os problemas enfrentados pela administração pública”¹⁹⁹ (Binenbojm, 2021, p. 54), feito em especial pela perspectiva econômica.

O giro pragmático está relacionado às mudanças institucionais das décadas de 1980-1990, tendo em seu centro a ideia de eficiência administrativa no centro de sua preocupação, e a necessidade de transformação das decisões administrativas em decisões técnicas.

Passados os primeiros anos da redemocratização e da reconstitucionalização do País em 1988, marcados pela experiência traumática da associação de amplas competências normativas atribuídas a órgãos da Administração Pública com o enfraquecimento institucional do Poder Legislativo e o exercício autocrático da Presidência da República, persegue-se agora um equilíbrio entre o ideal de *accountability* política e controlabilidade jurídica das ações administrativas com **necessidades pragmáticas de agilidade, especialização técnica e capacitação institucional dos tomadores de decisões**, inclusive aquelas que envolvem a edição de normas jurídicas. Em poucas palavras, a conciliação possível entre legitimidade e eficiência. (Binenbojm, 2021, p. 93, grifo nosso)

O autor fala da coexistência harmônica de ambos os giros, se retroalimentando na experiência brasileira – cuja discussão não cabe a este trabalho. Entretanto, ao transportar tais conceitos para o regime da ICANN, é possível visualizar as necessidades do giro pragmático dentro de seu modelo²⁰⁰, mas os do giro democrático estão limitados aos requisitos formais de transparência e igualdade (formal)²⁰¹.

¹⁹⁹ O autor dá exemplo da promulgação da lei n. 13.655/2018, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em especial em seu art. 20 ao estipular que as decisões administrativas, de controladoria e judicial deverão levar em consideração suas consequências práticas”.

²⁰⁰ O *White Paper* (documento-base) que criou a ICANN em 1998 apontou que “um processo de coordenação privado provavelmente será mais flexível do que o governo é capaz de se mover com rapidez suficiente para atender às necessidades em constante mudança da Internet e de seus usuários” (tradução de “*A private*

Em especial, o componente democrático revela-se problemático quando se considera o escopo das decisões tomadas pela ICANN, que impactam diretamente toda a infraestrutura da Internet em escala global. Por um lado, a organização se apresenta como aberta à participação de qualquer interessado; por outro, carece de mecanismos institucionais que garantam o acesso efetivo à deliberação, sobretudo para atores historicamente marginalizados ou com menos recursos. Além disso, a ausência de estruturas democráticas que articulem de forma legítima as vontades da comunidade interna com a sociedade global, apesar da natureza pública das funções que desempenha, evidencia um déficit democrático estrutural importante.

Embora a ficção multissetorial se sustente na ideia de democratizar a esfera transnacional, a ICANN parece ser consideravelmente menos responsável e menos democrática do que seus equivalentes governamentais. Para os stakeholders da ICANN, essas marcantes deficiências democráticas não são motivo para abandonar o modelo em si, mas sim algo a ser enfrentado. O multissetorialismo na ICANN, ao que parece, é menos uma solução e mais uma agenda de longo prazo em si mesma.²⁰² (Hoffman, 2016, p. 39-40)

Importante apontar que a ICANN já fez eleições diretas para parte do seu quadro de diretores (*Board*) (Hoffman, 2016; Mounier, 2006). Entretanto, o caótico processo foi ao final descartado pela organização, que desistiu da ideia de representação individual em seu *Board* e levou à criação do comitê *At-Large* (que reúne usuários individuais da organização). Entretanto, como vimos através da disputa pelo .amazon, nem sempre todas as vozes são *de facto* parte do processo.

Para entender a efetividade da participação da sociedade civil nas negociações no modelo multissetorial, e assim, potencialmente, algumas de suas características democráticas, é crucial construir uma compreensão sobre se a sociedade civil realmente tem voz e é capaz de influenciar os resultados das discussões, enquanto estruturalmente tem acesso a menos recursos do que outros grupos de interesse.²⁰³ (Oever, 2019, p. 55)

coordinating process is likely to be more flexible than government and to move rapidly enough to meet the changing needs of the Internet and of Internet users”). Disponível em: <<https://www.ntia.gov/federal-register-notice/statement-policy-management-internet-names-and-addresses>>.

²⁰¹ Ou seja, todos podem participar, mas não há um garantidor material dessa participação.

²⁰² Tradução livre de “*While the multi-stakeholder fiction rests on the idea of democratising the transnational sphere, ICANN appears to be rather less accountable and democratic than its governmental counterparts. For the ICANN stakeholders, these striking democratic deficiencies are no reason to give up on the approach per se, but something to be fought out. Multi-stakeholderism in ICANN, it seems, is less a solution than a long-term agenda in itself*”.

²⁰³ Tradução livre de “*In order to understand the effectiveness of civil society’s participation in negotiations in the multistakeholder model, and thus potentially some of its democratic affordances, it is crucial to build an understanding of whether civil society actually has a say and is able to influence the outcomes of discussions, while structurally having access to fewer resources than other stakeholder groups*”.

O artigo faz referência a possibilidade de pesquisa empírica e mais abrangente para avaliar a efetividade da participação da sociedade civil na ICANN – pesquisa ainda necessária. Entretanto, do ponto de vista ainda que limitado do presente trabalho e do caso .amazon, podemos apontar uma clara limitação da participação da sociedade civil, em especial tendo em vista que o próprio autor reconhece que nem toda a sociedade civil é feita da mesma matéria e goza das mesmas condições e acesso aos mesmos recursos.

Assim, embora o discurso da organização valorize a diversidade de vozes, na prática, os mecanismos de escuta priorizam atores já inseridos nas dinâmicas institucionais e tecnológicas do sistema. Nesse sentido, como ilustrado pelo caso aqui em análise, observadores da organização apontam também para o fato de a ICANN se envolver de forma mais profunda com as preocupações de certos grupos do que de outros (Hofmann, 2016), deixando à margem justamente aqueles que mais poderiam ser impactados pelas decisões tomadas.

A experiência da ICANN, em especial do .amazon, evidencia como a informalidade e a descentralização do modelo multissetorial podem, em vez de democratizar o processo, reforçar a prevalência de determinados interesses já influentes – em especial os de grandes corporações globais – em detrimento de vozes menos institucionalizadas ou com menor capacidade de articulação internacional, e como essa (in)formalidade é também instrumentalizada dentro da organização. Isto porque, por um lado, a ICANN é exemplo dessa informalidade e flexibilidade promovida pelo modelo multissetorial, e por outro ela desenvolveu a própria burocracia, a qual acaba por excluir aqueles que não se adequam aos seus requisitos formais.

Recordamos aqui a justificativa apresentada pelo *Board* da ICANN aos professores britânicos acerca da motivação para a emissão das resoluções 2019.05.15.13–2019.05.15.15. Segundo a carta resposta aos acadêmicos, a decisão se baseou, entre outros fatores, no “tempo que se passou desde que as candidaturas para o .amazon foram submetidas, em 2012, e desde que a empresa Amazon saiu vitoriosa em seu IRP contra a ICANN, em julho de 2017”. No entanto, é importante destacar que, dos sete anos mencionados, ao menos dois – entre 2014 e 2016 (ver linha do tempo, Figura 10) – corresponderam a um período de virtual estagnação do processo. Trata-se da fase entre a rejeição da candidatura da Amazon Inc. pelo NGPC atuando

como *Board*, e o subsequente IRP protocolado pela empresa, durante a qual não se observaram avanços significativos ou novas deliberações sobre o tema.

Após a decisão favorável à Amazon Inc. no IRP, os dois anos seguintes foram marcados por sucessivos desencontros, incertezas procedimentais e decisões controversas, conforme detalhado no Capítulo 4. Em vez de uma resposta clara e coordenada por parte da ICANN, observou-se um cenário de conflitos institucionais, em que diferentes atores revezaram em manifestações desencontradas.

Adiciona-se a esse quadro a postura do *Board* da ICANN de desconsiderar, ao longo do processo, as manifestações provenientes das comunidades amazônicas, tanto aquelas articuladas no interior da própria instituição quanto as que ocorreram por meio de campanhas e declarações públicas externas. Notavelmente, a entidade apenas respondeu oficialmente a tais preocupações quando acadêmicos oriundos do Norte Global fizeram apontamentos diretamente ao quadro de diretores, ocasião em que enfatizou o tempo decorrido como fator decisivo, em detrimento de uma escuta ativa das comunidades afetadas. A justificativa temporal apresentada – de que seria “tarde demais” para reabrir a discussão e incorporar outras dimensões ao processo decisório – remete, não por acaso, à cena satírica de O Guia do Mochileiro das Galáxias, em que os burocráticos Vogons se apoiam em procedimentos obscuros para ignorar questões fundamentais, sob o pretexto de que “os avisos estavam todos devidamente afixados”.

Assim, o domínio de topo .amazon foi delegado oficialmente à Amazon Inc. em 2020 após a recusa de um pedido de reconsideração feito pelo governo da Colômbia²⁰⁴. Atualmente o domínio de topo conta com o registro de 104 domínios secundários (Domain Name Stat, 2025) e, de fato, não é disponibilizado para a compra de domínios ao público²⁰⁵. Quanto à execução dos Compromissos de Interesse Público, não foi possível verificar seu cumprimento visto a falta de documentação sobre a questão.

²⁰⁴ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Reconsideration Request 19-1: Colombian Government re: .amazon. ICANN, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/reconsideration-19-1-colombian-request-2019-06-18-en>. Acesso em: 22 jun. 2025

²⁰⁵ Ver: <<https://www.registry.amazon/>>.

O caso .amazon e os diversos debates por ele suscitados – como a participação efetiva na ICANN, a legitimidade da instituição no exercício de suas funções, o exercício de um poder de polícia desterritorializado e os limites da democracia em organizações dessa natureza – são, cada um por si, temas que já geraram ampla discussão. Este trabalho, no entanto, não pretende (nem poderia, dentro de seu escopo) esgotar tais questões.

Ainda assim, a partir da análise realizada, é possível afirmar que, apesar da resistência da própria comunidade da ICANN em reconhecer a extensão do poder por ela exercido, suas decisões ultrapassam em muito o campo técnico: são também decisões profundamente políticas, com impactos diretos sobre direitos humanos que não se restringem a conteúdos, mas alcançam temas como identidade, representação e distribuição de recursos. O próprio DNS, enquanto infraestrutura, expressa relações de poder, identidade e pertencimento.

Ao concentrar a tomada de decisão em atores com maior capacidade técnica, econômica e política, a ICANN acaba por reproduzir assimetrias históricas de exclusão, enfraquecendo a legitimidade do modelo multissetorial que afirma sustentar. No caso do .amazon, em especial, a decisão significou a delegação de um recurso digital estratégico a uma empresa transnacional, sem escuta efetiva das populações diretamente afetadas, a despeito das preocupações de oito governos da região amazônica e priorizando os direitos de propriedade intelectual da Amazon Inc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Começamos esse trabalho contextualizando a disputa pelo domínio de topo .amazon e o programa de novos domínios de topo (*New gTLDs*), que expandiu o o *Domain Name System* (DNS), o sistema de domínios da Internet, dentro do contexto maior da história da regulação da Internet. Nesse sentido, o programa lançado pelo ICANN em 2012 está subscrito à uma história de disputas pelo controle desse recurso finito da Internet, além de uma disputa pelo modelo dessa regulação/governança.

Para além dos elementos específicos do conflito entre a empresa Amazon Inc. e os países da região amazônica, é fundamental compreender a importância do DNS para a própria existência da Internet como a conhecemos, bem como a história e o funcionamento de seu regime de governança, estruturado com base no modelo multissetorial. Essa compreensão é essencial para analisar adequadamente a disputa e seus impactos nos estudos sobre regulação.

Apresentado como uma alternativa mais flexível e participativa frente aos arranjos multilaterais tradicionais, o modelo multissetorial emergiu no final do século XX como promessa de uma gestão mais inclusiva em resposta à crescente centralidade da Internet no mundo globalizado. No entanto, como vimos ao longo do trabalho, o caso .amazon revela limitações importantes desse arranjo, tanto em termos de participação efetiva de atores menos poderosos quanto em relação à legitimidade das decisões.

Assim, para entender a complexidade da disputa analisada, suas nuances e interesses em jogo na disputa pelo .amazon, foi necessário contextualizar historicamente a governança da Internet. Embora a rede tenha sido concebida como um espaço descentralizado e livre, sua infraestrutura crítica – especialmente o DNS – permanece controlada por entidades específicas, das quais a ICANN é a principal.

Na década de 1990, a Internet, até então restrita a usos militares e acadêmicos, passou por um processo de expansão para o uso comercial. Tal mudança gerou a necessidade de uma estrutura mais robusta e organizada para a gestão de recursos essenciais, como nomes de domínio e endereços IP. Foi nesse contexto de crescente popularização da rede e sua consolidação como infraestrutura global que, em 1998, foi criada a *Internet Corporation for Assigned Names and Numbers* – a ICANN.

Estruturada como uma organização privada e sem fins lucrativos, a ICANN passou a desempenhar funções regulatórias comparáveis às de autoridades estatais. Sua criação resultou de uma iniciativa unilateral do governo dos Estados Unidos, motivada pela intenção de evitar que a administração do DNS fosse transferida para organismos multilaterais vinculados à ONU, como a União Internacional de Telecomunicações (ITU, em sua sigla em inglês).

O modelo multissetorial ganhou força no mesmo período, surgindo como resposta às crises de legitimidade enfrentadas pelos arranjos multilaterais tradicionais. Sua proposta central consistia em oferecer um modelo de governança mais ágil, flexível e inclusivo, ao incorporar diversos atores – além dos governos, também o setor privado, a comunidade técnica e a sociedade civil – em processos decisórios horizontais. Embora imerso em disputas e tensões políticas em torno da governança da tecnologia emergente, a ICANN é criada como uma forma de promover uma governança global liderada pelo “setor privado” (Oliveira, 2017). Assim, o *White Paper* que fundamentou a criação da ICANN estabeleceu a transição das funções da IANA para uma corporação privada, de caráter global, com base nesse modelo multissetorial – mas ainda com fortes ligações ao governo estadunidense.

Ao longo do trabalho, também foram detalhadas a estrutura interna da ICANN, a rede de contratos que viabiliza a implementação de suas políticas e o funcionamento técnico do sistema de nomes de domínio. Destacou-se, ainda, como a expansão do DNS foi, desde o início, um dos principais objetivos da ICANN, culminando no lançamento do programa de novos gTLDs – no qual se insere a controversa candidatura ao domínio .amazon.

Isto porque, até 2012, o espaço de nomes na internet era limitado a 22 gTLDs e mais de 250 domínios de topo de país (ccTLDs), como o “.br”. A proposta do novo programa era expandir significativamente esse espaço, abrindo caminho para candidaturas a novos domínios de topo genéricos (*generic top level domain*), incluindo a possibilidade do registro de nomes próprios e marcas.

Essa abertura do DNS, no entanto, trouxe consigo – além de uma série de questões técnicas – a adição de discussões jurídicas e políticas. Entre os principais desafios estavam o aumento da complexidade regulatória, a necessidade de gerenciamento de possíveis conflitos

e a criação de mecanismos de objeção e revisão – pontos especialmente relevantes para a análise do caso .amazon.

Assim, o desenvolvimento do programa de novos domínios, que levou 4 anos, criou uma série de mecanismos de objeção, como as a objeções da comunidade ou aquelas feitas pelo *Independent Objector*, em nome dos usuários da Internet, além do desenvolvimento do *Applicant Guidebook*, destinados a orientar as aplicações por novos domínios de topo, mas que acabou por se tornar também o diploma normativo sob o qual as disputas no programa seriam baseadas.

Esses mecanismos, no entanto, também evidenciam as tensões entre a lógica técnico-administrativa que orientam a atuação da ICANN e os múltiplos interesses em disputa entre os diversos grupos que a compõem, cada qual com sua heterogeneidade específica. O mergulho nas formas e regras desses procedimentos prepara o terreno para a descrição e análise do caso .amazon que, no contexto do programa de novos domínios e das atividades da ICANN, se apresenta como um exemplo emblemático dos limites e desafios do modelo multissetorial e da governança da Internet como estabelecida atualmente.

A disputa envolve, de um lado, a empresa Amazon Inc., que fez a aplicação com o pleito pelo uso exclusivo do gTLD .amazon como parte de sua estratégia de marca, e de outro, um conjunto de países amazônicos, que passam a se articular ao longo da disputa no âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Os estados nacionais argumentaram ao longo da disputa que o termo “amazon” possui relevância cultural, territorial e simbólica para a região e, por isso, sua apropriação exclusiva por uma empresa privada comprometeria os interesses coletivos das populações amazônicas. Ao mesmo tempo, como vimos neste trabalho, havia um terceiro também interessado e relevante para a disputa: as populações amazônicas, que tentaram por seus próprios meios participar diretamente da disputa. No entanto, suas manifestações não aparecem nos documentos oficiais relacionados ao conflito.

Este trabalho descreve a disputa desde o envio da candidatura pela empresa em 2012 até os embates jurídicos e políticos que se seguiram nos anos posteriores até 2019, quando o quadro de diretores da ICANN (*Board*) decide finalmente pela delegação do gTLD .amazon para a empresa Amazon Inc. Aqui descrevemos os dois procedimentos de objeção feitos no caso, quais sejam: a objeção com bases comunitárias apresentada pelo IO à aplicação, figura

criada para defender o interesse público dentro do programa de novos domínio; e o Conselho Consensual contra a continuidade da candidatura pelo .amazon do *Governmental Advisory Committee* (Comitê Consultivo Governamental, GAC na sigla em inglês), órgão que reúne os países na estrutura da ICANN.

Este último, em 2014, fez com que o *New gTLD Program Committee* (NGPC), agindo em nome do *Board*, recusasse a aplicação pelo .amazon. Entretanto, dois anos após esse resultado, a Amazon Inc. faz um pedido de Revisão Independente sobre a decisão do comitê, alegando que o comitê teria privilegiado a posição dos países de forma desproporcional e incompatível com o estatuto da ICANN. Aqui, a disputa entre a ICANN e a Amazon Inc. acabou com a declaração do painel arbitral de que a empresa prevaleceu na demanda – que o *Board* teria agido em desconformidade com as *Bylaws* da organização – e que este deveria reabrir a análise da aplicação pelo .amazon e fazer um “julgamento objetivo e independente sobre se existem, de fato, razões bem fundamentadas e baseadas em mérito de interesse público para negar os pedidos da Amazon”²⁰⁶ (ICAN, 2017, p. 52).

Após a decisão do painel de revisão independente, o *Board* pediu mais informações para os países da OTCA sobre os motivos de política pública para o conselho consensual de “não prosseguir” da aplicação pelo .amazon. Os países por sua vez, através do GAC, emitiram novo conselho, requisitando ao *Board* que passasse a mediar uma solução mútua entre a empresa Amazon Inc. e os países amazônicos. Neste período, embora os países tenham apresentado razões e questões pertinentes sobre a negociação e o prazo para uma solução (como o tempo exíguo de negociação diante da complexidade de alinhar uma opinião unitária de oito países soberanos sobre uma mesma questão), sua posição foi sistematicamente desconsiderada nas movimentações que se seguiram.

Por fim, após um período de negociação de cerca de dois anos, em maio de 2019 a ICANN optou por prosseguir com a aplicação pelo .amazon de forma exclusiva para a empresa Amazon Inc. Neste sentido, ainda que a aplicação tenha sido basicamente condicionada à existência de um Compromisso de Interesse Público (PIC) por parte da empresa, cedendo nove domínios para a OCTA em cada gTLD e uma lista de bloqueio de domínios secundários, de forma geral o controle do domínio de topo é da empresa. Ademais,

²⁰⁶ Tradução livre de “*objective and independent judgement regarding whether there are, in fact, well-founded, merits public policy reason for denying amazon's applications.*”

cinco anos depois do encerramento da disputa, não foi possível verificar se os compromissos delineados pelo PIC foram sequer cumpridos, já que eles dependiam da criação de um comitê gestor consultivo entre a empresa e os países da OCTA.

Aqui, vale destacar um trecho da nota 19 da carta dos professores britânicos. O artigo de opinião intitulado “Quem é o dono do .amazon? (E quantos Kindles você pagaria por ele?)”²⁰⁷ foi escrito pelo professor de relações internacionais Alonso Gurmendi (2019), do Peru. Publicado em 19 de abril de 2019, um mês antes da decisão final do *Board*, o artigo, embora curto, resume de forma bastante concisa a problemática aqui envolvida e aponta para os limites do procedimento estabelecido pela ICANN.

As Diretrizes [do AGB] estabelecem que nomes de territórios, cidades e subdivisões nacionais que correspondam a uma lista composta pela Organização Internacional de Padronização (ISO), sob o chamado “padrão 3166-1”, receberiam proteção adicional, variando entre a proibição total e a exigência de não oposição por parte dos governos afetados.

Apesar dessas proteções, o padrão ISO 3166-1 mostrou-se inadequado. Enquanto protegia a Ilha de Man, Guam e Bonaire, por exemplo, não protegia a Escócia nem nenhuma das subdivisões nacionais do Brasil, Colômbia, Peru e Venezuela que levam o nome “Amazonas”, a tradução para o espanhol de “Amazon” (ver aqui, p. 14). As Diretrizes da ICANN exigiam que os candidatos consultassem, em caso de dúvida, os “governos e autoridades relevantes” para “obter seu apoio ou não oposição antes da submissão da candidatura”. A Amazon – a empresa – no entanto, não fez nada disso. Em sua candidatura, quando questionada se “.amazon” era um nome geográfico, respondeu simplesmente “não”. A candidatura da Amazon, na verdade, pretendia “bloquear o registro inicial” de todos os nomes de países e territórios contidos no ISO 3166-1. Declarava:

“Como o registro .amazon será operado por uma entidade única e para fins que atendem aos objetivos estratégicos de negócios da Amazon, os nomes reservados não podem ser oferecidos a governos ou outros órgãos oficiais para seu próprio uso, pois isso entraria em conflito com a missão e o propósito do gTLD”.²⁰⁸ (Gurmendi, 2019, s.p., grifo nosso)

²⁰⁷ Tradução livre de “Who Owns the .amazon? (And how many Kindles Would you Pay for it?)”.

²⁰⁸ Tradução livre de “The Guidelines express that territory names, cities, and sub-national place names matching a list composed by the International Standardisation Organisation (ISO) under the so-called “3166-1 standard” would receive added protection, ranging from outright prohibition, to a requirement of non-opposition by the affected governments. Despite these protections, the ISO 3166-1 standard proved inadequate. While it protected the Isle of Man, Guam, and Bonaire, it did not protect, for example, Scotland or any of the national subdivisions of Brazil, Colombia, Peru, and Venezuela that carry the name “Amazonas”, the Spanish translation of “Amazon” (see here, p. 14). The ICANN Guidelines did require applicants to consult, in case of doubt, with “relevant governments and authorities” to “enlist their support or non-objection prior to submission of the application”. Amazon – the company – however, did none of that. In its application, when prompt to state whether “.amazon” was a geographic name, it simply said “no”. Amazon’s application, rather, intended to “block from initial registration” all countries and territory names contained in ISO 3166-1. It stated: ‘Because the .amazon registry will be a single entity registry and for purposes which serve Amazon’s strategic business aims, the reserved names cannot be offered to Governments or other official bodies for their own use as this would conflict with the mission and purpose of the gTLD’”.

A análise do caso revela, entretanto, como os critérios adotados pela ICANN priorizaram a proteção de direitos de propriedade intelectual em detrimento de outras dimensões igualmente relevantes, como os direitos culturais, a autodeterminação dos povos e a governança democrática de recursos digitais. Nesse sentido, o capítulo cinco trouxe evidência de tentativas de participação direta das populações amazônicas durante a disputa, tanto com manifestações externas quanto internas à ICANN. Apesar de cartas públicas, eventos e cartas direcionadas ao *Board*, tais declarações – tanto pedido para que as populações fossem ouvidas, quanto para a rejeição da aplicação – não constam nos documentos oficiais da ICANN.

Além disso, o que fica claro pela análise do caso é que, embora os procedimentos existam, sua aplicação nem sempre é clara, efetiva ou sensível às desigualdades materiais dos diferentes participantes no ecossistema da governança da Internet. Isto fica particularmente evidente na objeção interposta pelo IO que, na tentativa de representar essas populações dentro do processo, foi deslegitimado pois seria “implausível que nenhuma delas [organizações que defendem os interesses das populações da amazônia] tivesse conhecimento das Candidaturas [do .amazon]” (ICANN, 2014, p. 20-21). Entretanto, quando essas populações tentaram participar, não foram ouvidas. Assim, o caso em análise é usado como chave para evidenciar as fragilidades do processo decisório da ICANN e os desequilíbrios estruturais que afetam sua legitimidade.

Neste sentido, a rara literatura que analisa o programa de novos domínios corrobora com as conclusões deste trabalho sobre os problemas do procedimento estabelecido pela ICANN. Um estudo empírico conduzido por Paul White (2018) apontou que o procedimento geral do programa de Novos gTLDs (de 2012) impôs diversas barreiras para a proposição de candidaturas provenientes de pequenas empresas iniciantes (*startups*) e grupos não comerciais. Ele observa que, em especial, as comunidades culturais e linguísticas enfrentam obstáculos ainda maiores para estabelecer uma identidade online por meio de um domínio de topo. Sobre o predomínio do regime de propriedade intelectual, o artigo traz o seguinte:

A política também demonstra uma forte deferência às exigências do lobby da propriedade intelectual. Isso é evidenciado pelo conjunto de mecanismos de proteção à propriedade intelectual incorporados ao programa. Tal ênfase na proteção de marcas ignora os argumentos válidos apresentados por defensores da liberdade de expressão, que afirmam que nomes de domínio não devem ser considerados equivalentes a marcas registradas. Ao fazer essas concessões extensivas aos

detentores de marcas, o programa, em certa medida, sufoca oportunidades para outros que podem legitimamente buscar expressar uma identidade online específica por meio de um TLD.

As partes afetadas podem incluir grupos subnacionais, culturais e comunitários de diversas naturezas, muitos dos quais (embora não exclusivamente) localizados no Sul Global. A preferência demonstrada ao lobby da propriedade intelectual reforça ainda mais a percepção de que se trata de uma política fortemente inclinada aos interesses comerciais do Norte²⁰⁹. (White, 2018, s.p.)

Indo além, a disputa pelo domínio .amazon expõe as tensões entre a teoria (ou ainda a narrativa) e prática do multissetorialismo, em específico quando se trata de uma organização a qual suas decisões têm efeito prático direto na realidade, como é o caso do regime regulatório da ICANN. A análise evidencia como, embora a ICANN tenha sido criada sob a promessa de superar os limites do modelo multilateral tradicional – promovendo agilidade, inclusão e eficiência –, na prática, enfrenta sérias contradições que colocam em xeque sua legitimidade de forma geral, mas em específico sobre questões de participação e democracia.

Em busca de respostas sobre como a aplicação do modelo multissetorial veio a ser transformada dessa forma, a literatura aponta para a progressiva burocratização de organizações multissetoriais, em especial a ICANN, como resposta à pressão por legitimidade. Essa burocratização, longe de facilitar a participação, dificulta o acesso de atores externos ao ecossistema da governança da Internet, especialmente populações vulneráveis como as da região amazônica. A exigência de que as manifestações sigam canais formais, técnicos e em inglês cria barreiras quase intransponíveis à participação efetiva – inclusive da sociedade civil ou de governos regionais diretamente afetados pelas decisões.

Desse modo, a pressão por legitimidade e consequente burocratização são derivados do fato de que a ICANN exerce funções semelhantes as que o direito administrativo tradicional define como poder de polícia, regulando e definindo as regras de acesso e o uso de recursos críticos da Internet. Ainda que formalmente privada, a ICANN desempenha um papel ordenador do espaço online que tem impacto global (Keller, 2019), tomando decisões as quais afetam direitos humanos, culturais e políticos. Essa atuação sem controle público efetivo

²⁰⁹ Tradução de “*The policy also shows strong deference to the demands of the intellectual property lobby. This is evidenced by the raft of intellectual property protection mechanisms built into the programme. Such an emphasis on trademark protection ignores the valid points made by advocates of free expression, who argue that domain names should not be considered equivalent to trademarks. By making these extensive concessions to trademark owners, the programme arguably stifles opportunities for others who may legitimately seek to express a particular online identity in the form of a TLD. The affected parties may include subnational, cultural and community groups of many different kinds, many (though by no means all) of which will be based in the Global South. The favour shown to the intellectual property lobby further reinforces the perception of a policy heavily weighted towards northern commercial interests*”.

revela a fragilidade do regime multissetorial diante de interesses corporativos – o que fica evidente no caso do .amazon.

De forma resumida, embora o discurso oficial da ICANN reforce valores como diversidade, transparência e responsabilidade, suas práticas tendem a privilegiar os atores mais poderosos e com maior capacidade de mobilização. O caso .amazon, portanto, não apenas ilustra as limitações do modelo multissetorial da ICANN, mas também coloca em debate a necessidade de repensar os mecanismos de regulação e legitimação de organizações que, embora privadas, exercem poderes com profundos impactos públicos globais.

Não obstante, o caso aqui tratado revela também uma série de outras questões sobre a ICANN. A exemplo disso, durante a pesquisa que originou este trabalho, um dos grandes desafios da compreensão do caso foi a quantidade de documentos e fragmentos do processo espalhados em uma série de páginas e diferentes seções do site da ICANN. Sendo uma organização cujo trabalho acontece basicamente online, por meio de lista de e-mails, a disponibilização de documentos cruciais para compreender uma disputa como a presente é de difícil acesso e compreensão.

Mencionamos brevemente como a ICANN atende aos requisitos do giro pragmático de forma geral e a requisitos formais do giro democrático, como idealizado do Binenbojm (2021), como a necessidade de transparência e *accountability*. Entretanto, a complexidade dos sistemas encontrados para acesso aos documentos e decisões, além de, ironicamente, links quebrados²¹⁰ é complexa mesmo para quem estuda a organização – o que pode então ser falado de indivíduos estranhos aos temas da governança da Internet? Em específico, a decisão de maio de 2019 sobre o .amazon traz uma série de documentos impossíveis de serem encontrados online, incluindo dois anexos que não tem link para acesso no site²¹¹.

De forma geral, vários documentos não disponíveis foram localizados de forma exploratória em *links* escondidos no site da ICANN. Entretanto, documentos importantes,

²¹⁰ Links quebrados são páginas da web que não levam a um destino válido ou que retornam um erro, como uma página 404 (não encontrada), em geral porque o conteúdo da página foi movido para um link diferente e não foi tomada nenhuma ação de redirecionamento do link original para o novo link.

²¹¹ The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – Special Meeting of the ICANN Board, 15 May 2019. ICANN, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-special-meeting-of-the-icann-board-15-05-2019-en#foot9>. Acesso em: 22 jun. 2025.

como por exemplo as propostas de Compromissos de Interesse Públicos da ICANN anteriores ao aprovado em maio de 2019, não foram possíveis de serem localizados – mesmo ao serem solicitados diretamente às organizações participantes na disputa. Esses fatos apontam também para problemas ligados ao acesso à informação sobre as decisões da ICANN, que deveriam ser públicos e de fácil acesso.

Além disso, o caso do .amazon também abre a possibilidade de análises por outros ângulos. Um exemplo é a participação do governo dos EUA na disputa – ao permitir o consenso no conselho proveniente do GAC sobre a candidatura de diversas organizações. Na oportunidade, o documento da NTIA faz uma menção expressa à doutrina do livre fluxo, um tema importante para a compreensão da atividade e da história da ICANN, porém por questões de fôlego deste trabalho não puderam ser abordadas.

Do mesmo modo, esta pesquisa aponta caminhos promissores para investigações futuras. A exemplo disto, temos a possibilidade de aprofundar a relação entre o formalismo predominante na governança global, em que a ICANN ocupa lugar de destaque, e as influências do pensamento neoliberal no direito internacional contemporâneo (Velickovic, 2025); discussões mais densas sobre o exercício do poder de polícia em um cenário desterritorializado e a emergência de categorias jurídicas como o direito administrativo global e o constitucionalismo global, conforme discutido no capítulo final; dentre outros temas.

Ainda assim, a tarefa de descrever e analisar a disputa em torno do .amazon, situada no interior do regime institucional da ICANN e das tensões que o atravessam, revelou-se por si só suficientemente complexa e desafiadora para os limites deste trabalho, que já se encontra além do previsto em termos de extensão.

Entretanto, esta monografia já representa uma contribuição inédita e relevante ao oferecer uma descrição minuciosa dos procedimentos e decisões envolvidos na disputa pelo domínio .amazon, construindo uma narrativa coesa sobre o caso. Destaca-se, ainda, o esforço em trazer à tona as manifestações das populações amazônicas, frequentemente invisibilizadas nos registros oficiais da ICANN. Ao evidenciar essas vozes – mesmo quando expressas de maneira informal ou fora dos canais tradicionais –, o trabalho revela lacunas significativas nos processos participativos da instituição.

Os problemas evidenciados ao longo da análise apontam para sérias fragilidades na legitimidade da ICANN no exercício de suas funções sobre o DNS. Essa crítica ganha ainda mais peso ao observarmos que tais funções, apontadas aqui como regulatórias e normativas, se encaixam no conceito tradicionalmente ligado ao exercício de soberania dos Estados Nacionais. Assim, funções de ordenação típicas das autoridades públicas, voltadas à regulação de condutas no interesse coletivo, embora seja exercido por uma entidade privada e transnacional, se tratam, de fato, do exercício do poder de polícia, ainda que somente em parte, em sua esfera positiva²¹².

Parte da literatura aponta que as fragilidades conhecidas, além daquelas aqui descritas, não minam a legitimidade do modelo multissetorial para os participantes da ICANN. Isso se deve, em grande medida, à crença disseminada dentro da própria comunidade sobre uma “superioridade inerente ao modelo multissetorial” (Hoffman, 2019, p. 42). Ademais, a resistência em reconhecer o caráter político das funções desempenhadas pela organização contribui para a escassez de debates sobre os poderes efetivamente exercidos pela ICANN, especialmente nos termos aqui empregados, e suas implicações para a legitimidade institucional – que, de forma geral, para a comunidade interna à ICANN é ligada à formalidade dos processos internos e ao próprio formato do regime regulatório, ou seja, o multilateralismo.

Lá, o multissetorialismo se ocupa de aferir representatividade das partes interessadas nos processos de produção e execução de políticas públicas que se dão no âmbito de instituições como o ICANN e o IGF. Figura assim como um fim de legitimidade para esses arranjos institucionais alternativos – eles são legítimos porque se *constituem* de uma forma multissetorial. (Keller, 2019, p. 116, grifos originais)

Entretanto, tal categorização é relevante na medida em que reforça a necessidade de se exigir dessas instituições – inseridas em uma lógica de governança global e compreendidas no escopo de um direito administrativo desterritorializado – não apenas a observância de procedimentos formais de participação, mas também a efetivação de resultados materiais. Ou seja, espera-se que a abertura prometida por esse modelo se traduza em inclusão substantiva e em impactos concretos para os atores afetados.

Isto porque, se o poder administrativo sobre recursos críticos de uma tecnologia de alcance global é deslocado da esfera estatal justamente no momento em que esta atravessa um

²¹² Pela autorização de existência e não da supressão da existência no processo ordenador do espaço virtual.

processo de constitucionalização e democratização, o risco que se impõe é o de uma regressão participativa. Ainda que sob a retórica de um modelo “participativo”, quando a participação se limita ao plano formal e se manifesta, na prática, por meio de estruturas cada vez mais burocráticas e inacessíveis, o resultado é a consolidação de um cenário ainda mais excludente, sobretudo para os grupos historicamente marginalizados, reproduzindo, em verdade, uma lógica antidemocrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Al Jazeera. ‘Our house is burning’: Macron urges G7 action on Amazon fires. **Al Jazeera**, 23 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/economy/2019/8/23/our-house-is-burning-macron-urges-g7-action-on-amazon-fires>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

ACTO. Proposed Language for Public Interest Commitment to Share the .AMAZON TDL. ICANN, 2019 a. Disponível em: <https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/moreira-to-chalaby-18apr19-en.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ACTO. Press Release: Amazon countries are opposed to the delegation of the “.amazon” top-level domain without their authorization. **OTCA**, abr. 2019 b. Disponível em: <<https://otca.org/en/amazon-countries-are-opposed-to-the-delegation-of-the-amazon-top-level-domain-without-their-authorization/>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Amazon Registry. Amazon Registry Services, Inc. **nTLDStats**, 2025. Disponível em: <https://ntldstats.com/registry/group/Amazon-Registry-Services-Inc>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Amazon. [Documentação submetida no procedimento IRP Amazon v. ICANN]. **ICANN**, 2017. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/irp-amazon-v-icann-2016-03-04-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Amazon. New gTLD Application Submitted to ICANN by: Amazon EU S.à r.l. ICANN NgTLD program, 2012. Disponível em: <https://gtldresult.icann.org/applicationstatus/applicationdetails:downloadapplication/984?t:ac=984>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Amazon. Proposed Public Interest Commitment (Section 4 of Specification 11 to Registry Agreement) .AMAZON, Appl. No. 1-1315-58086. ICANN, 2019. Disponível em: <https://gtldresult.icann.org/applicationstatus/applicationdetails:downloadpicposting/984?t:ac=984>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Badii, F. ICANN precisa delegar o .amazon. **Politics**, 02 mai. 2019. Disponível em: <<https://politics.org.br/pt-br/governanca-news/icann-precisa-delegar-o-amazon>>. Acesso em 18 dez. 2024.

Barlow, J. P. A Declaration of the Independence of Cyberspace. **Electronic Frontier Foundation**, 1996. Disponível em: <<https://www EFF.org/cyberspace-independence>>. Acesso em 18 dez. 2024.

Berkens, M. Paul Sloan Writes For Cnet On Amazon’s 76 New gTLD Applications: “We Want To Own Them All”. **The Domains**. 21 jun. 2012. Disponível em: <<https://www.thedomains.com/2012/06/21/paul-sloan-writes-for-cnet-on-amazons-76-new-gtld-applications-we-want-to-own-them-all/>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

Bianchi, J. F. Internet e Regulação: a ICANN à luz da teoria da regulação. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, Brasília, v. 8, n. 1, p. 135-156, 2016.

Binenbojm, G. **Poder de Polícia, Ordenação, Regulação**: Transformações Político-Jurídicas, Econômicas e Institucionais do Direito Administrativo Ordenador. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

Blogoosfero. AmazonWeb e Fórum da Internet no Brasil fazem de Belém a capital do ativismo digital.” **Blogoosfero**, [s.d.]. Disponível em: <<http://blogoosfero.cc/amazonweb/blog/amazonweb-e-forum-da-internet-no-brasil-fazem-de-belem-a-capital-do-ativismo-digital>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Blogoosfero. AmazonWeb. **Blogoosfero**, [s.d.]. Disponível em: <<http://blogoosfero.cc/amazonweb>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Borger, J.; Watts, J.; Phillips, T. G7 leaders to hold emergency talks over Amazon wildfires crisis. **The Guardian**, 24 ago. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/2019/aug/23/ireland-could-oppose-trade-deal-brazil-fails-stop-amazon-fires-leo-varadkar>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

Brasil. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

Brasil. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Brasília: Diário Oficial da União, 2018.

Brasil. **Princípios orientadores sobre empresas e direitos humanos**: Implementando os Parâmetros “Proteger, Respeitar e Reparar” das Nações Unidas. Brasília: Secretaria Nacional de Proteção Global; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humano, 2019.

Brasil. XII Reunião de Ministros das Relações Exteriores dos Países Membros da OTCA - El Coca, Equador, 3 de maio de 2013 – Declaração de El Coca. **Ministério das Relações Exteriores**, 19 mai. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/xii-reuniao-de-ministros-das-relacoes-exteriores-dos-paises-membros-da-otca-el-coca-equador-3-de-maio-de-2013-declaracao-de-el-coca>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Brown, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

Bygrave, L. A. **Internet Governance by Contract**. [S.l.]: Oxford Academic, 2015.

Carpenter, B.; Baker, F.; Roberts, M. Memorandum of Understanding Concerning the Technical Work of the Internet Assigned Numbers Authority. **RFC 2860**, jun. 2000. Disponível em: <<https://www.rfc-editor.org/info/rfc2860>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

Carvalho, M. S. R. M. **A trajetória da Internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. 2006. 239 f. Dissertação (Engenharia de Sistemas e Computação). COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

CGI.br. Ata da Reunião de 28 de junho de 2013. **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 28 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.cgi.br/reunioes/ata/2013/06/28/>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CGI.br. Com modelo multissetorial pioneiro e inovador, CGI.br completa 30 anos como pilar da governança da Internet no Brasil. **CGI.br**, 28 mai. 2025. Disponível em: <<https://www.cgi.br/noticia/releases/com-modelo-multissetorial-pioneiro-e-inovador-cgi-br-completa-30-anos-como-pilar-da-governanca-da-internet-no-brasil/#:~:text=Em%201995%2C%20os%20Minist%C3%A9rios%20da,para%20al%C3%A9m%20do%20meio%20acad%C3%AAmico>>. Acesso em: 02 jun. 2025.

CGI.br. PUBLIC NOTE regarding the request for the ".amazon" top-level domain name. **Comitê Gestor da Internet no Brasil**, 26 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.cgi.br/esclarecimento/public-note-regarding-the-request-for-the-amazon-top-level-domain-name/>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Clausing, J. Head of House Hearings Calls for U.S. Domain Oversight. **New York Times**, 1 out. 1997. Disponível em: <<https://archive.nytimes.com/www.nytimes.com/library/cyber/week/100197domain.html>>. Acesso em: 02 mar. 2025.

Dantas, M. **A lógica do capital-informação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

Dardot, P.; Laval, C. **Nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

Datareportal. Digital Around the World. **Datareportal**, 2025. Disponível em: <<https://datareportal.com/global-digital-overview>>. Acesso em: 13 jun. 2025.

Denardis, L. **The Global War for Internet Governance**. [S.l.]: Yale University Press, 2014.

Domain Name Stat. .amazon. **Domain Name Stat**, 19 jun. 2025. Disponível em: <https://domainnamestat.com/statistics/tld/amazon-TLD_ID-1602>. Acesso em: 02 jun. 2025.

European Union. **Regulation (EU) 2016/679 of the European Parliament and of the Council of 27 April 2016 on the protection of natural persons with regard to the processing of personal data and on the free movement of such data, and repealing Directive 95/46/EC (General Data Protection Regulation)**. Bruxelas: Official Journal of the European Union, abr. 2016.

Forrest, H. A. **Expert Report of Heather Ann Forrest, Dr.(iur.), LL.M., J.D., B.A.** ICANN, 26 fev. 2015. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/files/irp-amazon-export-report-forrest-02mar16-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

G1 SP. Dia vira 'noite' em SP com frente fria e fumaça vinda de queimadas na região da Amazônia. **G1**, 19 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghml>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Generic Name Supporting Organization. Submission of GNSO Council Review of the Abu Dhabi GAC Communiqué. **GNSO**, 06 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/forrest-et-al-to-chalaby-06dec17-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Generic Names Supporting Organization. Final Report – Introduction of New Generic Top-Level Domains (PDP Dec05 Final Report – 08 Aug 2007). **GNSO**, 08 ago. 2007. Disponível em: <<https://gnso.icann.org/en/issues/new-gtlds/pdp-dec05-fr-part-08aug07.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Goldsmith, J.; Wu, T. **Who Controls the Internet?:** Illusions of a borderless world. New York: Oxford University Press, 2006.

Governmental Advisory Committee. Early Warning – Amazon BR PE 58086. **GAC**, 20 nov. 2012. Disponível em: <https://gac.icann.org/work-products/public/amazon-br-pe-58086-2012-11-20.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Governmental Advisory Committee. ICANN47 Durban Communiqué. **GAC**, 18 jul. 2013. Disponível em: <https://gac.icann.org/contentMigrated/icann47-durban-communicue?version=1&modificationDate=1374215119858&api=v2>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Governmental Advisory Committee. ICANN64 Kobe Communiqué. **GAC**, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://gac.icann.org/contentMigrated/icann64-kobe-communicue>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). **GTA**, s.d. Disponível em: <<https://www.forest-trends.org/wp-content/uploads/imported/Gomes.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Guardian News. Macron and Bolsonaro's war of words over Amazon fires, aid and their wives. **Youtube**, 27 ago. 2019, 2m14s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UHyGDPyrk_k>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Gurmendi, A. Who Owns the .amazon? (And How Many Kindles Would You Pay For It?). **OpinioJuris**, 19 abr. 2019. Disponível em: <<https://opiniojuris.org/2019/04/19/who-owns-the-amazon-and-how-many-kindles-would-you-pay-for-it/>>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Hofmann, J. Multi-stakeholderism in Internet governance: putting a fiction into practice. **Journal of Cyber Policy**, v. 1, n. 1, p. 29-49, 2016.

Huseman, B. Reply to ACTO April 18 Email. **ICANN**, 19 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/huseman-to-chalaby-19apr19-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

International Chamber of Commerce. **Determination of Expert – Case No. EXP/396/ICANN/13 (c. EXP/397/ICANN/14, EXP/398/ICANN/15) in re “.amazon”**. [S.l.]: ICC, 3 fev. 2014. Disponível em: <<https://newgtlds.icann.org/sites/default/files/drsp/03feb14/determination-1-1-1315-58086-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

International Chamber of Commerce. Note on Personal and Expert Panel's Expenses for Proceedings Related to the New gTLD Dispute Resolution. ICC, 1 jun. 2013. Disponível em: <https://newgtlds.icann.org/sites/default/files/icc-note-financial-aspects-annex-01jun13-en.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Jongen, H.; Scholte, J. A. Inequality and legitimacy in global governance: an empirical study. **European Journal of International Relations**, v. 28, n. 3, p. 667-695, 2022.

Jongen, H.; Scholte, J. A. Institutional sources of legitimacy in multistakeholder global governance at ICANN. **Regulation & Governance**, v. 18, p. 1018-1039, 2024.

Jongen, H.; Scholte, J. A. Legitimacy in Multistakeholder Global Governance at ICANN. **Global Governance**, v. 27, n. 2, p. 298-324, 2021.

Keller, C. I. **Regulação nacional de serviços na Internet: exceção, legitimidade e o papel do Estado**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

Kurbalija, J. **An introduction to Internet governance**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Diplo Foundation, 2016.

Kurbalija, J.; Gelbstein, E. **Governança da Internet: questões, atores e cisões**. Rio de Janeiro: Diplo Foundation, 2005.

Kuznetsov, D. ICANN's dotCommunities: Analysing the construction of DNS-appropriate communities in the new gTLD programme. **New Media & Society**, v. 23, n. 1, p. 142-158, 2020.

LAC. carta .amazon. *lac-discuss-em*. **Lists ICANN**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://lists.icann.org/hyperkitty/list/lac-discuss-en@icann.org/thread/DPKXM5ZZZQLJJGNG5LDH46MMB3MZIJDV/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

LACRALO Opposition of civil society in the Framework of the organizations that form LACRALO to the Delegation of .amazon. **Google Docs**, 2019. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1hlubhnb_nTamU511QEJxgrx7wm-Ch7jso-oIfLU5228/edit. Acesso em: 22 jun. 2025.

Lessig, L. **Code and Other Laws of Cyberspace, Version 2.0**. New York: Basic Books, 2006.

LinkedIn. Perfil de Vanessa Cravo. **LinkedIn**, 2025. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/vanessa-copetti-cravo-ph-d-742445117/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Lobato, L. C. Governança da Internet a partir da Periferia: Integrando a Amazônia Brasileira aos Debates sobre a Governança da Internet. In: Oppermann, D. (Org.). **Internet Governance in the Global South: History, Theory, and Contemporary Debates**. 1. ed. São Paulo: NUPRI, 2018, v. 1, p. 301-333.

Matsuki, E. Senadora quer impedir uso exclusivo do sufixo '.amazon' em loja virtual. **Uol**, 28 mai. 2013. Disponível em:

<<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2013/05/28/senadora-quer-impedir-uso-exclusivo-do-sufixo-amazon-em-loja-virtual.htm?>>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Meirelles, H. L. O poder de polícia, o desenvolvimento e a segurança nacional. **Revista De Direito Administrativo**, v. 125, p. 1–14, 1976.

Mendoza, J. **PS/ACTO/363/2018**. Brasília: OTCA, 05 set. 2018. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/mendoza-to-chalaby-marby-05sep18-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Mounier, P. **Os donos da rede**: as tramas políticas da Internet. São Paulo: Loyola, 2006.

Murphy, K. Governments kill off Patagonia’s dot-brand bid. **Domain Incite**, 11 jul. 2013. Disponível em: <<https://domainincite.com/13671-governments-kill-off-patagonias-dot-brand-bid>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

Murphy, K. New gTLD winners will be decided by lottery after all. **Domain Incite**, 11 out. 2012a. Disponível em: <<https://domainincite.com/10729-new-gtld-winners-will-be-decided-by-lottery-after-all>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

Murphy, K. TAS reopens after humiliating 40 days. **Domain Incite**, 22 mai. 2012b. Disponível em: <<https://domainincite.com/9026-tas-reopens-after-humiliating-40-days>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

National Telecommunications and Information Administration. Verisign Cooperative Agreement. **NTIA**, [S.d.]. Disponível em: <<https://www.ntia.doc.gov/page/verisign-cooperative-agreement>>. Acesso em: 03 jan. 2025.

National Telecommunications and Information Administration. U.S. Statement on Geographic Names in Advance of Durban Meeting. **NTIA**, 05 jul. 2013. Disponível em: <https://www.ntia.gov/other-publication/us-statement-geographic-names-advance-durban-meeting>. Acesso em: 22 jun. 2025.

National Telecommunications and Information Administration. Statement of Assistant Secretary Strickling on IANA Functions Contract. **NTIA**, 01 out. 2016. Disponível em: <https://www.ntia.doc.gov/press-release/2016/statement-assistant-secretary-strickling-iana-functions-contract>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Noncommercial Stakeholders Group (NCSG). “Amazonians speak about .amazon.” NCSG-DISCUSS Mail List, 11 jul. 2017. Disponível em: <<https://listserv.syr.edu/scripts/wa.exe?A2=1708&L=NCSG-DISCUSS&D=0&H=A&P=17639521>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Oever, N. Productive Contestation, Civil Society, and Global Governance: Human Rights as a Boundary Object in ICANN. **Policy & Internet**, v. 11, p. 37-60, 2019.

Oliveira, N. Protocolo Atrofiado e Governamentalidade Neoliberal: a falha da Internet e sua eficácia tecnopolítica. In: I Encontro da Rede de Pesquisa em Governança da Internet, Novembro de 2017. **Anais [...]**, 2017.

Organização das Nações Unidas (ONU). **United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples**. [S.l.]: ONU, 2007. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/indigenouspeoples/wp-content/uploads/sites/19/2018/11/UNDRIP_E_web.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Ortega, M. J. M. **PS/ACTO/522/2018**. Brasília: OTCA, 07 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/mendoza-to-icann-board-07dec18-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Passa, J. Legal Opinion on new gTLD ‘amazon’. Paris: The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, mar. 2014. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/chalaby-to-gradden-07apr14-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Pellet, A. **New Generic Top-Level Domain Names Dispute Resolution Procedure: Objection Form** (Exhibit no. C23). ICANN, 12 mar. 2013. In Listo f Exhibits. IRP Proceedings. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/files/irp-amazon-exhibits-c001-redacted-02mar16-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Pires, H. F. Estados Nacionais, Soberania e regulação da Internet. **Scripta Nova**, v. XVI, n. 418, 2012.

Rádio Senado. Campanha quer evitar exclusividade do nome Amazon por empresa. **Senado Federal**, 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2013/06/19/campanha-quer-evitar-exclusividade-do-nome-amazon-por-empresa>>. Acesso em: 02 jun. 2025.

Smith, A. **The Geopolitics of Information: How Western Culture Dominates the World**. New York: Oxford University Press, 1980.

Statista. Number of Internet and social media users worldwide as of February 2025 (in billions). **Statista**, 2025. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/617136/digital-population-worldwide/>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Straits Research. Domain Name Registrar Market Size to Reach \$1025 Billion by 2027 - CAGR: 4.7% - Straits Research. **GlobeNewswire**, 25 out. 2021. Disponível em: <<https://www.globenewswire.com/news-release/2021/10/25/2319864/0/en/Domain-Name-Registrar-Market-Size-to-Reach-1025-Billion-by-2027-CAGR-4-7-Straits-Research.html>>. Acesso em 18 dez. 2024.

Teubner, G. **Constitutional Fragments: Societal Constitutionalism and Globalization**, Oxford Constitutional Theory. [S.l.]: Oxford Academic, 2012.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (ICANN). **Overview of New gTLD Applications**. [S.l.]: ICANN, 13 jun. 2012a. Disponível em: <<http://newgtlds.icann.org/en/program-status/statistics/applications-overview-13jun12-en.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. **.amazon_OG. ICANN Community Wiki**, 16 fev. 2013. Disponível em: https://community.icann.org/display/newgtldrg/.amazon_OG. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. “Application Details – New gTLD Application #1466.” ICANN–New gTLD Current Application Status, atualizado regularmente. Disponível em: <https://gtldresult.icann.org/applicationstatus/applicationdetails/1466>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. About. **ICANN**, atualizado em 01 jul. 2022. Disponível em: <https://gnso.icann.org/en/about>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Affirmation of Commitments. **ICANN**, 30 set. 2009. Disponível em: <https://www.icann.org/en/governance/documents/affirmation-of-commitments-by-the-united-states-department-of-commerce-and-the-internet-corporation-for-assigned-names-and-numbers-icann-30-09-2009-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Amended and Restated Articles of Incorporation of Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. **ICANN**, 2016. Disponível em: <https://www.icann.org/en/governance/documents/amended-and-restated-articles-of-incorporation-of-internet-corporation-for-assigned-names-and-numbers-09-08-2016-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – Special Meeting of the ICANN Board, 15 May 2019. **ICANN**, 15 mai. 2019. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-special-meeting-of-the-icann-board-15-05-2019-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – Regular Meeting of the ICANN Board, Singapore, 20 June 2011. **ICANN**, 20 jun. 2011. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-regular-meeting-of-the-icann-board-singapore-20-06-2011-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Approved Resolutions – ICANN’s Paris Meeting, 26 June 2008. **ICANN**, 26 jun. 2008. Disponível em: https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/approved-resolutions-icanns-paris-meeting-26-06-2008-en#_Toc76113171>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Articles of Incorporation of Internet Corporation for Assigned Names and Numbers, 21 November 1998. **ICANN**, 21 nov. 1998. Disponível em: <https://www.icann.org/en/governance/documents/articles-of-incorporation-of-internet-corporation-for-assigned-names-and-numbers-21-11-1998-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Articles of Incorporation. **ICANN**, 1998. Disponível em: <https://www.icann.org/en/governance/articles-of-incorporation>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Bylaws – Article 1. **ICANN**, 10 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/pages/governance/bylaws-en/#article1>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Bylaws – Article 4. **ICANN**, 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/governance/bylaws-en/#article4>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Bylaws – Article 12. **ICANN**, 25 fev. 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/governance/bylaws-en/#article12>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Bylaws. **ICANN**, 2025. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/pages/governance/bylaws-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Correspondence. **ICANN**, atualizado periodicamente. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/pages/correspondence>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Groups. **ICANN**, 2012. Disponível em: <<https://www.icann.org/resources/pages/groups-2012-02-06-en>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. **gTLD Applicant Guidebook**. Version 2012-06-04. Disponível em: <<https://newgtlds.icann.org/en/applicants/agb>>. Acesso em 06/11/2023. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. ICANN Calls for Expressions of Interest from Potential Dispute Resolution Service Providers for the New gTLD Program. **ICANN**, 21 dez. 2007. Disponível em: <https://www.icann.org/en/announcements/details/icann-calls-for-expressions-of-interest-from-potential-dispute-resolution-service-providers-for-the-new-gtld-program-21-12-2007-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. **IRP Amazon Final Declaration**. **ICANN**, 11 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/files/irp-amazon-final-declaration-11jul17-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. IRP: Amazon v. ICANN. **ICANN**, 4 mar. 2016. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/irp-amazon-v-icann-2016-03-04-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Minutes – Meeting of the Board Governance Committee, 22 August 2014. **ICANN**, 22 ago. 2014. Disponível em: <https://www.icann.org/en/board-activities-and-meetings/materials/minutes-meeting-of-the-board-governance-committee-22-08-2014-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. New gTLD Reveal Day – Applied-for Strings. **ICANN**, 13 jun. 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/en/announcements/details/new-gtld-reveal-day---applied-for-strings-13-6-2012-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. New gTLD Review Group Overview. **ICANN Community Wiki**, 2013. Disponível em: <https://community.icann.org/pages/viewpage.action?pageId=2265510>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. New gTLD Applicant Support FAQs. **ICANN**, 2025. Disponível em: <https://newgtlds.icann.org/en/applicants/global-support/faqs/faqs-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Objection and Dispute Resolution. **ICANN**, 13 jun. 2012. Disponível em: <https://newgtlds.icann.org/en/program-status/odr#objection-dispute-resolution>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Reconsideration Request 19-1: Colombian Government re: .amazon. **ICANN**, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/pages/reconsideration-19-1-colombian-request-2019-06-18-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Resolutions – New gTLD Committee, 14 May 2014 (item 2.b). **ICANN**, 14 mai. 2014. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/board-material/resolutions-new-gtld-2014-05-14-en#2.b>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Stewardship of IANA Functions Transitions to Global Internet Community as Contract with US Government Ends. **ICANN**, 1 out. 2016. Disponível em: <https://www.icann.org/en/announcements/details/stewardship-of-iana-functions-transitions-to-global-Internet-community-as-contract-with-us-government-ends-1-10-2016-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. The ICANN Community’s Work on Human Rights (ICWOHR Overview). **ICANN Community Wiki**, 2025. Disponível em: <https://icann-community.atlassian.net/wiki/spaces/ICWOHR/overview>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. Use of a Drawing for Prioritizing New gTLD Applications. **ICANN**, 10 out. 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/en/announcements/details/use-of-a-drawing-for-prioritizing-new-gtld-applications-10-10-2012-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

The Internet Corporation for Assigned Names and Numbers. White Paper. **ICANN**, 25 fev. 2012. Disponível em: <https://www.icann.org/resources/unthemed-pages/white-paper-2012-02-25-en>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Torres, L. Rio vira primeira cidade da América do Sul a ter domínio com seu nome. **G1**, 25 ago. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/08/rio-vira->

primeira-cidade-da-america-do-sul-ter-dominio-com-seu-nome.html>. Acesso em: 20 mar. 2025.

União Internacional de Telecomunicações (UIT). ICT Facts and Figures: The world in 2015. **UIT**, 2015. Disponível em: <<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/ICTFactsFigures2015.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2025.

Van Ho, T; Dayle, C. **.amazon Top-Level Domain Application**. [e-mail]. Essex: University of Essex, 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/van-ho-doyle-to-chalaby-22apr19-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Vargas-Leon, P.; Kuehn, A. The Battle for Critical Internet Resources: South America vs. Amazon.com, Inc. **The Law, State, and Telecommunications Review**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 37-58, 2015.

Velickovic, M. Global Governance in The Age of Neoliberalism: A Marxist Critique. In: Houghton, R.; O'Donoghue, A. **Research Handbook on Global Governance**. [S.l.]: Edward Elgar, 2025.

Verisign. Verisign Reports Fourth Quarter and Full Year 2022 Results. **Verisign**, 2022. Disponível em: <<https://investor.verisign.com/news-releases/news-release-details/verisign-reports-fourth-quarter-and-full-year-2022-results>>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Weitzenboeck, E. M. Hybrid net: the regulatory framework of ICANN and the DNS. **International Journal of Law and Information Technology**, v. 22, iss. 1, p. 49-73, 2014.

White, P. ICANN, New gTLD and the Global South. In: Oppermann, D. (Edit.). **Internet Governance in the Global South: History, Theory, and Contemporary Debates**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI) da Universidade de São Paulo (USP), 2018.

World Telecommunication Development Conference. **Inauguration of the First World Telecommunication Development Conference (WTDC-94)**. Buenos Aires: International Telecommunication Union, 1994. Disponível em: <<https://search.itu.int/history/HistoryDigitalCollectionDocLibrary/4.144.57.en.104.pdf>>. Acesso em 18 dez. 2024.

Wu, T. Is Internet Exceptionalism Dead?. In: Szoka, B.; Marcus, A. (Eds.). **The Next Digital Decade: Essays on the Future of the Internet**. [S.l.]: TechFreedom, 2011.

Zaluar, A. Letter to Members of the ICANN Board. **ICANN**, 23 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.icann.org/en/system/files/correspondence/zaluar-to-chalaby-23apr19-en.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2025.